




TRANQUILIDADE 08
RELATÓRIO E CONTAS



TRANQUILIDADE




 THOMAS STRUTH
B. 1954 ALEMANHA
"MUSEO DEL PRADO 7",
MADRID 2005
C-PRINT, FRAMED
169,5 X 210,6 CM, 177,5 X 218,6 CM, FRAMED
EDITION OF 10
© 2008 THOMAS STRUTH

As peças que ilustram este Relatório e Contas integram a colecção de fotografia BES art que o Banco está a constituir desde 2004 através de trabalhos recentes de conceituados artistas plásticos contemporâneos internacionais e portugueses.

BES
art COLEÇÃO
BANCO
ESPÍRITO SANTO





 EDGAR MARTINS
Sem título, da série T e Diminishing Present
(chapter 2), 2005
Prova por revelação cromogénea,
Colada sobre alumínio 75 x 85 cm
Edição 1/5 + 1 pa

Cortesia do Artista

Companhia de Seguros TRANQUILIDADE, S.A.

Av. da Liberdade, n.º 242 • 1250 - 149 Lisboa / Portugal
Registo na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa • NIPC: 500 940 231

TRANQUILIDADE 08
RELATÓRIO E CONTAS



ÍNDICE GERAL

01	Órgãos Sociais	06
02	Relatório do Conselho de Administração	09
03	Demonstrações Financeiras	17
04	Mapa de Variação de Capitais Próprios	21
05	Demonstração de Fluxos de Caixa	23
06	Anexo às Demonstrações Financeiras	25
07	Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	80
08	Quadros Directivos	87
09	Rede de Delegações	89

TRANQUILIDADE 08
RELATÓRIO E CONTAS



GERARD CASTELLO LOPES 
1925, Vichy, França
Porto, 1989
Prova gelatina sal de prata
50 x 40 cm

Cortesia do Artista

01 ÓRGÃOS SOCIAIS

Órgãos Sociais

Assembleia-Geral

Luís Frederico Redondo Lopes
(Presidente)

Nuno Miguel Matos Silva Pires Pombo
(Secretário)

Conselho de Administração

Rui Manuel Leão Martinho
(Presidente)

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
(Vogal)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Vogal)

António Miguel Natário Rio-Tinto
(Vogal)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
(Vogal)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
(Vogal)

Eduardo Antunes Stock
(Vogal)

Miguel Luís Kolback da Veiga
(Vogal)

António José Baptista do Souto
(Vogal)

Manrico Iachia
(Vogal)

António Manuel Rodrigues Marques
(Vogal)

Comissão Executiva

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
(Presidente)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso

António Miguel Natário Rio-Tinto

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente

Conselho Fiscal

José Manuel Ruivo da Pena
(Presidente)

Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira
(Vogal)

António Ricardo Espírito Santo Bustorff
(Vogal)

José Ramos Teles de Matos
(Vogal suplente)

Revisor Oficial de Contas

José Manuel Macedo Pereira

Ana Cristina Soares Valente Dourado
em representação de KPMG
e Associados
(suplente)

Comissão Executiva



Peter Brito e Cunha

(Presidente)



Tomé Pedroso



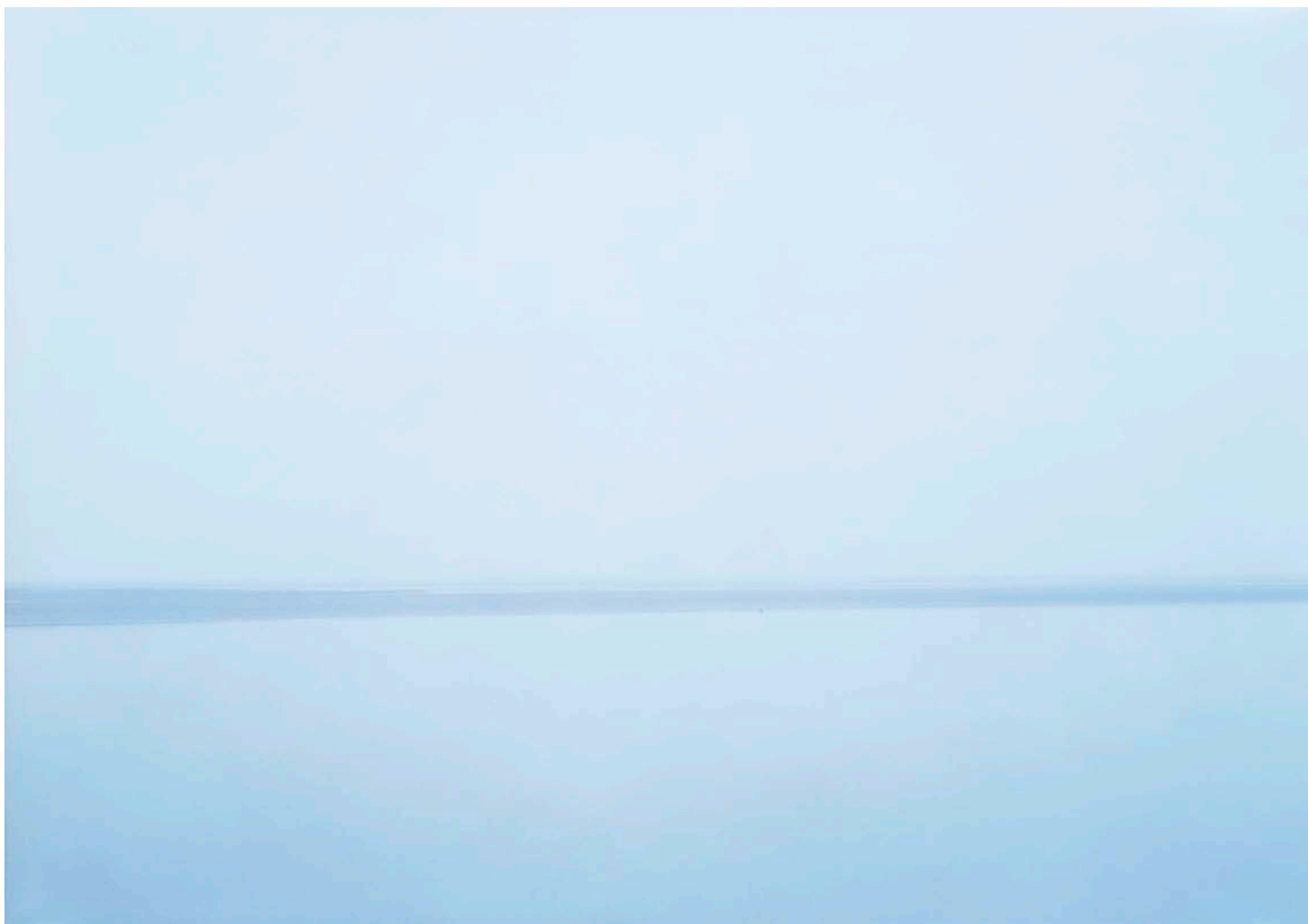
Miguel Rio-Tinto




Miguel Moreno



Nuno Clemente



 ELGER ESSER
1967, Estugarda, Alemanha
Baie de la Somme, France, 2005
Prova por revelação cromogénea,
colada sobre Diasec • 181 x 242 cm
Edição 3/7

Cortesia do Artista

02

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

 TRANQUILIDADE

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V.Exas o Relatório de Gestão e as Contas da Companhia de Seguros Tranquilidade, SA, respeitantes ao exercício de 2008.

2.1 Enquadramento Macroeconómico

2.1.1 Situação Económica Internacional

O ano de 2008 foi marcado pelo prolongamento e aprofundamento da crise do crédito hipotecário *subprime* nos Estados Unidos e pela sua transformação gradual numa crise de confiança generalizada, com reflexos no sistema financeiro e na actividade económica a nível global.

A maior percepção dos riscos de liquidez e de solvabilidade (com a falência ou perda de independência de algumas instituições financeiras nos Estados Unidos e na Europa) resultou numa relutância quase total das instituições em se exporem entre si nos mercados monetário e de crédito. A indisponibilidade de cedência de liquidez por parte do sector privado foi particularmente visível entre o final do 3º trimestre e o início do 4º trimestre, não obstante as intervenções agressivas das autoridades no sentido de assegurar o regular funcionamento dos mercados.

Na Zona Euro, a taxa de juro Euribor a 3 meses subiu de 4,684% para um máximo de 5,393% (observado no início de Outubro), terminando o ano em 2,892%, após as descidas das taxas de referência e as fortes injeções de liquidez no mercado monetário levadas a cabo pelo Banco Central Europeu (BCE). O aumento da incerteza (sobretudo associada ao sector financeiro) e as expectativas de desaceleração da actividade económica penalizaram fortemente os principais índices accionistas, tanto nos EUA como na Zona Euro.

A elevada volatilidade foi também visível nos mercados de *commodities*. Na primeira metade do ano, o preço do petróleo exibiu uma forte tendência de subida, atingindo um valor próximo de USD 150/barril em Julho. Esta evolução ficou a dever-se à forte procura oriunda dos mercados emergentes, às dificuldades de expansão da oferta global e, em particular, a um aumento da procura de natureza especulativa.

A expectativa de abrandamento da procura e, mais tarde, a probabilidade crescente associada a um cenário de recessão global retiraram o suporte à procura especulativa e contribuíram para uma forte correcção em baixa do preço do barril, que fechou o ano em valores ligeiramente acima de USD 40. A mesma tendência de correcção foi observada ao nível das matérias-primas não energéticas, contribuindo, assim, para uma descida significativa da inflação (e das expectativas de inflação) no final do ano.

O ambiente monetário e financeiro mais restritivo, a “secagem” de liquidez nos mercados de capitais, a forte subida dos preços das *commodities* e

da inflação na primeira metade do ano e, por último (mas não menos importante), uma deterioração significativa dos índices de confiança dos agentes económicos, alimentaram uma desaceleração, ou mesmo contracção, da actividade nas principais economias desenvolvidas. Embora mantendo perspectivas de crescimento mais favoráveis que a Europa e os Estados Unidos, os mercados emergentes foram também afectados pela deterioração global dos níveis de confiança, quer ao nível da actividade, quer, sobretudo, ao nível dos mercados financeiros.

A Zona Euro sofreu, em 2008, um expressivo abrandamento, tendo o crescimento do PIB sido de 0,8%, após o registo de 2,6% observado em 2007. Deve, contudo, sublinhar-se que apenas no 1º trimestre do ano foi verificado um crescimento trimestral positivo, tendo nos restantes trimestres sido observada uma contracção da actividade, que se acentuou na parte final do ano.

De facto, o desempenho da economia da Zona Euro foi sendo crescentemente influenciado por uma maior restritividade das condições de financiamento, por um efeito riqueza negativo decorrente da desvalorização ocorrida nos mercados accionista e por um aumento generalizado do clima de incerteza.

A deterioração do sentimento de empresários e consumidores foi evidente, com os respectivos índices a atingirem níveis historicamente baixos nos últimos meses do ano. Assim, foi essencialmente a procura interna que liderou a trajectória de abrandamento, crescendo apenas 0,7%, após 2,4% no ano de 2007. Também as exportações e as importações exibiram uma trajectória de desaceleração ao longo do ano, as primeiras penalizadas pela desaceleração do comércio a nível global e pela apreciação do euro verificada na primeira metade do ano e as segundas acompanhando a desaceleração da procura interna.

Apesar desta evolução da actividade, a taxa de desemprego média anual manteve-se idêntica à registada em 2007, em 7,5% da população activa, sendo, no entanto, visível uma trajectória de agravamento na parte final do ano (8,1% no 4º trimestre). No plano dos preços, a taxa de inflação média anual agravou-se de 2,1% para 3,4%, em consequência da subida acentuada do preço do petróleo nos mercados internacionais, sobretudo na primeira metade de 2008. De referir, no entanto, que a taxa de variação homóloga desceu significativamente no último trimestre, atingindo um registo de 1,6% em Dezembro.

Num ambiente monetário e financeiro mais restritivo, depois de ter elevado em 25 pontos base a taxa de juro de referência em Julho, para 4,25%, o BCE reduziu, entre Outubro e Dezembro, aquela taxa num montante acumulado de 175 pontos base, para 2,5%. A cotação do euro registou, no conjunto do ano de 2008, uma depreciação de 4,3% relativamente ao dólar, encerrando o ano a EUR/USD 1,3953.

De referir que, na primeira metade do ano, se observou uma apreciação da divisa europeia, tendo sido alcançado um máximo de EUR/USD 1,5990 em Abril, ocorrendo no segundo semestre uma visível correcção em baixa.

2.1.2 Situação Económica Nacional

Embora sem exposição directa ao fenómeno do crédito *subprime*, a economia portuguesa sofreu, em 2008, os impactos da crise de confiança no sistema financeiro internacional, da subida dos preços das matérias-primas (na primeira metade do ano) e da desaceleração da procura externa. Neste contexto, o crescimento anual do PIB desceu de 1,9% para 0%, registando-se duas quedas trimestrais consecutivas da actividade económica na segunda metade do ano.

Para esta evolução contribuíram, sobretudo, a forte desaceleração das exportações, com o respectivo crescimento anual a descer de 7,5% para 0,4% e a queda do investimento, que registou uma variação de -0,5%, após um crescimento de 3,1% no ano anterior. O arrefecimento das exportações esteve associado, sobretudo, à evolução desfavorável da actividade económica nas economias de Espanha, Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha e França, com quem Portugal mantém relações comerciais privilegiadas.

De referir, no entanto, que as exportações portuguesas para alguns destinos menos tradicionais mantiveram um dinamismo elevado. Destacam-se, neste caso, as economias de Angola e do Magrebe e, em menor grau, algumas economias na Ásia e na América Latina. A desaceleração das exportações foi comum às mercadorias e aos serviços.

A formação bruta de capital fixo foi, sobretudo, condicionada pelo ambiente monetário e financeiro mais restritivo (que se concretizou numa subida generalizada dos *spreads* de crédito para empresas e famílias) e pela deterioração das expectativas de evolução da procura, visível na tendência de queda, ao longo do ano, dos principais indicadores de confiança das empresas.

No conjunto de 2008, o crescimento do consumo privado manteve-se relativamente estabilizado, em 1,4%. Este registo implica um crescimento ainda superior ao do PIB e sugere uma nova redução da taxa de poupança das famílias, para um valor em torno de 5,5% do PIB. Não obstante a tendência negativa registada pelo índice de confiança dos consumidores, as despesas das famílias terão sido suportadas, na segunda metade do ano, pela desaceleração dos preços e pela descida das taxas de juro.

A taxa de inflação média anual subiu de 2,5% para 2,6% em 2008, mas a variação homóloga dos preços terminou o ano com um registo de apenas 0,8%. A taxa média anual de desemprego desceu de 8,0% para 7,6% da população activa, reflectindo o crescimento ligeiramente acima do potencial observado nos dois anos anteriores. De registar, no entanto, que o desemprego observou já uma subida no último trimestre de 2008 (para 7,8%), em linha com a estagnação da actividade registada na segunda metade do ano.

O défice das Administrações Públicas voltou a reduzir-se em 2008, de 2,6% para 2,2% do PIB. Ao mesmo tempo, a desaceleração das exportações e a manutenção de um crescimento sustentado das importações contribuíram para um aumento do défice conjunto das balanças corrente e de capital (isto é, das necessidades líquidas de financiamento da economia portuguesa), de 8,3% para cerca de 10,0% do PIB.

2.1.3 Mercado Segurador

A grave crise do sistema financeiro, ao se alastrar por todos os sectores da economia, afectou também a actividade seguradora.

A evolução negativa do mercado de capitais, condicionou a valorização da carteira de investimentos do sector e as consequentes menos valias potenciais afectaram os resultados do exercício. Em casos pontuais, foi

exigido um reforço de capital próprio para manter as margens de solvência das seguradoras num nível prudente.

A estagnação da economia portuguesa aliada a ajustamentos tarifários em baixa (devido a uma cada vez mais intensa actividade concorrencial), resultou numa histórica diminuição do volume global de prémios Não Vida.

O total da produção, Vida e Não Vida, no valor de 15.336 milhões de euros, registou em 2008 um crescimento de 11,5% em relação ao ano anterior, mas foi resultado do bom desempenho dos ramos Vida. Com efeito, com um total de prémios de 11.012 milhões de euros e uma taxa de crescimento homóloga de 17,5%, o segmento Vida foi o que mais contribuiu para a evolução positiva do mercado segurador em 2008.

Destaque para as contribuições para os PPR que cresceram 45,2%. Este tipo de produtos, assim como outros de poupança de longo prazo comercializados pelas seguradoras, continuam a merecer óptima aceitação por parte dos aforradores e poderão mesmo ter beneficiado da actual conjuntura de crise nos mercados financeiros, desviando poupanças para produtos de menor risco. Por outro lado, os resgates de seguros de capitalização de Vida também têm tendência para aumentar – os montantes pagos em 2008 cresceram mais de 40%.

O segmento Não Vida, com um volume de prémios de 4.324 milhões de euros, apresentou uma evolução negativa em relação ao ano anterior de 1,3%. As principais contribuições negativas vieram dos ramos Automóvel (-6,9%, justificada pela tendência de diminuição do prémio médio e também pela alteração do método de contabilização da contribuição para o Fundo de Garantia Automóvel) e Acidentes de Trabalho (-2,8%, influenciada por ajustamentos tarifários e diminuição da actividade económica).

Muitos dos restantes ramos Não Vida tiveram uma evolução positiva, como é o caso dos seguros de Saúde (+10,5%) que reflectem a contínua preocupação com os acessos aos cuidados de saúde e os seguros de Crédito e Caução (+14,4%) consequência do aumento da procura por este tipo de garantias, no actual contexto conjuntural.

O peso da actividade seguradora no PIB passou de 8,45% em 2007 para 9,15% em 2008, o maior nível de sempre. O segmento Vida contribui com 6,57% para o PIB e o Não Vida com 2,58% (5,75% e 2,69% em 2007, respectivamente). A taxa de sinistralidade Não Vida agravou-se em 2008, com especial destaque para Acidentes de Trabalho e Saúde, cuja taxa continua muito elevada, próxima dos 80%.

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar do sector segurador, a iniciativa mais importante foi a publicação da nova Lei do Contrato de Seguro. Embora só produza efeitos a partir do início de 2009, o ano de 2008 foi de intensa preparação para este novo regime jurídico do contrato de seguro.

Existem outros projectos em fase de preparação, com destaque para o Solvência II, que tem sido objecto de vários estudos ao nível dos vários mercados, de onde se salienta, em 2008, a realização do QIS 4, que se saldou por uma participação muito positiva do mercado segurador português.

2.2 Factos Relevantes de 2008

Desde 2006, o mercado de seguros Não Vida tem sido fortemente influenciado pelo abrandamento do crescimento económico e pela introdução da nova Lei das Cobranças. A conjugação destes dois factores levou a um forte aumento da competitividade e a uma elevada rotação de clientes.

Face a este enquadramento de mercado, a Tranquilidade desenvolveu um esforço de retenção de clientes, reduzindo, em termos médios, o prémio por cliente e abdicando de alguns grandes negócios em que a pressão concorrencial retirava a sua margem de lucro.

Em 2008, a Tranquilidade desenvolveu a sua orientação para a segmentação de clientes, aumentando o investimento nas suas estruturas dedicadas para médias empresas e *private*. Durante este ano continuou igualmente o seu investimento na sua rede de lojas *franchisadas*, que atingiu o número de 71 no final do ano. Da mesma forma, multiplicou, em parceria com o Banco Espírito Santo, o número de postos avançados para 42.

Em 2008 a Tranquilidade lançou um novo desafio para o triénio 2008-2010, que intitulou de Programa Triatlo, com o objectivo de dinamizar o crescimento do negócio e de reduzir a estrutura de custos da Companhia.

Neste âmbito, a Tranquilidade reforçou a sua aposta nos meios de serviço ao cliente, disponibilizando uma solução de consulta, emissão e alteração local de apólices, em suporte web, permitindo assim alargar de forma substancial o universo de Mediadores com capacidade de execução local de operações. Esta solução permitiu o incremento do rácio de emissão descentralizada de apólices e a melhoria substancial dos tempos médios de emissão. No final de 2008, a emissão de apólices informaticamente pelos agentes já atingia os 76% do total de apólices.

Em termos de acompanhamento comercial, para além de continuar a testar a nova forma de dinamização remota de alguns Mediadores, deram-se os primeiros passos ao nível da criação de um programa visando a maximização da eficácia comercial e produtividade no terreno. Optimizou-se o dimensionamento das equipas comerciais e iniciou-se um programa de desenvolvimento de melhores práticas comerciais.

Ao nível da oferta, a Tranquilidade iniciou um importante processo de *revamping* da sua oferta para o segmento de Negócios, bem como continuou a melhorar a sua oferta de Auto, Multirrisco e Saúde, para Particulares.

Ainda no âmbito do Programa Triatlo, na sua vertente de aumento de eficiência operacional e redução de custos, a Tranquilidade concluiu em 2008 uma alteração substancial na sua infra-estrutura informática abandonando a plataforma *mainframe* com a implementação de uma plataforma distribuída.

Dando sequência ao Plano de Acção Estratégico do triénio 2005-2007, designado por Programa Turbo, a Tranquilidade lançou no início de 2008 a seguradora directa LOGO, SA., que opera exclusivamente pelos canais telefónico e internet, e dedica-se nesta sua fase inicial, ao ramo automóvel.

Na área de gestão de Sinistros, a Companhia deu sequência ao desenvolvimento e disponibilização de meios que possibilitam a melhoria da eficácia e da eficiência na gestão de sinistros, nomeadamente o alargamento da desmaterialização dos circuitos de documentação e a disponibilização de ferramentas de suporte à gestão.

As medidas implementadas permitiram, já em 2008, uma redução dos custos operacionais de cerca de 11 milhões de euros, ou seja, -12,5% face a 2007.

A Tranquilidade, à data de 31 de Dezembro de 2008, mantém a notação de rating "A-", definida pela Fitch Ratings.

2.3 Principais Variáveis e Indicadores de Actividade

	(milhares de euros)		
	2008	2007	VAR 08/07 (%)
Balanço			
Investimentos	740 464	770 623	-3,9
Activo Líquido	956 185	1 004 934	-4,9
Capital Próprio	220 445	266 171	-17,2
Provisão p/Prémios Não Adquiridos (SD+RA)	84 485	94 773	-10,9
Provisão para Sinistros (SD+RA)	530 264	528 486	0,3
Provisão para Sinistros, líquida de Resseguro	495 249	493 813	0,3
Provisões Técnicas (SD+RA)	639 233	634 802	0,7
Ganhos e Perdas			
Prémios Brutos Emitidos de Seguro Directo	334 031	361 974	-7,7
Prémios Adquiridos, líquidos de Resseguro	307 777	314 019	-2,0
Custos com Sinistros de Seguro Directo	229 654	224 366	2,4
Custos com Sinistros, líquidos de Resseguro	213 087	213 045	0,0
Custos Operacionais	77 334	88 412	-12,5
Rendimentos	29 451	28 998	1,6
Resultado Líquido	10 059	22 842	-56,0
Indicadores			
Prémios Brutos Emitidos / N ^o de Empregados	445,4	445,2	0,0
Taxa de Sinistralidade de Seguro Directo	65,9%	62,1%	+3,8 p.p.
Taxa de Sinistralidade líquida de Resseguro	69,2%	67,8%	+1,4 p.p.
Resultado Líquido / Prémios Brutos Emitidos	3,0%	6,3%	-3,3 p.p.
Rácio Combinado líquido de Resseguro	106,4%	101,7%	+4,7 p.p.
Rácio de Solvência	320,0%	273,9%	+46,1 p.p.

2.4 A Actividade da Tranquilidade em 2008

2.4.1 Prémios de Seguro Directo

O volume de prémios de seguro directo ascendeu em 2008 a 334.031 milhares de euros, o que significa um decréscimo de 7,7% em relação a 2007. O mercado segurador não vida também apresentou um decréscimo na sua produção de seguro directo, de 1,3%.

A evolução negativa da economia em 2008 repercutiu-se mais fortemente no segmento Não Vida, com especial incidência em Automóvel e Acidentes de Trabalho, assistindo-se a descidas do prémio médio e ajustamentos tarifários em baixa.

Na Tranquilidade, a quebra na produção deveu-se essencialmente ao comportamento do ramo Automóvel, que registou um decréscimo de 15,5% face ao ano anterior. A intensa concorrência por via do preço, a queda do prémio médio e a introdução de automatismos de regularização de recibos à cobrança, foram as principais condicionantes desta descida dos prémios. As maiores seguradoras que operam no nosso mercado tiveram uma evolução semelhante no ramo Automóvel e foram as seguradoras mais pequenas que conseguiram uma maior captação de clientes. O total do mercado decresceu 6,9%.

A queda de 3,2% em Acidentes e Doença, reflecte a diminuição no ramo Acidentes Pessoais (52,0%, devido à reorganização interna no Grupo Segurador Espírito Santo, com impacto neste ramo), parcialmente compensado pelo bom desempenho dos ramos Acidentes de Trabalho e Saúde, com crescimentos acima do mercado (respectivamente, +0,5% vs -2,8% do mercado e +20,9% vs +10,5% do mercado).

A Tranquilidade apresenta também um bom desempenho no grupo Incêndio e Outros Danos, cujo crescimento de 5,0% se situa acima dos 3,7% alcançado pelo mercado. Os bons resultados alcançados foram o reflexo do crescimento significativo do *cross-selling* no Retailo e do contributo positivo das unidades de negócio relativas às Médias Empresas e Grandes Clientes e Corretores.

De notar que, excluindo a produção de Automóvel e a transferência de um seguro do ramo Acidentes Pessoais para outra seguradora do Grupo Espírito Santo, a Tranquilidade teria apresentado em 2008 um crescimento homólogo de 3,6%.

(milhares de euros)

PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO	2008	%	2007	%	VAR 08/07 (%)
Acidentes e Doença	100 050	30,0	103 313	28,5	-3,2
Incêndio e Outros Danos	59 202	17,7	56 388	15,6	5,0
Automóvel	145 132	43,4	171 792	47,5	-15,5
Transportes	8 640	2,6	8 761	2,4	-1,4
Responsabilidade Civil	10 446	3,1	10 058	2,8	3,9
Diversos	10 561	3,2	11 662	3,2	-9,4
TOTAL	334 031	100,0	361 974	100,0	-7,7

A Tranquilidade apresenta uma quota de mercado de 7,8%, mantendo a 4ª posição em termos de *ranking* de prémios Não Vida. As outras 3 maiores seguradoras também perderam quota de mercado em 2008.

2.4.2 Custos com Sinistros de Seguro Directo

Os custos com sinistros de seguro directo alcançaram os 229.654 milhares de euros, aumentando cerca de 5.288 milhares de euros, ou seja, +2,4% em relação a 2007. Excluindo o efeito do teste à adequação das provisões (-5.242 milhares de euros em 2007 e +6.071 milhares de euros em 2008) os custos com sinistros decrescem 2,0% em 2008.

As variações mais significativas foram as registadas em Incêndio e Outros Danos (+15.931 milhares de euros) e em Acidentes e Doença (+8.008 milhares de euros). Em Automóvel registou-se um decréscimo nos custos com sinistros, em relação ao ano anterior, de 16.951 milhares de euros.

(milhares de euros)

CUSTOS COM SINISTROS DE SEGURO DIRECTO	2008	2007	VAR 08/07 (%)
Acidentes e Doença	69 373	61 365	13,1
Incêndio e Outros Danos	37 733	21 802	73,1
Automóvel	114 385	131 336	-12,9
Transportes	4 997	5 064	-1,3
Responsabilidade Civil	2 325	3 668	-36,6
Diversos	841	1 131	-25,6
TOTAL	229 654	224 366	2,4

A taxa de sinistralidade (custos com sinistros / prémios brutos adquiridos) subiu 3,8 p.p. em relação ao ano anterior, para 65,9%, justificado essencialmente pelo aumento verificado no grupo Incêndio e Outros Danos (de 39,1% para 63,7%).

A sinistralidade elevada neste grupo tem maior expressão no ramo Multirrisco e reflecte as intempéries ocorridas no início do ano e a ocorrência de alguns sinistros de expressão significativa. A taxa de sinistralidade Automóvel, de 72,3%, diminuiu em relação ao período homólogo 3,4 p.p. - apesar da degradação do prémio foi possível diminuir a sinistralidade através dos efeitos das medidas de optimização dos custos com sinistros.

CUSTOS COM SINISTROS SD / PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS *	2008	2007
Acidentes e Doença	69,2	60,1
Incêndio e Outros Danos	63,7	39,1
Automóvel	72,3	75,7
Transportes	56,9	57,4
Responsabilidade Civil	22,0	39,1
Diversos	7,4	10,0
TOTAL	65,9	62,1

(*) Custos com sinistros com custos imputados em % dos prémios adquiridos

2.4.3 Provisões Técnica de Seguro Directo

As provisões técnicas de seguro directo ascenderam a 635.094 milhares de euros, o que significa um aumento de 735 milhares de euros. A diminuição verificada na Provisão para Prémios Não Adquiridos foi superada pelo aumento na Provisão para Riscos em Curso, em virtude do comportamento da sinistralidade, principalmente em Multirrisco e Automóvel.

(milhares de euros)

PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO	2008	2007	VAR 08/07 (%)
Provisão para Prémios Não Adquiridos	83 208	94 703	-12,1
Provisão para Sinistros	528 672	528 177	0,1
Acidentes de Trabalho	177 284	179 636	-1,3
Outros Ramos	351 388	348 541	0,8
Outras Provisões Técnicas	23 214	11 479	102,2
TOTAL	635 094	634 359	0,1

2.4.4 Resseguro Cedido

O saldo de resseguro cedido, de 15.529 milhares de euros, foi mais favorável em 2008 comparativamente a 2007, em 9.831 milhares de euros.

O volume de prémios cedidos foi inferior ao do ano anterior, reflexo da diminuição em linhas de negócio com grande componente de resseguro (acidentes pessoais).

(milhares de euros)

RESSEGURO CEDIDO	2008	2007	VAR 08/07 (%)
Prémios	41 698	48 125	-13,4
Comissões	-8 394	-10 692	-21,5
Sinistros e Variação das Provisões Técnicas	-17 775	-12 072	47,2
RESULTADO	15 529	25 361	-38,8

2.4.5 Saldo Técnico Líquido de Resseguro

O saldo técnico líquido de resseguro em 2008, no valor de 57.471 milhares de euros, decresceu 28% em relação ao ano anterior, penalizado pela quebra na produção, pelo aumento do custo com sinistros e da provisão para riscos em curso.

O maior decréscimo verificou-se em Automóvel, cujo saldo técnico líquido de resseguro apresentou uma diminuição de 14.195 milhares de euros, em relação ao ano anterior. Também em Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos, o saldo técnico sofreu uma quebra de 13,1% e 37,0%, respectivamente.

(milhares de euros)			
SALDO TÉCNICO, LÍQUIDO DE RESSEGURO	2008	2007	VAR 08/07 (%)
Acidentes e Doença	22 941	26 388	-13,1
Incêndio e Outros Danos	10 266	16 290	-37,0
Automóvel	16 828	31 023	-45,8
Transportes	1 961	2 161	-9,3
Responsabilidade Civil	5 342	4 027	32,7
Diversos	133	-98	235,7
TOTAL	57 471	79 791	-28,0

2.4.6 Custos Operacionais

O total de custos operacionais decresce 12,5%, atingindo um valor de 77.334 milhares de euros em 2008. A descida dos custos foi conseguida devido às fortes medidas de contenção desenvolvidas pela Companhia, nomeadamente em termos de redução de recursos humanos, de negociação de custos de cobrança, de contratos com fornecedores e de redução de custos informáticos.

Neste sentido, em 2008, os Custos com Pessoal decrescem 7,4% e os FSE 16,4%, sendo possível uma poupança de 3.086 milhares de euros e 4.969 milhares de euros, respectivamente.

A redução em Impostos e Taxas deriva do Fundo de Garantia Automóvel em 2008 ter deixado de ser registado em custos do exercício.

(milhares de euros)			
CUSTOS OPERACIONAIS	2008	2007	VAR 08/07 (%)
Custos com Pessoal	38 386	41 472	-7,4
Fornecimentos e Serviços Externos	25 290	30 259	-16,4
Impostos e Taxas	2 931	6 033	-51,4
Amortizações	8 786	8 652	1,5
Outros *	1 941	1 996	-2,8
TOTAL	77 334	88 412	-12,5

(*) Inclui Provisões para Riscos e Encargos, Juros Suportados, Comissões e Outros Custos com Investimentos

2.4.7 Quadro de Pessoal

Durante o exercício de 2008 foram admitidos no quadro efectivo 29 novos colaboradores e verificaram-se 92 saídas, das quais 50 por passagem às situações de pré-reforma e de reforma.

Em consequência destes movimentos, o quadro efectivo diminuiu 7,7%. A produtividade manteve-se ao nível do ano anterior, com o valor de prémios de seguro directo por colaborador do quadro efectivo a atingir 445.374 euros.

	2008	2007	VAR 08/07 (%)
Admissões	29	29	0,0
Saídas	92	92	0,0
das quais Pré-Reforma ou Reforma	50	37	35,1
Total Quadro Efectivo	750	813	-7,7
Prémios / nº Efectivos	445 374	445 233	0,0

2.4.8 Investimentos

O ano de 2008 ficou marcado por uma crise sem precedentes nos mercados financeiros internacionais e pelo forte abrandamento da actividade económica à escala global.

Os mercados accionistas registaram perdas assinaláveis, cerca de 50%, na maioria dos casos. A globalização não deixou nenhum país indiferente à onda de desalavancagem, no qual o sector financeiro se mais destacou pela negativa.

Durante o ano de 2008, na continuidade da crise desencadeada com o *sub-prime* em meados de 2007, assistimos à intensificação da crise nos mercados de crédito. Nas emissões de dívida *corporate*, os *spreads* evidenciaram uma tendência de alargamento que se agravou após a declaração de insolvência da Lehman Brothers, resultante do acréscimo da percepção da deterioração da capacidade de honorabilidade das responsabilidades das empresas.

A elevada incerteza quanto à extensão e duração da crise originaram um ciclo de subida das taxas de juro no curto prazo e consequentemente à deterioração das condições de financiamento da economia. Esta situação atingiu o pico no início do quarto trimestre, período que marcou o início da normalização do spread das taxas Euribor face às taxas directoras registada a partir daí em diante.

A turbulência e a volatilidade sentida nos mercados financeiros em 2008 condicionaram a actividade financeira da Tranquilidade. Este cenário induziu à alteração significativa na política financeira delineada no início do ano. Exemplos dessas alterações foram a redução da exposição ao mercado accionista, valores praticamente nulos no final de 2008, e a manutenção dos elevados montantes em liquidez.

Em termos de resultados financeiros, o ano de 2008 ficou marcado por um impacto negativo, por via do registo de imparidades sob posições obrigacionistas e da realização de perdas na saída de posições accionistas consideradas de *trading*, que foram compensadas por valias realizadas com a alienação de algumas participações financeiras *non-core*.

O segmento obrigacionista foi sendo reforçado durante o primeiro trimestre, taxa *float*, privilegiando a manutenção do *rating* médio do portfólio em A2/A e, a partir de Novembro, procedeu-se ao investimento em taxa fixa com maturidades de 3/5 anos, acompanhadas de medidas de redução de maturidades dos activos em carteira.

Reforço da exposição em liquidez, sendo que a generalidade das aplicações foram efectuadas no pico das taxas do mercado interbancárias por um prazo de seis meses – aplicações a uma taxa média de 6,4%.

O ano de 2008 também ficou marcado pelo reforço do Capital Social das empresas de seguros detidas (T-Vida e LOGO em 50.000 milhares de euros) e pela valorização das empresas do Grupo Tranquilidade a valores de mercado.

Negativamente, os Capitais Próprios foram afectados em 8.525 milhares de euros pela subida acentuada dos *spreads* de crédito com impacto em menos valias potenciais do segmento obrigacionista.

(milhares de euros)			
ACTIVOS SOB GESTÃO	2008	2007	VAR 08/07 (%)
Obrigações	268 251	272 446	-1,5
Acções e Fundos de Investimento	198 264	287 994	-31,2
Acções e Fundos de Investimento - Estratégico	193 356	218 663	-11,6
Acções e Fundos de Investimento - Trading	4 908	69 331	-92,9
Imóveis	126 661	127 241	-0,5
Liquidez	165 795	120 335	37,8
Outros	2 096	2 171	-3,5
TOTAL	761 067	810 187	-6,1

A rentabilidade dos activos médios situou-se nos 4,0%, o que compara com os 4,3% obtidos em 2007. Esta variação é justificada pelo efeito negativo obtido com as imparidades obtidas sobre as posições obrigacionistas, apesar deste efeito ser compensado parcialmente com mais valias realizadas na alienação de participações financeiras *non-core*. Se excluirmos o efeito das imparidades mencionadas, a rentabilidade obtida em 2008 seria de 5,9%.

(milhares de euros)			
RESULTADO FINANCEIRO	2008	2007	VAR 08/07 (%)
Rendimentos	29 451	28 998	1,6
Títulos	26 892	25 947	3,6
Imóveis	2 559	3 051	-16,1
Ganhos e Perdas	16 313	6 639	145,7
Títulos	15 513	5 820	166,5
Imóveis	800	819	-2,3
Imparidades	15 602	1 862	737,9
Títulos	15 602	534	2 821,7
Imóveis		1 328	
TOTAL	30 162	33 775	-10,7

2.4.9 Capital Próprio e Margem de Solvência

O Capital Próprio em 2008 diminuiu 45.726 milhares de euros relativamente ao ano anterior, para 233.306 milhares de euros explicado, na sua maioria, pelo decréscimo verificado na Reserva de Reavaliação (por ajustamento no justo valor de activos financeiros).

Este efeito decorre da alteração de critérios de valorização das empresas englobadas no perímetro de consolidação do Grupo Tranquilidade, de valor de aquisição para o justo valor, compensando as perdas potenciais da carteira obrigacionista.

O rácio de solvabilidade passou para 320,0% contra 273,9% registado em 2007. Para esta evolução favorável contribuiu o acréscimo dos Elementos Constitutivos que engloba os Capitais Próprios, e no qual se destaca a variação da Reserva de Reavaliação – Justo valor.

(milhares de euros)			
CAPITAL PRÓPRIO	2008	2007	VAR 08/07 (%)
Capital Social	135 000	135 000	0,0
Reservas de Reavaliação (líquidas de impostos diferidos)	16 973	54 758	-69,0
Outras Reservas	40 046	37 699	6,2
Resultados Transitados	18 367	15 872	15,7
Resultado Líquido	10 059	22 842	-56,0
TOTAL	220 445	266 171	-17,2

2.4.10 Controlo Interno

O ano de 2008 foi marcante no que diz respeito à implementação de diversos projectos considerados relevantes quer para o acompanhamento dos impactos legais em termos de compliance e gestão de risco, quer como a adaptação aos novos desafios que se avizinham que implicarão alterações substanciais no negócio de seguros. Podemos destacar os seguintes:

- Início do projecto de modelos internos de Capital Económico;
- Integração em grupos de trabalho do ISP e da APS sobre matérias referentes à evolução do projecto Solvência II.
- Realização do QIS 4 – Estudo de Impacto Quantitativo da aplicação das regras do Solvência II ao cálculo do Capital Económico das seguradoras;
- Actualização do sistema de controlo interno da Companhia;
- Elaboração dos relatórios da política de risco da Tranquilidade;
- Definição e formalização da base de dados de Risco Operacional;
- Lançamento e acções de formação às áreas no que respeita a risco operacional;

Em termos de alterações legislativas foi necessário o acompanhamento da implementação da nova Lei do contrato de seguro, bem como a análise e implementação da nova Lei sobre prevenção de branqueamento de capitais.

2.5 Proposta de Aplicação de Resultados

Os resultados do exercício atingiram 10.059.341,17 euros em 2008, para o qual propomos a seguinte aplicação:

- 10% do resultado do exercício no montante de 1.005.934,12 euros para Reserva Legal;
- O remanescente para Outras Reservas.

2.6 Objectivos para 2009

Para 2009, adivinha-se um cenário recessivo na generalidade das economias avançadas, baixo crescimento nas economias de mercado emergentes, diminuição do comércio internacional e continuação das restrições ao crédito.

Apesar dos esforços da cedência de liquidez por parte das autoridades monetárias, o cenário económico global é fortemente pessimista, dominado pela ameaça de recessão e de deflação.

Assim, continuará a existir grande volatilidade nos mercados de capitais, sendo mais um ano de dificuldades para o sector segurador no que respeita às actividades financeiras.

As condicionantes económico-financeiras aliadas à agressividade no mercado, provocando redução significativa das tarifas, induz à continuidade do projecto de redução de custos na Companhia, reduzindo o seu *expense ratio*.

Assim, a Tranquilidade irá prosseguir o programa do triénio, através do alargamento da disponibilização de capacidades operativas descentralizadas, bem como no aumento da produtividade das suas equipas.

Ao nível comercial, a Tranquilidade vai investir nos próximos anos em 5 eixos:

1. Aumentar a sua eficácia comercial em Não Vida, alavancada na oferta do Grupo, Vida e Assurfinance;
 - Através de métricas de produtividade comercial
 - Através de implementação de melhores práticas de metodologias de trabalho comercial
2. Optimizar a retenção de clientes (Auto);
3. Desenvolver a sua cobertura nacional, aumentando a sua presença em mais pontos de venda multimarca;
4. Continuar a desenvolver abordagens segmentadas ao mercado, entrando no segmento Negócios mais estruturadamente;
5. Assegurar aos seus clientes um serviço cada vez melhor.

A Tranquilidade, ao longo da sua existência, tem apoiado diversas áreas da comunidade, na perspectiva de colaborar para a construção de uma sociedade melhor, mais justa e mais sustentável.

Em 2008, a Companhia continuou a catalisar o desenvolvimento dos valores associados à sustentabilidade.

Este tipo de contributo faz parte na nossa arquitectura de sustentabilidade denominada “Tranquilidade Valor” e assenta nos seguintes eixos:

- “Valor Equipa” - Construir objectivos comuns e partilhar conhecimentos;
- “Valor Social” - Desenvolver e melhorar a actual estratégia de responsabilidade social, criando rotinas de relação com a comunidade;
- “Valor Ambiente” - Consciencialização ambiental do público interno e externo;
- “Valor Cultura” - Continuar a apoiar e a promover o desenvolvimento cultural no País;
- “Valor Desporto” - Pretendemos ser um elemento importante no progresso da actividade desportiva nacional.

Em 2009, a Companhia irá concluir e proceder à implementação de capacidades orientadas ao controlo e mitigação de risco global, com a implementação do seu Plano de Continuidade de Negócio e de modelos de Suporte aos requisitos do Solvência II.

No que respeita à política de risco, para 2009 prevêem-se as seguintes actividades:

- Modelos Internos de Capital Económico, englobando todas as empresas do grupo Tranquilidade;
- Definição e identificação de indicadores e métricas para acompanhamento dos riscos globais;
- Desenvolvimento de modelos de *reporting* de risco operacional;
- Identificação e monitorização dos principais riscos de compliance.

2.7 Considerações Finais

O Conselho de Administração deseja expressar o seu reconhecimento aos Accionistas, Clientes, Mediadores e Colaboradores pela sua contribuição para o desenvolvimento da Sociedade.

Registamos igualmente, com apreço, a acção do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, e agradecemos a colaboração prestada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Associação Portuguesa de Seguradores em vários domínios nas suas áreas de competência.

Lisboa, 03 de Março de 2009

O Conselho de Administração

Rui Manuel Leão Martinho
(Presidente do Conselho de Administração)

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
(Vogal e Presidente da Comissão Executiva)

Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

António Miguel Natário Rio-Tinto
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
(Vogal e Membro da Comissão Executiva)

Eduardo Antunes Stock
(Vogal)

Miguel Luís Kolback da Veiga
(Vogal)

António José Baptista do Souto
(Vogal)

Manrico Iachia
(Vogal)

António Manuel Rodrigues Marques
(Vogal)



 GERARD CASTELLO LOPES
Lisboa, 1998
Prova gelatina sal de prata
50 x 40 cm

Cortesia do Artista

03 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Demonstrações Financeiras

Balanço (Activo) de 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(milhares de euros)

ACTIVO	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Valor Bruto	Imparidade, Depreciações / Amortizações ou Ajustamentos	Valor Líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8	23 586		23 586	41 158
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	7	133 006		133 006	105 490
Activos financeiros detidos para negociação	6	35		35	
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6	4 538		4 538	21 151
Derivados de cobertura					
Activos disponíveis para venda	6	324 488	16 135	308 353	364 733
Empréstimos e contas a receber		167 871		167 871	152 008
Depósitos junto de empresas cedentes	6	1		1	2
Outros depósitos	6	119 315		119 315	81 004
Empréstimos concedidos	6	45 336		45 336	71 002
Contas a receber					
Outros	6	3 219		3 219	
Investimentos a deter até à maturidade					
Terrenos e edifícios		131 971	5 310	126 661	127 241
Terrenos e edifícios de uso próprio	9	45 029	5 310	39 719	44 337
Terrenos e edifícios de rendimento	9	86 942		86 942	82 904
Outros activos tangíveis	10	37 782	34 416	3 366	3 974
Inventários	10	396		396	507
Goodwill	12	25 785		25 785	25 785
Outros activos intangíveis	12	40 853	27 650	13 203	12 607
Provisões técnicas de resseguro cedido		47 901		47 901	48 024
Provisão para prémios não adquiridos	4	12 886		12 886	13 351
Provisão para sinistros	4	35 015		35 015	34 673
Provisão para participação nos resultados					
Provisão para compromissos de taxa					
Provisão para estabilização de carteira					
Outras provisões técnicas					
Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	23	12 811		12 811	7 264
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		92 472	6 147	86 325	92 836
Contas a receber por operações de seguro directo	13	55 312	5 356	49 956	50 157
Contas a receber por outras operações de resseguro	13	6 552	238	6 314	7 647
Contas a receber por outras operações	13	30 608	553	30 055	35 032
Activos por impostos		418		418	686
Activos por impostos correntes	24	418		418	686
Activos por impostos diferidos					
Acréscimos e diferimentos	13	1 930		1 930	1 470
Outros elementos do activo					
Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
TOTAL ACTIVO		1 045 843	89 658	956 185	1 004 934

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE

Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO
E ADMINISTRATIVO

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Rui Manuel Leão Martinho
 Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
 Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
 António Miguel Natário Rio-Tinto
 Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
 Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
 Eduardo Antunes Stock
 Miguel Luís Kolback da Veiga
 António José Baptista do Souto
 Manrico Iachia
 António Manuel Rodrigues Marques

Balanço (Passivo e Capital Próprio) de 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(milhares de euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas do Anexo	Exercício	Exercício Anterior
PASSIVO			
Provisões técnicas		639 233	634 802
Provisão para prémios não adquiridos	4	84 485	94 773
Provisão para sinistros	4	530 264	528 486
De vida			
De acidentes de trabalho	4	177 286	179 637
De outros ramos	4	352 978	348 849
Provisão para participação nos resultados	4	810	540
Provisão para compromissos de taxa			
Provisão para estabilização de carteira			
Provisão para desvios de sinistralidade	4	4 193	3 753
Provisão para riscos em curso	4	19 481	7 250
Outras provisões técnicas			
Outros passivos financeiros		806	663
Derivados de cobertura			
Passivos subordinados			
Depósitos recebidos de resseguradores	5	806	663
Outros			
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			
Outros credores por operações de seguros e outras operações		46 897	45 650
Contas a pagar por operações de seguro directo	13	20 195	21 419
Contas a pagar por outras operações de resseguro	13	10 870	11 250
Contas a pagar por outras operações	13	15 832	12 981
Passivos por impostos		28 893	39 609
Passivos por impostos correntes	24	23 425	21 471
Passivos por impostos diferidos	24	5 468	18 138
Acréscimos e diferimentos	13	18 677	17 372
Outras provisões	13	1 234	667
Outros passivos			
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda			
TOTAL PASSIVO		735 740	738 763
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	25	135 000	135 000
(Acções próprias)			
Outros instrumentos de capital			
Reservas de reavaliação		22 629	73 174
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	26	22 629	73 174
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			
Por revalorização de activos intangíveis			
Por revalorização de outros activos tangíveis			
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa			
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira			
De diferenças de câmbio			
Reserva por impostos diferidos	26	-5 656	-18 416
Outras reservas	26	40 046	37 699
Resultados transitados	35	18 367	15 872
Resultado do exercício		10 059	22 842
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		220 445	266 171
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		956 185	1 004 934

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO
E ADMINISTRATIVO
Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rui Manuel Leão Martinho
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Eduardo Antunes Stock
Miguel Luís Kolback da Veiga
Antonio José Baptista do Souto
Manrico Iachia
António Manuel Rodrigues Marques

Ganhos e Perdas de 31 de Dezembro de 2008 e 2007

(milhares de euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS

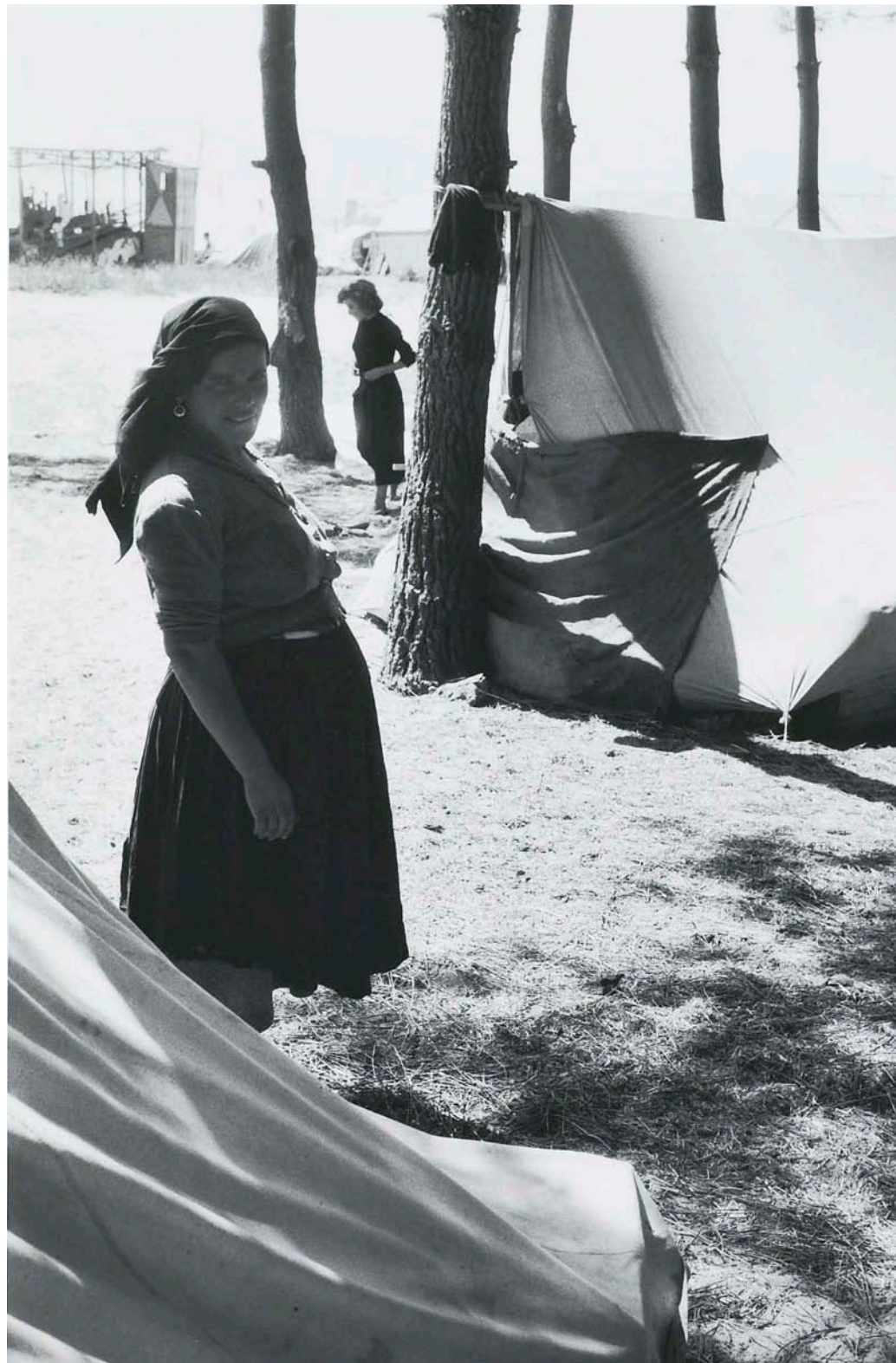
	Notas do Anexo	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		307 777		307 777	314 019
Prémios brutos emitidos	14	337 144		337 144	362 380
Prémios de resseguro cedido	14	-41 698		-41 698	-48 125
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	4 e 14	12 796		12 796	-975
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	4 e 14	-465		-465	739
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	4	213 087		213 087	213 045
Montantes pagos		212 029		212 029	193 216
Montantes brutos		229 466		229 466	205 718
Parte dos resseguradores		-17 437		-17 437	-12 502
Provisão para sinistros (variação)		1 058		1 058	19 829
Montante bruto		1 861		1 861	18 661
Parte dos resseguradores		-803		-803	1 168
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4	12 670		12 670	3 154
Participação nos resultados, líquida de resseguro	4	270		270	270
Custos e gastos de exploração líquidos	21	99 506		99 506	103 853
Custos de aquisição		71 811		71 811	76 198
Custos de aquisição diferidos (variação)	4	2 508		2 508	-895
Gastos administrativos		33 581		33 581	39 242
Comissões e participação nos resultados de resseguro		-8 394		-8 394	-10 692
Rendimentos	16	28 540	911	29 451	28 998
De juros de activos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		21 559	90	21 649	20 198
De juros de passivos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		6 981	821	7 802	8 800
Gastos financeiros	16	2 102	4	2 106	2 318
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas					
Outros		2 102	4	2 106	2 318
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	17	13 385	2 178	15 563	5 635
De activos disponíveis para venda		13 385	2 178	15 563	5 875
De empréstimos e contas a receber					
De investimentos a deter até à maturidade					
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
De outros					-240
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	17	-52		-52	218
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação					
Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		-52		-52	218
Diferenças de câmbio	19	2		2	-33
Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	17	800		800	819
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		-15 039	-563	-15 602	-1 862
De activos disponíveis para venda	6	-15 039	-563	-15 602	-534
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
De investimentos a deter até à maturidade					
De outros	9				-1 328
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	20	-659		-659	-558
Outras provisões (variação)	20				55
Outros rendimentos/gastos	20		1 720	1 720	2 178
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas					
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial					
Ganhos e perdas de activos não correntes não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		7 119	4 242	11 361	26 829
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	24		-1 543	-1 543	-1 545
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	24		241	241	-2 442
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		7 119	2 940	10 059	22 842


O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Paulo Jorge Pinheiro Santos

O DIRECTOR DA CONTABILIDADE
Pedro Manuel Borges Medalhas da Silva

O DIRECTOR FINANCEIRO
E ADMINISTRATIVO
Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Rui Manuel Leão Martinho
Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha
Augusto Tomé Pires Fernandes Pedroso
António Miguel Natário Rio-Tinto
Miguel Maria Pitté Reis da Silveira Moreno
Nuno Miguel Pombeiro Gomes Diniz Clemente
Eduardo Antunes Stock
Miguel Luís Kolback da Veiga
Antonio José Baptista do Souto
Manrico Iachia
António Manuel Rodrigues Marques



GERARD CASTELLO LOPES 
Sines, 1958
Prova gelatina sal de prata
50 x 40 cm

Cortesia do Artista

04 MAPA DE VARIAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS


Mapa de Variação de Capitais Próprios

Mapa de Variação de Capitais Próprios de 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

(milhares de euros)

	Reservas de Reavaliação			Outras Reservas			Resultados Transitados	Resultado do Exercício	TOTAL
	Capital Social	Por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Reserva por Impostos Diferidos	Reserva legal	Outras reservas			
Balanço a 1 de Janeiro 2007 (balanço de abertura)	135 000	0	17 405	-4 209	-21 049	928	-62 105	153 939	262 007
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)		38 049		-10 104					27 945
Balanço a 1 de Janeiro 2007 (balanço de abertura alterado)	135 000	38 049	17 405	-14 313	-21 049	928	-62 105	153 939	289 952
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		32 689							32 689
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-14 969						-14 969
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				-4 103					-4 103
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					15 722		-15 722		0
Distribuição de lucros/prejuízos							-60 240		-60 240
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							153 939	-153 939	0
Total das variações do capital próprio	0	32 689	-14 969	-4 103	15 722	0	77 977	-153 939	-46 623
Resultado líquido do período								22 842	22 842
Balanço a 31 de Dezembro 2007	135 000	70 738	2 436	-18 416	36 771	928	15 872	22 842	266 171
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		-31 505							-31 505
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-19 040						-19 040
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				12 760					12 760
Aumentos de reservas por aplicação de resultados					2 347		-2 347		0
Distribuição de lucros/prejuízos							-18 000		-18 000
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas							22 842	-22 842	0
Total das variações do capital próprio	0	-31 505	-19 040	12 760	2 347	0	2 495	-22 842	-55 785
Resultado líquido do período								10 059	10 059
Balanço a 31 de Dezembro 2008	135 000	39 233	-16 604	-5 656	39 118	928	18 367	10 059	220 445



GERARD CASTELLO LOPES 
Sines, 1958
Prova gelatina sal de prata
50 x 40 cm

Cortesia do Artista

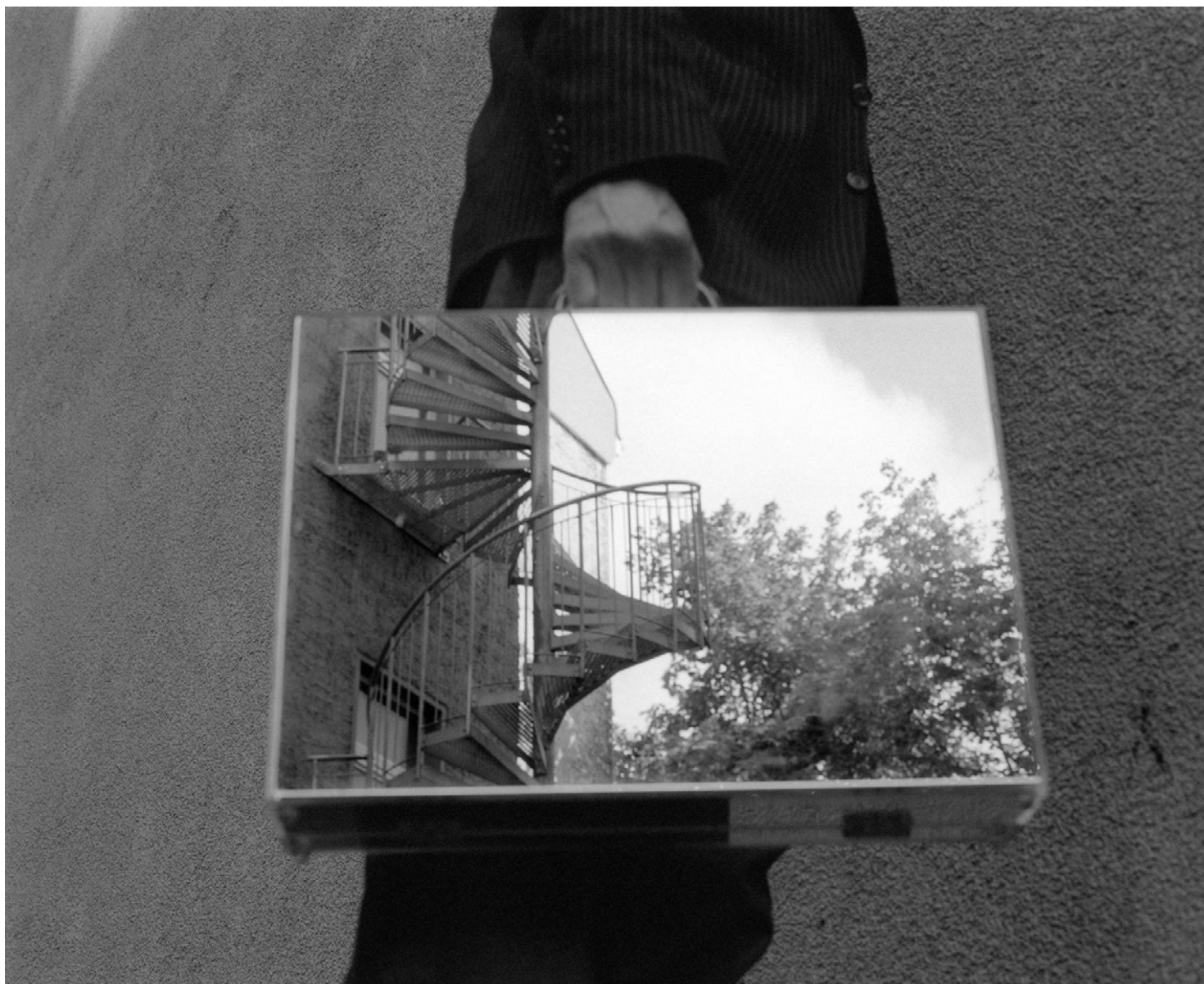
05 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA




Demonstração de Fluxos de Caixa

Demonstração de Fluxos de Caixa de 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Fluxos de caixa de actividades operacionais	-25 020	17 261
Resultado líquido do exercício	10 059	22 842
Depreciações e amortizações do exercício	8 786	7 927
Variação das provisões técnicas de seguro directo	4 430	28 619
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	123	429
Variação de outras provisões	567	-2 100
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	6 510	-21 069
Variação de outros activos e passivos por impostos	-10 448	-15 818
Variação de outros activos e passivos	-46 294	4 436
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	1 247	-8 005
Fluxos de caixa de actividades de investimento	25 448	35 401
Variação de investimentos	29 580	32 277
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	-8 232	-11 276
Alienações de activos tangíveis e intangíveis	1 655	2 829
Aquisição de imóveis	-3 779	-
Alienações de terrenos e edifícios	6 224	11 571
Fluxos de caixa de actividades de financiamento	-18 000	-64 239
Distribuição de dividendos	-18 000	-64 239
Variação líquida em caixa e equivalentes	-17 572	-11 577
Caixa e equivalentes no início do período	41 158	52 735
Caixa e equivalentes no fim do período	23 586	41 158



 RUI CALÇADA BASTOS
Sem título #43/06, 2006
Prova cromogénea de ampliação digital
(Processo LightJet Lambda) · 85 x 110 cm
Edição 2/3

Cortesia Vera Cortês

06 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Anexo às Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

Nota 1 - Informações Gerais

A Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. (adiante designada por Tranquilidade ou Companhia) resultou da transformação em sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos da então empresa pública Tranquilidade Seguros, EP, a qual foi formada a partir da fusão da Companhia de Seguros Tranquilidade, da Companhia de Seguros A Nacional e da Companhia de Seguros Garantia Funchalense.

Após as duas fases de privatização, ocorridas em finais de 1989 e de 1990, a Companhia passou a ser detida maioritariamente pelo Grupo Espírito Santo. De referir que a Companhia procedeu ainda à fusão da ESIA - Inter - Atlântico Companhia de Seguros, à data de 30 de Dezembro de 2004.

A Companhia tem sede social e local principal de negócios na Av. da Liberdade, 242, em Lisboa, estando registada com o NIPC 500940231 e matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Exerce a actividade de seguros e resseguros em Portugal em todos os ramos técnicos Não Vida (com excepção do seguro de crédito), sob a supervisão do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e mediante a autorização n.º 1037.

Em volume de prémios directos, os ramos técnicos de maior significado são o ramo Automóvel e o ramo de Acidentes e Doença.

Presentemente, a Companhia opera através de dois escritórios em Lisboa e no Porto e de uma sucursal em Espanha. A rede de distribuição tem um total de 334 pontos físicos de venda localizados em várias zonas do país através de 48 delegações próprias, 71 lojas *franchisadas* e 215 lojas de agentes com imagem da Tranquilidade, entre as quais 42 são pontos de venda partilhados com o Banco Espírito Santo.

As notas incluídas no presente Anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números que não são indicados, não têm aplicação por inexistência de valores ou situações a reportar, ou não são relevantes.

Nota 2 - Informação por Segmentos

A Tranquilidade explora todos os ramos de seguros não vida, para os quais foi autorizada pelo ISP e as suas políticas e regras de subscrição visam obter o máximo benefício da segmentação das tarifas dos vários produtos, sejam eles para particulares ou para empresas e utilizar todas as fontes de informação disponíveis para avaliação da qualidade dos riscos físicos, financeiros e morais.

Os segmentos de negócio objecto de relato são o de negócio e o geográfico, nos quais os produtos e soluções de maior relevância que a Companhia tem ao dispor dos seus clientes são os referidos como segue:

Segmento de relato - Negócio		
Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
AT Empregados Domésticos	Tranquilidade Casa	Automóvel Ligeiros
AT Conta Própria	Tranquilidade Casa Prestígio	Automóvel Clássicos
AT Conta de Outrem	MR Geral	Automóvel 2 Rodas
	MR Loja	Automóvel Frotas
	MR Restaurantes e Hotéis	
	MR Serviços	
	MR Industrial	
MR-Multirrisco		

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, segmentada pelas linhas de negócios mais relevantes é como segue:

(milhares de euros)				
2008	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	337 144	62 650	59 296	148 123
Prémios de resseguro cedido	-41 698	-434	-22 057	-1 808
Prémios brutos adquiridos	349 940	63 127	59 292	159 584
Resultado dos investimentos	25 534	-436	3 321	19 452
Custos com sinistros brutos	231 327	40 649	37 731	116 156
Custos de exploração brutos	107 900	15 899	21 098	49 825
Resultado técnico	7 119	4 884	-1 867	2 116
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação das provisões técnicas	627 253	179 427	57 308	335 494
Provisões técnicas	639 233	182 854	58 402	341 901

(milhares de euros)				
2007	Total Não Vida	Acidentes de Trabalho	Incêndio e Outros Danos	Automóvel
Rubricas de Ganhos e Perdas				
Prémios brutos emitidos	362 380	62 350	56 681	171 792
Prémios de resseguro cedido	-48 125	-433	-19 398	-2 406
Prémios brutos adquiridos	361 405	62 067	56 082	173 605
Resultado dos investimentos	30 574	9 769	2 365	15 572
Custos com sinistros brutos	224 379	37 874	21 791	131 310
Custos de exploração brutos	114 545	16 553	22 760	51 895
Resultado técnico	23 712	6 909	1 936	12 747
Rubricas de Balanço				
Activos afectos à representação das provisões técnicas	674 985	196 667	55 118	362 844
Provisões técnicas	634 802	184 959	51 836	341 244

A análise das principais rubricas das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, segmentada por áreas geográficas é como segue:

(milhares de euros)			
2008	Total	Portugal	Espanha
Rubricas de Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	337 144	336 395	749
Prémios de resseguro cedido	-41 698	-41 651	-47
Prémios brutos adquiridos	349 940	349 199	741
Resultado dos investimentos	25 534	25 527	7
Custos com sinistros brutos	231 327	231 011	316
Custos de exploração brutos	107 900	107 511	389
Resultado técnico	7 119	7 109	10
Rubricas de Balanço			
Activos afectos à representação das provisões técnicas	627 253	626 897	356
Provisões técnicas	639 233	638 877	356

(milhares de euros)			
2007	Total	Portugal	Espanha
Rubricas de Ganhos e Perdas			
Prémios brutos emitidos	362 380	361 666	714
Prémios de resseguro cedido	-48 125	-48 074	-51
Prémios brutos adquiridos	361 405	360 727	678
Resultado dos investimentos	30 574	30 564	10
Custos com sinistros brutos	224 379	224 173	206
Custos de exploração brutos	114 545	114 199	346
Resultado técnico	23 712	23 603	109
Rubricas de Balanço			
Activos afectos à representação das provisões técnicas	674 985	674 622	363
Provisões técnicas	634 802	634 474	328

Nota 3 - Base de Preparação das Demonstrações Financeiras e das Políticas Contabilísticas

Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da Tranquilidade agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCEs 07"), emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, e subsequentes alterações descritas na Norma n.º 20/2007-R de 31 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das operações das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este novo Plano de Contas introduziu os *International Financial Accounting Standards (IFRS)* em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no *IFRS 4 - Contratos de Seguro*. Os *IFRS* incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e as *interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC)*, e pelos respectivos órgãos antecessores.

A Companhia adoptou o *IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações bem como o IAS 1 (alterado) - Apresentação das demonstrações financeiras*

- *Requisitos de divulgação de capital regulamentar*. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2007, tiveram impacto ao nível das divulgações apresentadas, não tendo tido qualquer efeito nos capitais próprios da Companhia. De acordo com as disposições transitórias destas normas, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Adicionalmente, a Companhia adoptou a partir de 2008 o *IAS 39/IFRS 7 - Reclassificação de Instrumentos Financeiros e, o IFRIC 14/IAS 19 - Limite para activos de benefícios definido*, requisitos mínimos de financiamento e sua interacção. A adopção destas interpretações não teve qualquer efeito nas demonstrações financeiras da Companhia.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo, e estão preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, activos financeiros disponíveis para venda e imóveis de rendimento. Os restantes activos e passivos financeiros, bem como activos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos.

Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 3 de Março de 2009.

Transição para o Novo Plano de Contas

Na preparação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de Dezembro de 2008 e na determinação dos ajustamentos de acordo com os *IFRS* excepto os critérios de mensuração do *IFRS 4*, a Companhia decidiu adoptar certas regras de transição estabelecidas no *IFRS 1 - Adopção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro*.

Em consequência, a data de transição foi 1 de Janeiro de 2005, data de transição para os *IFRS* para efeitos de reporte ao accionista.

A explicação de como a transição para o Novo Plano de Contas afectou a performance financeira da Companhia é fornecida na Nota 35.

Principais Princípios Contabilísticos e Critérios Valorimétricos Adoptados

Investimentos em subsidiárias e associadas

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

De acordo com o IAS 39, a Companhia optou por valorizar os investimentos em subsidiárias ao justo valor.

Associadas

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

De acordo com o IAS 39, a Companhia optou por valorizar os investimentos em associadas ao justo valor.

Activos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no início de cada transacção considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos ganhos e perdas, que inclui:
 - Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;
 - Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando:
 - Tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor;
 - Tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*);
 - Tais activos financeiros contêm derivados embutidos.
- Activos financeiros disponíveis para venda, que inclui:
 - Os activos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
 - Os activos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
 - Os activos financeiros que não se enquadram nas categorias restantes.
- Empréstimos concedidos e contas a receber, que inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, e (ii) activos financeiros disponíveis para venda, são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos detidos para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeam às características de cada categoria. A Companhia não adoptou esta possibilidade.

Imparidade

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos representativos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados correspondem ao seu valor de mercado, quando disponível, ou é determinado tendo por base técnicas de valorização incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa (*discounted cash-flows*) e modelos de avaliação de opções, conforme seja apropriado.

Derivados embutidos

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega

de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados, excepto quando classificadas como coberturas de fluxos de caixa ou coberturas de um investimento líquido, em que as variações cambiais resultantes são reconhecidas em reservas.

Os activos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transacção. Activos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

Activos tangíveis

Os activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os terrenos não são amortizados. As amortizações dos activos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes, às seguintes taxas de amortização que reflectem a vida útil esperada dos bens:

Tipos de Activos	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	37 a 45
Equipamento informático	3 a 4
Mobiliário e material	6 a 10
Instalações interiores	10
Máquinas e ferramentas	4 a 8
Material de transporte	4
Outro equipamento	3 a 8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Propriedades de investimento

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

Activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 a 15 anos).

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais seja expectável que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos, a qual não excede na sua maioria os 5 anos.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Loações

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Resseguro

Os contratos de resseguro são revistos de forma a determinar se as respectivas disposições contratuais pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo. Os contratos de resseguro que não pressupõem a transferência de risco de seguro significativo são contabilizados utilizando o método do depósito e registados em empréstimos como activos ou passivos financeiros relacionados com a actividade de resseguro. Os montantes recebidos ou pagos ao abrigo destes contratos são contabilizados como depósitos utilizando o método da taxa de juro efectiva.

No decurso da sua actividade, a Tranquilidade aceita e/ou cede negócio. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a pagar aos resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais previamente definidas.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com resseguro aceite, no âmbito dos contratos de seguro que pressupõem risco de seguro significativo, são tratados de forma idêntica aos contratos de seguro directo.

Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

A Companhia assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados pensões de reforma por velhice e invalidez, nos termos estabelecidos no Contrato Colectivo dos Trabalhadores de Seguros (CCT).

Os benefícios previstos nos planos de pensões são aqueles que são abrangidos pelo Plano CCT - Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma (plano de benefícios definidos) são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, pela Companhia, individualmente para cada plano.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do *unwinding* dos passivos do plano, são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do maior de entre o total das responsabilidades e do valor do fundo, também reportados ao início do ano, são imputados a resultados durante um período que não pode exceder a média da vida de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano.

Os encargos com reformas antecipadas, assim como os correspondentes ganhos e perdas actuariais, são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

O plano é financiado anualmente com contribuições da Companhia para cobrir responsabilidades projectadas com Pensões, incluindo benefícios complementares quando apropriado. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Em cada data de reporte a Companhia avalia, individualmente para cada Plano, a recuperabilidade de qualquer excesso do fundo, baseado na perspectiva de futuras contribuições que possam ser necessárias.

Benefícios de saúde

Adicionalmente a Companhia concedeu um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo e aos pré-reformados até à idade da reforma. O cálculo e registo das obrigações da Companhia com benefícios de saúde atribuíveis aos pré-reformados até à idade de reforma são efectuados de forma semelhante às responsabilidades com pensões.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Responsabilidade por férias e subsídio de férias

Incluída na rubrica de Acréscimos e Diferimentos do passivo, corresponde a cerca de 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício, e destina-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada exercício perante os empregados pelos serviços prestados até aquela data, a regularizar posteriormente.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios.

Os impostos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de activos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas.

O cálculo do custo amortizado é efectuado utilizando o método da taxa efectiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

Dividendos recebidos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os montantes destes ajustamentos são calculados com base no valor dos prémios por cobrar e nas dívidas de cobrança duvidosa, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP.

Reporte por segmentos

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

Principais Estimativas e Julgamentos Utilizados na Elaboração das Demonstrações Financeiras

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado.

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

As alternativas analisadas de seguida são apresentadas apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento.

De acordo com as políticas da Companhia, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cash flows* futuros estimados para títulos de dívida.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Da utilização de metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, ou, na ausência de cotação, é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Impostos sobre os lucros

A determinação dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas incluindo provisões para sinistros correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos.

As provisões técnicas relativas aos produtos Acidentes e Doença foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para participação nos resultados, (ii) provisão para prémios não adquiridos, (iii) provisão para riscos em curso, (iv) teste de adequação das responsabilidades, (v) provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização respectivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas.

As provisões são revistas periodicamente por actuários qualificados. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, teorias sobre responsabilidade e outros factores.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o montante em que este evento é reportado a Companhia. As provisões são revistas

regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Alteração de Políticas Contabilísticas

As participações em empresas subsidiárias e participadas estavam até ao exercício de 2008 valorizadas ao custo de aquisição, desde a adopção das normas IFRS em 01 de Janeiro de 2005.

No exercício de 2008 procedeu-se à alteração da valorimetria destes activos para o seu justo valor, de acordo com a opção prevista nos IAS 27 e 28, passando a ser este o critério contabilístico adoptado.

Esta alteração de política contabilística foi aplicada retrospectivamente à informação financeira do exercício de 2007, de acordo com o estipulado no IAS8, de forma a permitir uma comparabilidade da informação financeira.

Os estudos efectuados para a determinação do justo valor, tiveram por base pressupostos macroeconómicos e de taxa de desconto (*Weighted Average Cost of Capital*), de acordo com o sector em que cada empresa se encontra inserida.

As metodologias de avaliação adoptadas foram o “*Discounted Cash Flow*” e os “*Dividendos Descontados*”, com excepção da participação detida na T-Vida em que se recorreu a técnicas actuariais específicas para a determinação do seu justo valor.

Relativamente à participação financeira detida na Logo, por se tratar de uma entidade cuja actividade se iniciou em 2008, o que aumenta o grau de incerteza nas suas projecções futuras, considerou-se que o registo da participação pelo montante do capital investido é a forma mais adequada de determinação do seu justo valor.

O resumo do impacto nas demonstrações financeiras, tendo em atenção apenas as rubricas que alteram, é analisado como segue:

(milhares de euros)

	Valorização a Custo de Aquisição		Valorização a Justo Valor		Efeito de Alteração de Política	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
- Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	93 773	34 752	133 006	105 490	39 233	70 738
- Activos por impostos diferidos	4 449	303	0	0	-4 449	-303
Total do Activo	921 401	934 499	956 185	1 004 934	34 784	70 435
- Passivos por impostos diferidos	0	0	5 468	18 138	5 468	18 138
Total do Passivo	730 272	720 625	735 740	738 763	5 468	18 138
- Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	-16 604	2 436	22 629	-73 174	39 233	70 738
- Reserva por impostos diferidos	4 261	25	-5 656	-18 416	-9 917	-18 441
Total do Capital Próprio	191 129	213 874	220 445	266 171	29 316	52 297
Total do Passivo e Capital Próprio	921 401	934 499	956 185	1 004 934	34 784	70 435

Nota 4 - Natureza e Extensão das Rubricas e dos Riscos Resultantes de Contratos de Seguro e Activos de Resseguro

Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

Políticas contabilísticas adoptadas relativamente a contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco seguro. Existe um contrato de seguro quando uma das partes aceita risco significativo de outra parte (tomador de seguro) e acorda compensá-la se um evento futuro específico e incerto a afectar adversamente.

A mensuração dos contratos de seguro é feita de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimento de custos e proveitos

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

A análise quantitativa dos prémios de seguro directo e de resseguro cedido é abordada na Nota 14.

Provisão para prémios não adquiridos

A Provisão para Prémios não Adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data.

A Companhia, de acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, calculou esta provisão contrato a contrato, recibo a recibo, mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* a partir dos prémios brutos emitidos deduzidos dos respectivos custos de aquisição, relativos a contratos em vigor.

Custos de aquisição

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com a Norma n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício. A provisão para sinistros reportados e não reportados é estimada pela Companhia com base na experiência passada, informação disponível e na aplicação de métodos estatísticos.

Para a determinação desta provisão é efectuada uma análise aos sinistros em curso no final de cada exercício e a consequente estimativa

da responsabilidade existente nessa data. Nos ramos de Acidentes de Trabalho na parte não relativa a pensões e Automóvel, aplica-se o método do custo médio. É também calculada pelo método do custo médio a provisão para custos de gestão de sinistros.

Com excepção dos ramos Automóvel, Doença e Responsabilidade Civil, para o IBNR, aplica-se uma taxa genérica de 6%, ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros participados após o fecho do exercício. Para os ramos Doença, Responsabilidade Civil e Automóvel, foram feitas estimativas actuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo.

Efectua-se ainda uma Provisão Matemática no ramo de Acidentes de Trabalho, para sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2008 que envolvam pagamentos de pensões já homologadas pelo Tribunal do Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e também a estimativa das responsabilidades com pensões de sinistros registados até 31 de Dezembro de 2008 e que se encontram pendentes de acordo final ou sentença.

As Provisões Matemáticas relativas a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais por referência a métodos actuariais reconhecidos e legislação laboral vigente.

Adicionalmente, considera-se ainda uma Provisão Matemática face às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento em 31 de Dezembro de 2008 ou de sinistros já ocorridos e ainda não participados.

A provisão para sinistros não é descontada, excepto as pensões vitalícias referentes ao ramo de Acidentes de Trabalho, procedendo assim a Companhia à avaliação da adequação das responsabilidades tendo por base a projecção dos *cash flows* futuros, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados da Companhia quando determinada.

Provisão matemática

As provisões matemáticas, têm como objectivo registar o valor actual das responsabilidades futuras da Companhia relativamente aos contratos de seguro emitidos e são calculadas, com base em métodos actuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

No final do primeiro semestre de 2008, a Companhia procedeu à alteração das bases técnicas de Acidentes de Trabalho ao abrigo da norma 15/2000 de 23 de Novembro emitida pelo ISP. De acordo com a referida norma, as provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho devem ser calculadas com uma taxa técnica prudente, tendo em atenção a duração das responsabilidades e a natureza dos riscos, devendo a tábua de mortalidade e os restantes pressupostos serem adequados e prudentes.

Assim, para as Pensões Não Remíveis aplica-se a tábua de mortalidade GKF 80 com uma taxa de juro de 5.085% e encargos de gestão de 3%, e para as Pensões Remíveis a tábua de mortalidade TD 88/90 com uma taxa de juro de 5.25% e encargos de gestão de 0%.

A norma estabelece igualmente que a taxa a utilizar deverá ter como referencial o rendimento futuro previsível dos activos subjacentes após dedução prudencial e adequada. Nessa base, a Companhia determinou que a taxa de juro sem risco para a maturidade das responsabilidades era adequada.

Para efeitos do teste de adequação das responsabilidades, as provisões matemáticas das pensões não obrigatoriamente remíveis (incluindo pagamentos futuros para o FAT) são calculadas com base na tábua de mortalidade GKF 80 com a taxa de juro das obrigações portuguesas, com maturidade de 15 anos (4,24%, em 31/12/2008) e encargos de gestão de 3%.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante estimado para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos, dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor e dos prémios que se renovam em Janeiro do ano seguinte.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis ainda não processados relativos a contratos em vigor, por um rácio que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência ao qual é deduzido o rácio de investimentos.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvio de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações, e é constituída para os seguros de Cauções, Risco Atómico e Risco de Fenómenos Sísmicos.

Para os seguros de Cauções e Risco Atómico esta provisão é constituída quando o resultado técnico destes ramos for positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pelo ISP aplicadas ao resultado técnico.

Para o Risco Fenómenos Sísmicos, é calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos.

Provisões para o resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro directo. Relativamente à Provisão para Sinistros deve, consoante o resseguro provenha do seguro directo ou do resseguro aceite, ser calculada em conformidade com o previsto no normativo em vigor.

Variações de provisões técnicas de seguro directo e de resseguro

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2008			2007		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Acidentes e doença	12 243	2 384	9 859	12 435	2 395	10 040
Incêndio e outros danos	24 869	4 923	19 946	24 865	4 936	19 929
Automóvel	58 486	11 697	46 789	69 948	13 989	55 959
Marítimo, aéreo e transportes	2 232	432	1 800	2 374	465	1 909
Responsabilidade civil geral	3 147	625	2 522	3 331	650	2 681
Crédito e caução	62	12	50	125	25	100
Protecção jurídica	10	2	8	12	2	10
Assistência	3 927	785	3 142	4 742	916	3 826
Diversos	459	90	369	399	80	319
Total	105 435	20 950	84 485	118 231	23 458	94 773

A variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite é reflectida na conta de ganhos e perdas pelo seu valor bruto dentro do grupo de Prémios adquiridos e o valor de custos de aquisição diferidos (CAD) no grupo de Custos e gastos de exploração, e pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	2008			2007		
	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida	PPNA Bruta	CAD	PPNA Líquida
Acidentes e doença	-192	-11	-181	1 170	197	973
Incêndio e outros danos	4	-13	17	600	117	483
Automóvel	-11 462	-2 292	-9 170	-1 812	316	-2 128
Marítimo, aéreo e transportes	-142	-33	-109	-63	-10	-53
Responsabilidade civil geral	-184	-25	-159	711	130	581
Crédito e caução	-63	-13	-50	-73	-10	-63
Protecção jurídica	-2	-	-2	-1	-	-1
Assistência	-815	-131	-684	441	153	288
Diversos	60	10	50	2	2	-
Total	-12 796	-2 508	-10 288	975	895	80

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2008	2007	2008	2007
Acidentes e doença	184	213	-29	-217
Incêndio e outros danos	6 547	6 306	241	221
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	1 207	1 426	-219	107
Responsabilidade civil geral	320	276	44	180
Crédito e caução	29	89	-60	-61
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	4 229	4 761	-532	508
Diversos	370	280	90	1
Total	12 886	13 351	-465	739

A provisão para sinistros de seguro directo e resseguro aceite reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2008	2007	2008	2007
Acidentes de trabalho	177 286	179 637	-2 210	2 448
Acidentes pessoais e doença	12 329	12 891	-570	1 510
Incêndio e outros danos	32 393	27 766	4 600	-1 585
Automóvel	281 780	281 376	203	14 934
Marítimo, aéreo e transportes	7 664	6 710	901	348
Responsabilidade civil geral	17 152	17 728	-586	569
Crédito e caução	1 012	1 628	-375	155
Protecção jurídica	154	79	75	-97
Assistência	-	-	-	-
Diversos	494	671	-177	379
Total	530 264	528 486	1 861	18 661

No saldo da provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 129 591 milhares de euros (2007: 129 676 milhares de euros) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho. Neste saldo da provisão matemática está incluído o resultado obtido pelo teste de adequação de responsabilidades no montante de 7 376 milhares de euros (2007: 1 304 milhares de euros) e uma actualização das contribuições para o Fundo de Acidentes de Trabalho no montante de 6 995 milhares de euros (2007: 6 554 milhares de euros).

O saldo da provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 24 900 milhares de euros (2007: 25 270 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2008 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de 8 208 milhares de euros (2007: 5 980 milhares de euros) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, conforme formato requerido pelo ISP relativo ao Anexo 2, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Provisão para Sinistros em 31.12.2007	Sinistros* Pagos em 2008	Provisão para Sinistros* em 31.12.2008	Reajustamentos
	(1)	(2)	(3)	(3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	192 529	33 495	146 421	-12 613
Incêndio e outros danos	27 766	10 969	12 203	-4 594
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	253 789	53 653	199 984	-152
- Outras coberturas	27 586	7 487	1 415	-18 684
Marítimo, aéreo e transportes	6 710	2 600	4 063	-47
Responsabilidade civil geral	17 728	1 993	15 042	-693
Crédito e caução	1 628	329	1 009	-290
Protecção jurídica	79	52	134	107
Assistência	-	-	-	-
Diversos	671	742	266	337
Total	528 486	111 320	380 537	-36 629

* Sinistros ocorridos no ano de 2007 e anteriores.

No grupo de ramos Acidentes e Doença (principalmente em Acidentes de Trabalho), e também no ramo Automóvel, os reajustamentos devem-se sobretudo a um processo de reavaliação das provisões para sinistros tendo em atenção a sua melhor adequação, face aos montantes pagos em 2008 e ao que se perspectiva futuramente. Relativamente ao grupo de ramos Incêndio e Outros Danos, mais de 50% dos reajustamentos são explicados pelo encerramento de três processos de sinistro com custo inferior ao inicialmente previsto. Os outros reajustamentos resultam da gestão corrente da função gestão de sinistros, não sendo significativos face ao montante global da provisão para sinistros constituída.

A provisão para sinistros de resseguro cedido reflectida no activo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2008	2007	2008	2007
Acidentes de trabalho	31	27	4	-2
Acidentes pessoais e doença	524	396	128	-190
Incêndio e outros danos	10 940	7 914	3 487	-262
Automóvel	11 533	14 460	-2 927	-959
Marítimo, aéreo e transportes	4 489	3 539	950	168
Responsabilidade civil geral	7 039	7 772	-733	-244
Crédito e caução	19	41	-22	-19
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	440	524	-84	340
Total	35 015	34 673	803	-1 168

O saldo da provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de 1.277 milhares de euros (2007: 727 milhares de euros) relativo a sinistros ocorridos antes de 31 de Dezembro de 2008 e ainda não reportados (IBNR).

A discriminação dos custos com sinistros de 2008, conforme formato requerido pelo ISP relativo ao Anexo 3, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Variação da Provisão para Sinistros	Custos com Sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	67 786	4 367	-2 780	69 373
Incêndio e outros danos	31 998	1 134	4 602	37 734
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	81 292	5 737	11 500	98 529
- Outras coberturas	26 463	2 076	-12 683	15 856
Marítimo, aéreo e transportes	3 894	193	909	4 996
Responsabilidade civil geral	2 514	305	-494	2 325
Crédito e caução	326	3	-374	-45
Protecção jurídica	35	22	74	131
Assistência	-	-	-	-
Diversos	928	3	-176	755
Total	215 236	13 840	578	229 654
Resseguro Aceite	390	-	1 283	1 673
Total Geral	215 626	13 840	1 861	231 327

A discriminação dos custos com sinistros de 2007, conforme formato requerido pelo ISP relativo ao Anexo 3, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Montantes Pagos - Prestações	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados	Variação da Provisão para Sinistros	Custos com Sinistros
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	52 818	4 613	3 960	61 391
Incêndio e outros danos	22 141	1 235	-1 584	21 792
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	85 309	6 148	9 437	100 894
- Outras coberturas	22 916	2 004	5 496	30 416
Marítimo, aéreo e transportes	4 483	233	341	5 057
Responsabilidade civil geral	2 778	334	568	3 680
Crédito e caução	299	5	156	460
Protecção jurídica	27	31	-97	-39
Assistência	-	-	-	-
Diversos	332	4	378	714
Total	191 103	14 607	18 655	224 365
Resseguro Aceite	8	-	6	14
Total Geral	191 111	14 607	18 661	224 379

A provisão para participação nos resultados reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2008	2007	2008	2007
Acidentes e doença	810	540	270	270
Incêndio e outros danos	-	-	-	-
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	810	540	270	270

A provisão para desvios de sinistralidade reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2008	2007	2008	2007
Acidentes e doença	-	-	-	-
Incêndio e outros danos	3 739	3 307	432	402
Automóvel	-	-	-	-
Marítimo, aéreo e transportes	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	18	64	-46	-1
Crédito e caução	394	344	50	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	42	38	4	3
Total	4 193	3 753	440	404

A provisão para riscos em curso reflectida no passivo e a respectiva variação anual na conta de ganhos e perdas é analisada como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Saldo de Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2008	2007	2008	2007
Acidentes e doença	3 517	2 235	1 282	1 711
Incêndio e outros danos	2 325	834	1 491	824
Automóvel	13 332	3 910	9 422	-38
Marítimo, aéreo e transportes	6	5	1	-12
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Crédito e caução	-	19	-19	19
Protecção jurídica	1	1	-	1
Assistência	242	227	15	227
Diversos	58	19	39	18
Total	19 481	7 250	12 231	2 750

Os valores de Outras provisões técnicas líquidas de resseguro expressas na conta de ganhos e perdas correspondem à soma da variação expressa acima nos quadros de provisão para desvios de sinistralidade de seguro directo e de provisão para riscos em curso de seguro directo.

Natureza e Extensão dos Riscos Específicos de Seguros

O risco específico de seguros corresponde ao risco inerente à comercialização de contratos de seguros, desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. Nos seguros Não vida, o risco pode ser subdividido em Risco de Prémios, Risco de Reservas e Risco Catastrófico.

Os processos de subscrição, provisionamento e resseguro encontram-se devidamente documentados no que respeita às principais actividades, riscos e controlos no relatório de política de risco.

Em termos sucintos, os mecanismos de controlo de maior relevância são:

- Delegação de Competências definidas formalmente para os diferentes processos;
- Segregação de funções entre as áreas que procedem à análise de risco, que elaboram tarifários e emitem pareceres técnicos e que emitem as apólices;
- Acesso limitado às diferentes aplicações de acordo com o respectivo perfil de utilizador;
- Digitalização da documentação nos processos de emissão e na gestão de sinistros;
- Procedimentos de conferências casuísticas, relatórios de excepção e auditorias;
- Política de recrutamento e formação adequada às responsabilidades e complexidade técnica das diferentes funções.

O nível de provisões é acompanhado mensalmente, com principal enfoque nas provisões para sinistros sobre as quais são efectuadas análises regulares sobre a suficiência das mesmas, estando inclusive implementados modelos de avaliação com recurso a modelos estocásticos.

Os eventuais ajustamentos resultantes de alterações nas estimativas das provisões são reflectidos nos resultados correntes de exploração. No entanto, devido ao facto da constituição das provisões para sinistros ser um processo necessariamente incerto, não pode haver garantias de que as perdas efectivas não sejam superiores às estimadas, estando este risco coberto pelo capital suplementar de solvência.

A evolução da provisão para sinistros de seguro directo com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos, excluindo provisões matemáticas do ramo acidentes de trabalho, comparando os custos efectivos com estimativas anteriores é como segue:

(milhares de euros)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Provisão para Sinistros com custos de gestão, bruto de resseguro e líquido de reembolsos.	250 434	276 399	299 101	302 579	305 512	328 733	363 800	375 014	394 397	394 186
Pagamentos acumulados										
Um ano depois	91 432	106 206	105 824	108 328	106 724	91 174	105 504	100 096	98 779	
Dois anos depois	133 023	147 272	157 869	162 811	149 681	141 526	157 627	145 308		
Três anos depois	161 289	185 976	197 820	194 772	185 956	176 790	191 998			
Quatro anos depois	191 913	215 921	222 164	223 751	213 367	201 716				
Cinco anos depois	215 087	234 821	246 876	245 653	235 135					
Seis anos depois	229 519	252 471	264 938	263 670						
Sete anos depois	241 548	267 296	280 214							
Oito anos depois	252 513	279 416								
Nove anos depois	262 582									
Estimativa final de custos com sinistros										
Um ano depois	253 045	277 599	303 180	313 397	327 363	338 836	354 407	366 449	352 929	
Dois anos depois	249 244	283 207	306 243	325 422	334 297	334 918	356 147	345 157		
Três anos depois	251 544	283 966	314 450	331 367	332 408	333 196	352 713			
Quatro anos depois	256 286	303 872	317 872	331 221	331 075	338 491				
Cinco anos depois	277 384	306 526	318 261	329 943	342 831					
Seis anos depois	280 619	306 563	318 259	347 022						
Sete anos depois	281 055	306 112	338 585							
Oito anos depois	280 690	324 328								
Nove anos depois	295 051									
Excedente / (défice) acumulado	-44 617	-47 929	-39 485	-44 442	-37 320	-9 758	11 087	29 856	41 467	

A Tranquilidade pratica uma política de resseguro cedido baseada em tratados proporcionais e não proporcionais, com o objectivo de reduzir o impacto de riscos de ponta, de catástrofes e de concentração. O programa de resseguro em 2008 é constituído por tratados proporcionais – Quota-parte e Excedente e por tratados não proporcionais – Excedente de Sinistro e Cobertura Catastrófica, conforme quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Acidentes pessoais (crédito ao consumo)	Quota parte
Acidentes pessoais	Excesso de perdas (XL)
Acidentes de trabalho	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (responsabilidade civil)	Excesso de perdas (XL)
Automóvel (danos próprios)	Excesso de perdas (XL)
Cauções	Quota parte
Cauções (fidelidade)	Quota parte
Engenharia	Proporcional
Incêndio (riscos simples)	Proporcional
Incêndio (condomínio)	Proporcional
Incêndio (estabelecimento & riscos industriais)	Proporcional
Incêndio (catástrofes naturais)	Excesso de perdas (XL)
Incêndio	Excesso de perdas (XL)
Responsabilidade civil geral	Excesso de perdas (XL)
Marítimo (cascos)	Proporcional
Marítimo (cascos-frotas)	Proporcional
Marítimo (mercadorias transportadas)	Proporcional
Marítimo	Excesso de perdas (XL)
Saúde	Quota parte
Assistência	Quota parte

A análise de sensibilidade do risco de seguros, tendo em atenção as suas principais condicionantes, é como segue:

Área de Análise	Cenários	(milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2008	2007
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	-18 500	-18 000
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	-14 900	-15 800
Longevidade	Descida de 10% na mortalidade dos actuais pensionistas de Acid. de Trabalho	-1 600	-1 400

O risco de variações no nível de custos com sinistros e de despesas gerais deriva da influência que é exercida nestas rubricas seja por razões de maior ocorrência de factos geradores de custo, inflação ou menor eficiência interna.

O risco de longevidade cobre a incerteza das perdas efectivas resultantes das pessoas seguras viverem mais anos que o esperado e pode ser mais relevante, por exemplo, nas pensões matemáticas do ramo acidentes de trabalho.

O risco de longevidade é gerido através do preço, da política de subscrição e duma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas para definir os preços e constituir as provisões em conformidade. Quando se conclui que a longevidade está acima do assumido nas tabelas de mortalidade, são criadas provisões suplementares e as tabelas são actualizadas.

Natureza e Extensão do Risco de Mercado, Risco de Crédito, Risco de Liquidez e Risco Operacional

Risco de mercado

O risco de mercado resulta do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros e inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos financeiros derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos. Compreende o risco cambial, risco de acções, risco imobiliário, risco de taxa de juro, risco de spread e risco de concentração.

A gestão do risco de mercado é integrada no âmbito da Política Financeira, nas regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente, através da estrutura do Comité Financeiro. As políticas de investimento adoptadas

pela Tranquilidade, pautam-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

Com a introdução do Comité de Gestão de Risco Global foram criados grupos de trabalho de riscos económicos e financeiros que têm como principais atribuições:

- Orientar a introdução de modelos de gestão de risco integrados, bem como modelos de capital económico, aprovados pela Comissão Executiva;
- Validar, numa perspectiva técnica, a modelação dos riscos técnicos e dos riscos financeiros, a serem elaborados pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno e aprovados pela Comissão Executiva;
- Desenvolver indicadores de tolerância com base nos modelos e monitorizar as variações dos indicadores;
- Desenvolver mecanismos de controlo de riscos considerando o apetite ao risco e as respectivas tolerâncias definidos pela Comissão Executiva;
- Definir estratégias integradas de mitigação de risco, numa lógica de adequação de activos e passivos para análise em sede de Comité de Gestão de Risco Global.

O Comité de Gestão de Risco Global tem como principais responsabilidades, analisar e verificar a conformidade das decisões tomadas pela Companhia com a estratégia e as políticas estabelecidas para a gestão do risco, controlo interno e compliance. Será igualmente monitorizada a gestão dos diversos riscos a que a Companhia se encontra sujeita e propostos planos de acção à Comissão Executiva, quando tal se justificar.

Durante o ano de 2009 está previsto o aprofundamento da coordenação entre o Comité Financeiro, responsável pela política de investimento e o Comité de Gestão de Risco Global.

Risco cambial

O risco cambial é originado pela volatilidade das taxas de câmbio face ao Euro. A exposição a este risco é residual, por força do reduzido valor de activos em moeda estrangeira e da existência de um mecanismo de cobertura que mitiga grande parte desse mesmo valor.

A análise de sensibilidade, por força do disposto anteriormente, resulta numa perda imaterial para a Companhia, descrita como segue:

		(milhares de euros)	
Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2008	2007
Cambial	Desvalorização de 10% no valor de todas as moedas estrangeiras face ao euro	-3	-700

Risco de acções

O risco de acções decorre da volatilidade dos preços de mercado das acções e pretende medir apenas o risco sistemático, dado que o não sistemático é considerado no risco de concentração.

Encontram-se expostos a este risco os títulos bolsistas detidos pela Companhia – bem como os fundos de investimento total ou parcialmente compostos por estes títulos – e as participações da Companhia em outras empresas.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
		2008	2007
Acções	Descida de 10% nos valores de mercado bolsistas	-19 200	-28 900

Risco imobiliário

O risco imobiliário é originado pela volatilidade dos preços do mercado imobiliário. Os imóveis que são propriedade da Companhia representam mais de 97,5% dos activos expostos a este risco, sendo o restante proveniente de fundos de investimento imobiliário.

A análise de sensibilidade é descrita como segue:

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2008	2007
Imóveis	Descida de 10% no valor dos imóveis e fundos imobiliários	-13 200	-13 500

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro existe para todos os activos e passivos cujo valor seja sensível a alterações da estrutura temporal ou da volatilidade das taxas de juro. Em termos de exposição ao risco, no que diz respeito aos activos encontra-se sobretudo nas obrigações, maioritariamente de taxa variável. Os passivos estão expostos através das pensões não obrigatoriamente remíveis de Acidentes de Trabalho, por força da realização de testes de adequação de responsabilidades.

O cenário de descida de taxas é o seleccionado devido ao facto de a variação da curva de taxas de juro ter um impacto maior nas provisões do que nos activos.

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto nas Reservas de Justo Valor Antes de Impostos	
		2008	2007
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos activos	3 200	2 500

(milhares de euros)

Área de Análise	Cenários	Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2008	2007
Taxa de juro	Descida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - efeito nos passivos	-11 300	-10 300

Risco de spread

O risco de *spread* reflecte a volatilidade dos *spreads* de crédito ao longo da curva de taxas de juro sem risco. Os títulos expostos a este risco são sobretudo obrigações *corporate* (cerca de 93% do total), existindo também em crédito estruturado. A exposição a derivados de crédito é imaterial.

Analisando a distribuição por *rating* dessa tipologia de obrigações, cerca de 70% da carteira exposta a este risco é composta por títulos de emitentes com *rating* igual ou superior a "A". Este mix não apresenta tendência em se deteriorar, por força da política de investimentos instituída na Tranquilidade.

(milhares de euros)

Rating	2008		2007	
	%	valor	%	valor
AAA	5%	14 715	1%	2 943
AA	14%	37 707	19%	43 614
A	51%	136 724	55%	122 663
BBB	24%	64 891	23%	50 408
BB	5%	12 420	2%	4 382
B	0%	0	0%	0
CCC	0%	320	0%	22
Unrated	1%	1 440	0%	0
Total	100%	268 217	100%	224 032

Risco de concentração

O risco de concentração refere-se à adicional volatilidade existente em carteiras muito concentradas e às perdas parciais ou permanentes pelo incumprimento do emissor. A sua distribuição por sectores de actividade, é analisada como segue:

(milhares de euros)

Sector de Actividade	Activos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial a Justo Valor Através de Ganhos e Perdas					
	2008			2007		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Comunicações	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Bens consumíveis (cíclico)	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Bens consumíveis (não-cíclico)	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Energia	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Financeiro	100,0%	4 538	0	100,0%	21 151	0
Fundos	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Dívida pública	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Industrial	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Medicina	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Tecnologia	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Serviços públicos / colectivos	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Outros	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Total	100,0%	4 538	0	100,0%	21 151	0

Sector de Actividade	Activos Financeiros Disponíveis Para Venda					
	2008			2007		
	%	Valor Bruto	Imparidade	%	Valor Bruto	Imparidade
Recursos básicos	0,3%	1 094	0	0,1%	413	0
Comunicações	12,2%	39 740	-218	10,0%	36 479	-156
Bens consumíveis (cíclico)	3,5%	11 212	0	0,0%	0	0
Bens consumíveis (não-cíclico)	0,3%	1 001	0	0,9%	3 468	0
Energia	1,0%	3 275	0	0,3%	976	0
Financeiro	67,3%	218 486	-15 270	44,5%	162 831	-408
Fundos	1,9%	6 263	-216	15,4%	56 141	-24
Dívida pública	0,0%	0	0	13,2%	48 415	0
Industrial	2,3%	7 505	0	1,1%	4 044	-25
Medicina	0,3%	970	0	0,0%	0	0
Tecnologia	0,0%	0	0	0,0%	0	0
Serviços públicos / colectivos	4,5%	14 575	0	4,5%	16 544	0
Outros	6,3%	20 367	-431	10,0%	36 399	-364
	100,0%	324 488	-16 135	100,0%	365 710	-977

Risco de liquidez

O risco advém da possibilidade da empresa de seguros não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários necessários ao cumprimento das obrigações para com os tomadores de seguros e outros credores à medida que elas se vençam.

Para tal a Companhia elabora um plano de tesouraria em base mensal, ajustado semanalmente às suas necessidades/excedentes de capital.

A análise de maturidade dos activos e passivos financeiros e não financeiros, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

2008	(milhares de euros)						Total
	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	
Activos financeiros	435	175 207	8 019	116 583	133 995	289 475	723 714
Activos não financeiros						232 471	232 471
Total de activos	435	175 207	8 019	116 583	133 995	521 946	956 185
Passivos financeiros						47 703	47 703
Passivos não financeiros						688 037	688 037
Total de passivos	-	-	-	-	-	735 740	735 740
Líquido	435	175 207	8 019	116 583	133 995	-213 794	220 445

2007	(milhares de euros)						Total
	< 1 Mês	1-3 Meses	3-12 Meses	1-5 Anos	> 5 Anos	Sem Maturidade	
Activos financeiros	122 162	-	-	2 266	-	560 112	684 540
Activos não financeiros						320 394	320 394
Total de activos	122 162	-	-	2 266	-	880 506	1 004 934
Passivos financeiros						46 312	46 312
Passivos não financeiros						692 451	692 451
Total de passivos	-	-	-	-	-	738 763	738 763
Líquido	122 162	0	0	2 266	0	141 743	266 171

Risco de crédito

O risco de crédito corresponde às perdas possíveis por incumprimento ou deterioração nos níveis de crédito das contrapartes que se encontrem a mitigar o risco existente, como os contratos de resseguro ou derivados, montantes a receber provenientes de mediadores, assim como outras exposições ao crédito que não tenham sido considerados no risco de *spread*.

Apesar de com a legislação no âmbito das cobranças ter reduzido este risco, a evolução dos montantes e a antiguidade da dívida é regularmente monitorizada.

Na selecção dos resseguradores e nos emitentes de valores mobiliários foram definidos níveis mínimos de *rating*, e existe um acompanhamento regular da evolução dos *ratings* das entidades em carteira.

Risco operacional

Corresponde ao risco de perdas relevantes resultantes da inadequação ou falhas em processos, pessoas ou sistemas, ou eventos externos. O risco legal também é considerado no risco operacional.

• Sistema de controlo interno

O Sistema de Controlo pode ser definido como um conjunto de actividades de controlo que visam o cumprimento das políticas e procedimentos definidos na Companhia. Como tal, o Controlo Interno representa a implementação de actividades de controlo para os riscos de não cumprimento das políticas e procedimentos definidos, nomeadamente ao nível das operações e compliance.

Neste sentido, os riscos apresentados no Sistema de Controlo Interno enquadram-se nos riscos operacionais apresentados no Sistema de Gestão de Risco, embora com um nível de detalhe superior.

A metodologia de abordagem ao Sistema de Controlo Interno adoptado compreende as seguintes fases:

- Identificação das unidades de negócio e dos processos relevantes, considerando o risco associado;
- Documentação dos processos significativos onde se incluem os objectivos, as principais actividades, riscos e controlos associados;
- Avaliação do desenho dos controlos e identificação das oportunidades de melhoria associadas. Estas melhorias podem substanciar o reforço dos controlos existentes ou a implementação de novos produtos;
- Realização de testes de efectividade sobre os controlos identificados, confirmação das deficiências existentes e elaboração de um plano de correcções;
- Preparação do Relatório de Política de Risco.

A estrutura organizativa, ou modelo de governo, que suporta o desenvolvimento do sistema de gestão de riscos e de controlo interno da Companhia assenta no modelo das três linhas de defesa:

- A um primeiro nível, é representada pelas diferentes Direcções da Tranquilidade que são as áreas responsáveis pela operacionalização de gestão de risco e respectivos controlos;

- Um segundo nível, representado pela Direcção de Risco Global e Controlo Interno detém uma função de supervisão, tendo como principais responsabilidades a sistematização das normas, políticas e monitorização do sistema de gestão de risco, controlo interno e compliance.

- Um terceiro nível, representado pela Direcção Auditoria Interna e a Auditoria Externa, cabe uma função de auditoria independente no âmbito da gestão de riscos, tendo como principal objectivo providenciar a garantia da efectividade dos controlos.

No contexto do Sistema de Controlo Interno foram definidos os responsáveis dos processos, que têm como principal função assegurar que aquele sistema apresente um nível de robustez suficiente que permita minimizar a ocorrência das perdas financeiras directas ou indirectas.

O Sistema de Controlo Interno na Tranquilidade encontra-se devidamente formalizado no Relatório de Política de Risco, definido no âmbito da Norma do ISP n.º.14/2005-R, de 29 de Novembro, evidenciando, entre outras, as rubricas seguintes:

- Processos;
- Responsáveis e interlocutores dos processos;
- Principais actividades;
- Riscos: probabilidade de ocorrência, impacto estimado e nível de exposição risco;
- Controlos;
- Avaliação dos controlos;
- Recomendações.

Solvência

A Tranquilidade monitoriza a solvência de acordo com a Norma Regulamentar n.º6/2007-R de 27 de Abril, do ISP e o cálculo da respectiva margem apresenta os seguintes componentes:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Elementos constitutivos do Fundo de Garantia	177 104	151 583
Margem de solvência a constituir	55 343	55 343
Resultado na óptica dos prémios	54 208	55 343
Resultado na óptica dos sinistros	50 763	51 350
Resultado limite do n.º 8 do artigo 97.º	55 343	54 927
Fundo de Garantia mínimo legal	3 200	3 200
Excesso/insuficiência da margem de solvência	121 761	96 240
Taxa de cobertura da margem de solvência	320%	274%

Adequação dos Prémios e das Provisões

Relativamente à adequação dos prémios, procede-se anualmente à análise das bases técnicas e dos princípios e regras actuariais utilizados para a construção das tarifas relativamente aos referidos seguros, verificando

nomeadamente, dentro do que é razoável prever, a adequação dos prémios praticados a uma base actuarial prudente de forma a garantirem os compromissos, assumidos pela seguradora, decorrentes dos sinistros associados aos seguros em causa.

Rácios de actividade

Os principais rácios de actividade são como segue:

	%	
	2008	2007
a) Rácio de Sinistralidade	70,0%	63,1%
b) Rácio de Aquisição	22,0%	20,8%
c) Rácio Administrativo	10,0%	10,8%
Rácio Combinado	102,0%	94,7%

a) (Custos com sinistros + custos imputados + variação das provisões técnicas + outros custos - proveitos técnicos) / Prémios adquiridos.
 b) (Remunerações de mediação de aquisição + custos imputados + variação dos custos de aquisição diferidos) / Prémios brutos emitidos
 c) (Remunerações de mediação administrativas + custos imputados) / Prémios brutos emitidos

Montantes Recuperáveis de Sinistros

Os montantes recuperáveis, relativamente a prestações efectuadas pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos ou da obtenção da propriedade, e o risco de não cobrança dos mesmos encontram-se incluídos nas rubricas abaixo mencionadas e ascendem aos seguintes montantes:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Contas a receber	1 691	2 239
Ajustamento de crédito de cobrança duvidosa	-640	-619
Total líquido	1 051	1 620

Quanto à obtenção da propriedade legal dos bens seguros (salvados) os montantes estão incluídos na rubrica seguinte e são como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Inventários	393	504

Nota 5 - Outros Passivos Financeiros

Os depósitos recebidos de resseguradores representam o valor das cauções prestadas por resseguradores, em consequência da aceitação de riscos e do recebimento de prémios de operações originadas pelo negócio de resseguro cedido.

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Outros passivos financeiros		
Depósitos recebidos de resseguradores	806	663
Valor de balanço	806	663

Nota 6 - Instrumentos Financeiros

O inventário detalhado de participações e instrumentos financeiros é apresentado no final do anexo às demonstrações financeiras através do Anexo 1, conforme formato e âmbito definido pelo ISP, sendo o resumo da sua decomposição como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Activos financeiros disponíveis para venda	308 353	364 733
Investimentos em filiais e associadas	133 006	105 490
Depósitos a prazo	119 315	81 004
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	4 538	21 151
Activos financeiros detidos para negociação	35	-
Total participações e instrumentos financeiros	565 247	572 378

Os investimentos em filiais e associadas são alvo de exposição na Nota 7, e os restantes instrumentos financeiros são analisados ao longo da presente Nota 6.

Activos Financeiros ao Justo Valor por Ganhos e Perdas

Encontram-se classificados nesta rubrica títulos que a Companhia designou, como consequência da aplicação do IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) estes activos financeiros são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) que estes activos contêm instrumentos derivados embutidos.

O saldo desta tipologia de activos é decomposto como segue, salientando que a redução de cerca de 79% verificada deve-se sobretudo à alienação de posições:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	-
De outros emissores	4 538	21 151
Acções	-	-
Outros títulos de rendimento variável	-	-
Valor de balanço	4 538	21 151
<i>Valor de aquisição</i>	4 690	21 568

A Companhia possui nesta tipologia em 31 de Dezembro de 2008 instrumentos financeiros compostos, com derivados embutidos, em títulos de rendimento fixo, com segue:

Tipo de Risco	(milhares de euros)	
	Valor de Balanço	
Crédito estruturado	4 526	
Derivado de crédito	12	
	4 538	

Activos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo desta tipologia de activo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	48 415
De outros emissores	286 285	202 829
Acções	15 970	57 321
Outros títulos de rendimento variável	6 098	56 168
Valor de balanço	308 353	364 733

A decomposição dos valores finais de balanço em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

	(milhares de euros)			
	Custo Amortizado ou de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Imparidade	Valor de Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-
De emissores públicos	50 192	-1 777	-	48 415
De outros emissores	214 875	-12 046	-	202 829
Acções	41 106	17 192	-977	57 321
Outros títulos de rendimento variável	57 101	-933	-	56 168
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	363 274	2 436	-977	364 733
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	-	-	-
De emissores públicos	-	-	-	-
De outros emissores	322 953	-22 349	-14 319	286 285
Acções	11 145	6 456	-1 631	15 970
Outros títulos de rendimento variável	6 994	-711	-185	6 098
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	341 092	-16 604	-16 135	308 353

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade são apresentados como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Saldo em 1 de Janeiro	977	1 970
Dotações do exercício	15 602	5 33
Utilizações do exercício	-444	-1 526
Saldo em 31 de Dezembro	16 135	977

As imparidades registadas em ganhos e perdas de por via de ajustamento de justo valor em investimentos, segregado pelas respectivas categorias são como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	-	-
De outros emissores	-14 318	-
Acções e outros títulos de rendimento variável	-1 284	-533
	-15 602	-533

Activos Financeiros Detidos para Negociação

O saldo desta tipologia de activos é decomposto como segue:

	(milhares de euros)			
	2008		2007	
	Justo Valor	Valor Nocial	Justo Valor	Valor Nocial
Derivados				
Contratos <i>forward</i>	35	480	-	-
Opções	-	-	-	-
TOTAL	35	480	-	-

Os investimentos realizados pela Companhia são predominantemente em euros, detendo contudo na sua carteira algumas operações expressas em outras moedas.

Desta forma, e sempre mediante autorização do seu Comité Financeiro, a Companhia efectuou alguns contratos de cobertura cambial para os respectivos investimentos em divisas.

Esses contratos de cobertura cambial, apesar de não realizarem uma cobertura perfeita, tentam cobrir o risco cambial do capital e do juro, através de sucessivas renovações ao longo do ano, utilizando para tal os mecanismos de *swap* e *forward*.

Outros Activos Financeiros

Para além dos instrumentos financeiros atrás descritos a companhia detém ainda outros activos conforme segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Empréstimos concedidos	45 336	71 002
Depósitos junto de empresas cedentes	1	2
Outros	3 219	-
Total de outros activos financeiros	48 556	71 004

O montante de empréstimos diz respeito a algumas prestações acessórias e outros empréstimos ou suprimentos concedidos, conforme segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Prestações acessórias - T-Vida	37 500	57 500
Prestações acessórias - Advancecare	2 548	2 548
Suprimentos - ES Saúde	2 500	8 500
Suprimentos - Contact center	277	102
Suprimentos - Esumédica	262	262
Suprimentos - Quinta dos Cónegos	153	153
Empréstimos a colaboradores	2 096	1 937
Total de empréstimos concedidos	45 336	71 002

Justo Valor de Activos e Passivos Financeiros Registados ao Custo Amortizado

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado, é analisado como segue:

	(milhares de euros)			
	2008		2007	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	23 586	23 586	41 158	41 158
Empréstimos e contas a receber	167 871	167 871	152 008	152 008
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	86 325	86 325	92 836	92 836
ACTIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	277 782	277 782	286 002	286 002
Outros passivos financeiros	806	806	663	663
Outros credores por operações de seguros e outras operações	46 896	46 896	45 650	45 650
PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	47 702	47 702	46 313	46 313

Tendo em conta que estes activos e passivos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo à data do balanço.

Nota 7 - Investimentos em Filiais e Associadas

Na apresentação das suas demonstrações financeiras individuais a Tranquilidade detém o seguinte conjunto de investimentos:

Nome da Empresa / Sede	Classificação	Método Valorização	Participação (%)			Dados Financeiros de 2008 (milhares de euros)			
			Directa	Direito de Voto	Efectiva	Activo	Passivo	Capital Próprio	Resultado Líquido
T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. Av. da Liberdade, 230 • 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	100,00	100,00	100,00	830 355	758 017	72 338	-13 205
Seguros Logo, S.A. R. D. Manuel II, 290 • 4050-344 Porto (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	100,00	100,00	100,00	16 890	7 773	9 117	-10 890
Advancecare – Gestão e Serviços de Saúde, S.A. Av. da Liberdade, 49 a 57, 1.º • 1250-139 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	51,00	51,00	51,00	13 966	2 518	11 448	2 433
Espírito Santo Contact Center, S.A. Av. Infante D. Henrique, 343 - C • 1800-218 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	56,30	56,30	56,30	8 208	6 369	1 839	121
Esumédica – Prestação de Serviços Médicos, S.A. Av. da Liberdade, 242 • 1250-149 Lisboa (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	75,00	75,00	75,00	1 617	2 591	-974	-690
Fiduprivate, S.A. Rua Dr. Brito Câmara, 7 • 9000-039 Funchal (Portugal)	Subsidiária	Justo Valor	75,00	75,00	75,00	379	148	231	-335
BES, Companhia de Seguros, S.A. Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 75, 8.º • 1070-061 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Justo Valor	25,00	25,00	25,00	115 709	93 266	22 443	3 908
Europ Assistance, S.A. Av. Álvares Cabral, 41 - 3.º e 4.º • 1250-015 Lisboa (Portugal)	Empresa Associada	Justo Valor	24,00	24,00	24,00	32 072	23 254	8 818	1 581

A alteração de política contabilística relativa aos investimentos em participadas, passando da valorimetria a custo de aquisição para a de justo valor, gerou em 31 de Dezembro de 2008 uma valorização desta classe de activos em 39,2 milhões de euros, tendo como contrapartida um efeito positivo bruto na reserva de justo valor, conforme segue:

(milhares de euros)

	Valor de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Valor de Balanço
Advancecare	486	23 683	24 169
Bes Seguros	3 759	16 566	20 325
ES Contact Center	1 846	1 202	3 048
Esumédica	445	267	712
Europe Assistance	1 757	2 515	4 272
Fiduprivate	480	-	480
LOGO	20 000	-	20 000
T-Vida	65 000	-5 000	60 000
	93 773	39 233	133 006

Para permitir uma análise comparativa desta alteração de política contabilística, o efeito em 31 de Dezembro de 2007 é como segue:

(milhares de euros)

	Valor de Aquisição	Reserva de Justo Valor	Valor de Balanço
Advancecare	485	23 589	24 074
Bes Seguros	3 759	16 241	20 000
ES Contact Center	325	670	995
Esumédica	446	-33	413
Europe Assistance	1 757	2 371	4 128
Fiduprivate	480	-	480
LOGO	7 500	-	7 500
T-Vida	20 000	27 900	47 900
	34 752	70 738	105 490

A alteração global aos valores das participações ao longo de 2008 foi como segue:

(milhares de euros)

	Valor de Balanço	Alienações	Aquisições / Aumentos de Capital	Reserva de Justo Valor	Valor de Balanço
Advancecare	24 074	-	-	95	24 169
Bes Seguros	20 000	-	-	325	20 325
ES Contact Center	995	-	1 521	532	3 048
Esumédica	413	-	-	299	712
Europe Assistance	4 128	-	-	144	4 272
Fiduprivate	480	-	-	-	480
LOGO	7 500	-	12 500	-	20 000
T-Vida	47 900	-	45 000	-32 900	60 000
	105 490	-	59 021	-31 505	133 006

Ao longo de 2008 a Tranquilidade realizou na totalidade os aumentos de capital de 2008 referentes à LOGO (5 milhões de euros) e da T-Vida (45 milhões de euros), tendo realizado igualmente, e ainda em relação à LOGO, a parte do capital inicial restante de 2007 (7,5 milhões de euros).

Foram adquiridas acções da E.S. Contact Center, no valor de 1.521.103 euros que permitiram passar a percentagem de participação de 20,42% para 56,30%. Foram adquiridas acções da Advancecare, no valor de 490 euros que permitiram passar a percentagem de participação de 50,99% para 51,00%.

Nota 8 - Caixa e Equivalentes e Depósitos à Ordem

O saldo desta rubrica é analisado como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Caixa	435	881
Depósitos em Instituições de crédito	23 151	40 277
	23 586	41 158

Nota 9 - Terrenos e Edifícios

A valorização do património imobiliário é efectuada pelo modelo do custo nos imóveis de serviço próprio e pelo modelo de justo valor nos imóveis de rendimento. Independentemente do modelo de valorimetria são efectuadas avaliações de forma regular a todos os imóveis.

Estas avaliações são efectuadas através da ponderação combinada dos métodos de avaliação "Comparativo de Mercado" e "Rendimento", e os valores respectivos conduzem às alterações de justo valor nas propriedades de investimento (imóveis de rendimento) e servem para efeitos de teste de imparidade nos activos tangíveis (imóveis de serviço próprio).

O método comparativo de mercado é sempre utilizado, sendo o mesmo suportado em evidências de mercado, onde é efectuada uma prospecção de mercado de imóveis que sejam comparáveis ao imóvel objecto de avaliação, fundamentando-se os valores pela análise de transacções de propriedades análogas.

Os imóveis são classificados como de uso próprio na medida em que façam da actividade operacional da empresa e de rendimento nos casos restantes. Existem alguns que, pelo seu uso ser repartido merecem a classificação de mistos, sendo cada parte analisada e valorizada separadamente.

Os avaliadores responsáveis pela valorização do património estão devidamente certificados para o efeito, encontrando-se inscritos na CMVM.

Modelo de justo valor

Os saldos e os movimentos ocorridos nos Imóveis de Rendimento em ambos os exercícios podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)		
Propriedades de Investimento - Edifícios de Rendimentos	2008	2007
Saldo líquido a 1 de Janeiro	82 904	80 909
Adições por aquisição	2 951	-
Adições por beneficiações	436	365
Transferências	-144	3 711
Abates/Vendas	-115	-2 081
Variações justo valor	910	-
Saldo líquido a 31 de Dezembro	86 942	82 904

As quantias reconhecidas em resultados relativas a rendimentos e custos com propriedades de investimento, são como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Rendimentos de rendas	2 554	3 051
Custos operacionais	439	530
- em imóveis que geraram rendimentos de rendas	415	522
- em imóveis que não geraram rendimentos de rendas	24	8

Modelo do custo

O saldo das rubricas de Imóveis de Serviço Próprio é analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Valor bruto	45 029	50 313
Amortizações e imparidades acumuladas	-5 310	-5 976
Saldo líquido a 31 de Dezembro	39 719	44 337

O movimento ocorrido nos Imóveis de Serviço Próprio em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
Activos Tangíveis - Edifícios de Serviço Próprio	2008	2007
Saldo líquido a 1 de Janeiro	44 337	58 895
Adições por aquisição	-	-
Adições por beneficiações	828	688
Transferências	-4	-3 561
Abates / vendas	-6 109	-9 490
Imparidades - [(dotação) / utilização]	903	-1 328
Amortizações do exercício	-236	-867
Saldo líquido a 31 de Dezembro	39 719	44 337

Nota 10 - Outros Activos Fixos Tangíveis e Inventários

Para além dos imóveis de serviço próprio referidos no ponto anterior, a Companhia possui outros activos tangíveis valorizados ao modelo do custo e que são analisados como segue:

(milhares de euros)		
Activos Tangíveis - Edifícios de Serviço Próprio	2008	2007
Equipamento	37 520	37 428
Equipamento administrativo	4 410	4 286
Máquinas e ferramentas	1 353	1 890
Equipamento informático	28 871	27 555
Instalações interiores	1 697	1 964
Despesas edificios arrendados	223	-
Material transporte	523	743
Outras imobilizações corpóreas	443	990
Imobilizado em curso	262	-
Amortizações acumuladas	-34 416	-33 454
Imparidades	-	-
	3 366	3 974

Os movimentos ocorridos nesta rubrica são analisados como segue:

(milhares de euros)			
	Equipamento	Imobilizado em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2007	4 208	-	4 208
Adições	2 048	-	2 048
Transferências	-	-	-
Amortizações do exercício	358	-	358
Abates/Vendas	-2 640	-	-2 640
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	3 974	-	3 974
Adições	1 846	262	2 108
Transferências	-99	-	-99
Amortizações do exercício	-962	-	-962
Abates/Vendas	-1 655	-	-1 655
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	3 104	262	3 366

De referir ainda a existência de outros activos, fundamentalmente relacionados com situações de salvados e que representam em 2008, 396 milhares de euros (2007: 507 milhares de euros).

Nota 11 - Afecção dos Investimentos e Outros Activos

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

A indicação de quais os activos afectos e não afectos às carteiras de seguros que a Companhia explora, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 são como segue:

(milhares de euros)			
2008			
	Seguros Não Vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	19 933	3 653	23 586
Terrenos e edifícios	126 661	-	126 661
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	128 766	4 240	133 006
Activos financeiros detidos para negociação	35	-	35
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	4 538	-	4 538
Derivados de cobertura	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	300 295	8 058	308 353
Empréstimos concedidos e contas a receber	162 837	5 034	167 871
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	3 366	3 366
Outros activos	-	188 769	188 769
	743 065	213 120	956 185

(milhares de euros)			
2007			
	Seguros Não Vida	Não Afectos	Total
Caixa e equivalentes	38 616	2 542	41 158
Terrenos e edifícios	127 241	-	127 241
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	103 603	1 887	105 490
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	21 151	-	21 151
Derivados de cobertura	-	-	-
Activos financeiros disponíveis para venda	352 850	11 883	364 733
Empréstimos concedidos e contas a receber	150 427	1 581	152 008
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-
Outros activos tangíveis	-	3 974	3 974
Outros activos	-	189 179	189 179
	793 888	211 046	1 004 934

Nota 12 - Activos Intangíveis

Todos os activos intangíveis são valorizados ao método do custo, não se registando casos de activos gerados internamente. As vidas úteis estimadas são finitas, sendo de 5 anos para as despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas e 3 anos para o *software*, sendo as amortizações calculadas de forma linear.

O *Goodwill* representa a diferença positiva entre o custo de aquisição da Companhia de Seguros ESIA e o justo valor atribuível dos respectivos activos líquidos adquiridos e não é amortizado, de acordo com o IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais, sendo que o valor recuperável não revela a existência de sinais de imparidade.

O saldo das rubricas de *Goodwill* e Outros intangíveis é analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Goodwill	25 785	25 785
Outros intangíveis	40 853	34 728
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	30 701	25 660
Software	8 276	7 099
Intangíveis em curso	1 876	1 969
Amortizações acumuladas	-27 650	-22 121
Imparidades	-	-
	38 988	38 392

O movimento ocorrido em ambos os exercícios pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)

	Goodwill	Outros Intangíveis	Despesas de Desenvolvimento de Aplicações Informáticas	Software	Intangíveis em Curso	Total
Saldo a 1 de Janeiro de 2007	25 785	12 341	10 773	1 378	190	38 126
Adições		5 734	1 102	129	4 503	5 734
Amortizações do exercício		-5 468	-5 132	-336	-	-5 468
Imparidades		-	-	-	-	-
Transferências		-	2 724	-	-2 724	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2007	25 785	12 607	9 467	1 171	1 969	38 392
Adições		6 125	1 633	1 177	3 315	6 125
Amortizações do exercício		-5 529	-5 214	-315	-	-5 529
Imparidades		-	-	-	-	-
Transferências		-	3 408	-	-3 408	-
Saldo a 31 de Dezembro de 2008	25 785	13 203	9 294	2 033	1 876	38 988

As amortizações de activos intangíveis encontram-se distribuídas pelos itens da conta de ganhos e perdas, como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Amortizações do exercício de activos intangíveis	5 529	5 468
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		
Montantes pagos - Montantes brutos	1 389	1 374
Custos e gastos de exploração líquidos		
Custos de aquisição	2 969	2 930
Gastos administrativos	1 169	1 161
Gastos financeiros		
Outros	2	3

Nota 13 - Outros Activos, Passivos, Ajustamentos e Provisões

Activos e ajustamentos

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de seguro directo é decomposto como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Activo bruto	55 312	57 424
Tomadores de seguro		
- recibos por cobrar	47 483	46 762
- reembolsos de sinistros	4 400	4 367
Mediadores de seguro	328	279
Co-seguradoras	3 101	6 016
Ajustamentos	-5 356	-7 267
Recibos por cobrar	-4 645	-6 582
Créditos de cobrança duvidosa	-711	-685
Activo líquido	49 956	50 157

Os reembolsos exigidos relativamente às prestações efectuadas em consequência de sinistros ocorridos durante o período de suspensão de garantias e ainda não recebidos são no montante de 1.691 milhares de euros (2007: 2.239 milhares de euros).

O saldo da rubrica de Contas a receber por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Activo bruto	6 552	8 361
Resseguradores	6 024	8 360
Ressegurados	528	1
Ajustamentos	-238	-714
Créditos de cobrança duvidosa	-238	714
Activo líquido	6 314	7 647

O saldo da rubrica de Contas a receber por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Activo bruto	30 608	35 504
Entidades relacionadas	1 791	527
Operações imobiliárias	11 024	11 108
IFADAP	4 965	10 779
FAT	3 884	864
Gestão por conta IDS e Representadas	2 135	1 746
Cauções	1 291	1 448
Rendas e outros valores à cobrança	448	999
Pessoal	440	510
Outros valores a receber	4 630	7 523
Ajustamentos	-553	-472
Créditos de cobrança duvidosa	-553	-472
Activo líquido	30 055	35 032

Os valores referentes a operações imobiliárias dizem respeito a quantias em dívida no final de cada exercício, resultantes de venda de imóveis, e quer relativamente a 2007 quer a 2008, as respectivas regularizações foram efectuadas no início dos exercícios seguintes.

O movimento ocorrido em ambos os exercícios relativo aos Ajustamentos do activo pode ser analisado como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Ajustamento de recibos por cobrar		
Saldo em 1 de Janeiro	6 582	7 472
Dotações do exercício		
Utilizações do exercício	-1 937	-890
Saldo em 31 de Dezembro	4 645	6 582
Ajustamento de créditos de cobrança duvidosa		
Saldo em 1 de Janeiro	1 871	3 238
Dotações do exercício	107	
Utilizações do exercício	-476	-1 367
Saldo em 31 de Dezembro	1 502	1 871

O saldo do activo de Acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Acréscimos de rendimentos	1 772	1 315
- Profit commission de resseguro	995	1 315
- Prestações de serviços	777	
Gastos diferidos	158	155
- Seguros	142	128
- Rendas	16	27
Total	1 930	1 470

Passivos e provisões

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de seguro directo é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Tomadores de seguro (estornos a pagar)	4 510	3 505
Mediadores de seguro		
- Comissões a pagar	4 118	4 154
- Contas correntes	2 128	2 401
Co-seguradoras	9 439	11 359
Total	20 195	21 419

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por operações de resseguro é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Resseguradores	10 860	11 230
Ressegurados	10	20
Total	10 870	11 250

O saldo do Passivo da rubrica de Contas a pagar por outras operações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Entidades relacionadas	318	298
Fornecedores de bens em leasing	3 091	2 958
Outros fornecedores de bens e serviços	2 765	4 620
FAT	3 021	0
Operações de investimentos por regularizar	2 700	0
IFADAP	763	1 633
Pensões AT	1 189	1 306
Outros valores a pagar	1 985	2 166
Total	15 832	12 981

O saldo do Passivo de Acréscimos e diferimentos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Rendimentos diferidos	233	238
- Rendas	233	238
Acréscimo de custos	18 444	17 134
- Custos c/ pessoal (subsídios, encargos e bónus)	4 933	7 149
- Custos de aquisição (incentivos e comissões)	6 114	5 610
- Fornecimentos e serviços externos	7 397	4 375
Total	18 677	17 372

O saldo do Passivo de Outras provisões e os respectivos movimentos são decompostos como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Impostos	884	317
Responsabilidade com obras coercivas	250	250
Processos em contencioso de representadas	100	100
Total	1 234	667

(milhares de euros)		
	2008	2007
Saldo em 1 de Janeiro	667	350
Dotações do exercício	567	317
Utilizações do exercício	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	1 234	667

A variação é exclusivamente explicada pela variação da componente de impostos relativa a juros compensatórios a pagar no caso de uma decisão desfavorável relativamente à utilização de deduções fiscais no apuramento de IRC de 2006 e 2007, referentes a prejuízos fiscais de uma fusão empresarial e ao reinvestimento de mais valias fiscais resultantes da venda de uma participação financeira.

Nota 14 - Prémios de Contratos de Seguro

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de seguro directo e resseguro aceite, são analisados como segue:

(milhares de euros)						
Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Acidentes e doença	100 050	103 313	-193	1 170	100 243	102 143
Incêndio e outros danos	59 296	56 681	4	601	59 292	56 080
Automóvel	148 123	171 792	-11 461	-1 813	159 584	173 605
Marítimo, aéreo e transportes	8 640	8 761	-142	-62	8 782	8 823
Responsabilidade civil geral	10 446	10 170	-184	711	10 630	9 459
Crédito e caução	120	123	-64	-73	184	196
Protecção jurídica	22	24	-2	-1	24	25
Assistência	8 721	9 975	-815	441	9 536	9 534
Diversos	1 726	1 541	61	1	1 665	1 540
Total	337 144	362 380	-12 796	975	349 940	361 405

Os prémios brutos emitidos, variação da provisão prémios não adquiridos (PPNA) e os prémios adquiridos, de resseguro cedido, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos		Variação PPNA		Prémios Adquiridos	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Acidentes e doença	1 974	9 437	-29	-217	2 003	9 654
Incêndio e outros danos	22 057	19 398	241	221	21 816	19 177
Automóvel	1 808	2 406	-	-	1 808	2 406
Marítimo, aéreo e transportes	4 578	5 173	-219	107	4 797	5 066
Responsabilidade civil geral	1 690	1 328	44	180	1 646	1 148
Crédito e caução	72	77	-60	-61	132	138
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	7 906	8 961	-532	508	8 438	8 453
Diversos	1 613	1 345	90	1	1 523	1 344
Total	41 698	48 125	-465	739	42 163	47 386

A discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida e resseguro aceite de 2008, conforme formato requerido pelo ISP relativo ao Anexo 4, é analisado como segue:

(milhares de euros)

Ramos / Grupos de Ramos	Prémios Brutos Emitidos	Prémios brutos Adquiridos	Custos com Sinistros Brutos	Custos de Exploração Brutos	Saldo de Resseguro
Acidentes e doença	100 050	100 243	69 373	28 043	2 328
Incêndio e outros danos	59 202	59 195	37 733	21 081	-2 687
Automóvel	-	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	103 521	113 110	98 529	32 889	-2 303
- Outras coberturas	41 611	45 033	15 856	16 101	-657
Marítimo, aéreo e transportes	8 640	8 782	4 997	2 411	-955
Responsabilidade civil geral	10 446	10 590	2 325	4 183	-1 975
Crédito e caução	120	184	-45	56	-119
Protecção jurídica	22	24	132	13	-
Assistência	8 721	9 536	-	1 877	-8 436
Diversos	1 698	1 647	754	388	-488
Total	334 031	348 344	229 654	107 042	-15 292
Resseguro Aceite	3 113	1 596	1 673	858	-237
Total Geral	337 144	349 940	231 327	107 900	-15 529

Nota 16 - Rendimentos/Réditos e Gastos de Investimentos

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento de réditos e gastos relativos a investimentos são abordados na Nota 3.

O saldo da rubrica de Rendimentos, segregado pelos seus diversos tipos de rédito é como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Juros	22 185	21 337
Activos financeiros disponíveis para venda	16 852	17 755
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	536	1 139
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Depósitos, empréstimos e outros activos	4 797	2 443
Rendas	2 559	3 051
Terrenos e edifícios	2 559	3 051
Dividendos	4 707	4 610
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	2 870	3 581
Activos financeiros disponíveis para venda	1 837	1 029
Total	29 451	28 998

O saldo da rubrica de Rendimentos, analisado por tipo de activo é como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	1 856	1 323
De outros emissores	15 532	17 571
Acções	4 411	4 569
Outros títulos de rendimento variável	296	41
Imóveis	2 559	3 051
Depósitos	4 607	861
Empréstimos e outros activos	190	1 582
Total	29 451	28 998

O saldo da rubrica de Gastos financeiros, é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
- Custos imputados à função investimentos	1 548	1 659
- Custos directos de funcionamento	558	659
Total	2 106	2 318

Nota 17 - Ganhos e Perdas Realizados em Investimentos

As quantias registadas em ganhos líquidos de activos e passivos financeiros e não financeiros, segregado pelas respectivas categorias é como segue:

(milhares de euros)						
	2008			2007		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Não ao justo valor	30 194	-14 631	15 563	9 170	-3 533	5 637
Activos financeiros disponíveis para venda	30 194	-14 631	15 563	9 115	-3 239	5 876
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	55	-294	-239
Financeiros - Ao justo valor	81	-593	-512	409	-215	194
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	81	-593	-512	409	-215	194
Não Financeiros	434	-544	-110	1 778	-960	818
Terrenos e edifícios - uso próprio	359	-544	-185	846	-924	-78
Terrenos e edifícios - rendimento	75	-	75	932	-36	896
Total	30 709	-15 768	14 941	11 357	-4 708	6 649

Nota 18 - Ganhos e Perdas de Ajustamentos de Justo Valor em Investimentos

Os ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos podem ser analisados como segue:

	(milhares de euros)					
	2008			2007		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Financeiros - Ao justo valor	460	0	460	23	0	23
Activos detidos para negociação						
Derivados	35	-	35	-	-	-
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas						
Títulos de dívida	425	-	425	23	-	23
Não Financeiros	4 768	-3 858	910	-	-	-
Terrenos e edifícios - rendimento	4 768	-3 858	910	-	-	-
Total	5 228	-3 858	1 370	23	-	23

Nota 19 - Ganhos e Perdas em Diferenças de Câmbio

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, excepto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados.

O saldo é decomposto como segue:

	(milhares de euros)					
	2008			2007		
	Ganho	Perda	Saldo	Ganho	Perda	Saldo
Activos financeiros disponíveis para venda	74	-62	12	11	-50	-39
Activos financeiros detidos para negociação	60	-70	-10	-	-	-
Outros	1	-1	-	7	-1	6
Total	135	-133	2	18	-51	-33

Nota 20 - Outros Rendimentos, Gastos e Variação de Outras Provisões

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro, é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Outros rendimentos técnicos	1 294	704
Comissões de gestão de co-seguro	257	198
Taxas de gestão de sinistros	110	130
Remuneração por serviços - IFADAP	7	5
Gestão por conta de sinistros	920	371
Outros gastos técnicos	1 953	1 262
Comissões de gestão de co-seguro	70	379
Gestão por conta de sinistros	1 883	883
Valor do ganhos e perdas	-659	-558

O saldo da rubrica de Outros rendimentos/gastos, é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Outros rendimentos não técnicos	7 046	6 454
Restituição de impostos	458	422
Correcções e acertos	316	4 211
Outros ganhos	3 317	787
Juros e outros ganhos financeiros	221	127
Serviços prestados	397	-
Ganhos por alienação de activos tangíveis	31	18
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	364	-
Ajustamentos de recibos por cobrar	1 942	889
Outros gastos não técnicos	5 326	4 276
Donativos	92	100
Mecenato	273	265
Ofertas a clientes	274	288
Multas	32	40
Quotizações	93	149
Custos de reestruturação	1 668	-
Dívidas incobráveis	114	67
Correcções e acertos	1 548	2 559
Outros gastos	1 088	457
Serviços bancários e juros de mora	144	203
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	-	148
Valor do ganhos e perdas	1 720	2 178

O saldo da rubrica de Outras provisões (variação), é decomposto como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Impostos	-	55
Valor do ganhos e perdas	-	55

Nota 21 - Gastos Diversos por Função e Natureza

Os custos registados nas rubricas de custos por natureza a imputar, não são evidenciados directamente na conta de ganhos e perdas, dado que são distribuídos pelas 4 funções principais da seguradora, encontrando-se os mesmos reflectidos e distribuídos pelas seguintes rubricas:

- Função Sinistros: Custos com sinistros - Montantes pagos brutos
- Função Aquisição: Custos e gastos de exploração - Custos de aquisição
- Função Administrativa: Custos e gastos de exploração - Custos de administrativos
- Função Investimentos: Gastos financeiros - Outros

O processo de imputação dos custos por natureza segue, consoante o caso, os seguintes critérios:

- % de tempo dedicado a cada função por centro de custo;
- % de utilização de meios informáticos;
- % de pessoas afectas a cada função.

A análise desses gastos e sua distribuição usando a classificação baseada na sua função, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é como segue:

(milhares de euros) (%)

2008	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	7 238	19%	15 726	41%	15 065	39%	357	1%	38 386	100%
Fornecimentos e serviços externos	4 712	19%	9 912	39%	10 345	41%	321	1%	25 290	100%
Impostos	-	0%	-	0%	2 931	100%	-	0%	2 931	100%
Amortizações	1 843	21%	4 111	47%	2 584	29%	248	3%	8 786	100%
Provisão para riscos e encargos	-	0%	-	0%	567	100%	-	0%	567	100%
Outros custos	48	6%	103	13%	44	5%	622	76%	817	100%
Total	13 841	18%	29 852	39%	31 536	41%	1 548	2%	76 777	100%

(milhares de euros) (%)

2007	Custos com Sinistros		Custos de Aquisição		Custos Administrativos		Custos com Investimentos		Total	
Custos com pessoal	8 112	20%	18 123	44%	14 868	36%	369	1%	41 472	100%
Fornecimentos e serviços externos	4 498	15%	11 899	39%	13 390	44%	472	2%	30 259	100%
Impostos	-	0%	6 034	100%	-	0%	-	0%	6 034	100%
Amortizações	1 943	22%	4 318	50%	2 371	27%	20	0%	8 652	100%
Provisão para riscos e encargos	17	4%	28	7%	337	88%	1	0%	383	100%
Outros custos	38	4%	82	9%	36	4%	798	84%	954	100%
Total	14 608	17%	40 484	46%	31 002	35%	1 660	2%	87 754	100%

O montante das Custos com o pessoal é analisado na Nota 22.

O montante dos Fornecimentos e Serviços Externos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Electricidade e água	504	433
Combustíveis	346	246
Material de escritório, impressos e outros	204	298
Artigos para oferta	212	253
Manutenção de equipamento administrativo e imobiliário	301	489
Manutenção de equipamento informático	1 590	1 839
Rendas	802	800
Aluguer operacional de viaturas e outros alugueres	1 182	1 202
Despesas de deslocação e representação	1 269	1 572
Comunicações telefónicas e redes	1 989	1 561
Correios	2 021	2 180
Seguros	153	169
Avenças e honorários	531	600
Publicidade e marketing	1 960	3 435
Limpeza, higiene e conforto	439	428
Vigilância e segurança	283	313
Outsourcing, consultadorias e trabalhos especializados	7 272	6 900
Serviços e desenvolvimentos informáticos	2 165	4 232
Quotizações APS	267	340
Cobrança de prémios	707	1 282
Formação de mediadores	343	420
Trabalho temporário	285	410
Outros serviços e fornecimentos diversos	465	857
Total	25 290	30 259

O montante dos Impostos e taxas é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Iva suportado	217	211
Taxa para o ISP	766	831
Taxa para o FAT	681	678
Taxa para o FGA	598	3 497
Imposto municipal sobre imóveis	50	90
Taxa para os Governos Cívicos	504	622
Taxa para o Gabinete Português de Carta Verde	62	62
Outros impostos, taxas e licenças	53	43
Total	2 931	6 034

O montante dos Amortizações é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Despesas de desenvolvimento de aplicações informáticas	5 214	5 132
Equipamentos e aplicações informáticas	451	375
Imóveis de uso próprio	716	864
Equipamento administrativo e máquinas	277	325
Instalações interiores	522	405
Locação financeira	1 569	1 502
Outro equipamento	37	49
Total	8 786	8 652

O montante da Provisão para riscos e encargos e Outros custos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Provisão para impostos	567	317
Juros de depósitos de resseguradores	60	76
Juros de locação financeira	197	158
Comissões de guarda, gestão títulos e outras comissões	560	720
Outros custos	-	66
Total	1 384	1 337

O montante dos Custos e gastos de exploração líquidos é decomposto como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Custos de Aquisição		
Remunerações de mediação	33 348	33 332
Custos imputados	29 852	34 451
Outros custos de aquisição	8 611	8 415
Custos de Aquisição Diferidos (variação)	2 508	-895
Gastos Administrativos		
Remunerações de mediação	2 045	2 206
Custos imputados	31 536	37 036
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-8 394	-10 692
Total	99 506	103 853

Nota 22 - Gastos com Pessoal

O número médio de trabalhadores ao serviço da Companhia por categoria profissional é analisado como segue:

	2008	2007
Direcção	61	62
Quadro técnico	191	201
Quadro técnico-administrativo	341	375
Quadro comercial	153	172
Quadro informático	32	35
Quadro de apoio geral	8	8
Quadro de electricistas	1	1
Total	787	854

Estes quantitativos devem ser complementados com 4 colaboradores afectos à sucursal de Espanha.

O montante das despesas com o pessoal são discriminadas como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Remunerações - Órgãos sociais	1 321	1 252
Remunerações - Pessoal	27 789	30 940
Encargos sobre remunerações - Órgãos Sociais	123	119
Encargos sobre remunerações - Pessoal	5 730	5 964
Benefícios pós-emprego - Planos de pensões de benefícios definidos	1 615	1 224
Seguros obrigatórios	746	786
Gastos de acção social	837	883
Formação	147	251
Outros gastos com pessoal	78	53
Total	38 386	41 472

A variação verificada deve-se sobretudo aos efeitos do plano de redução de efectivos e à redução de montantes referentes a bónus a empregados.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 não existiam créditos concedidos pela companhia aos membros do Conselho de Administração.

Nota 23 - Obrigações com Benefícios dos Empregados

Pensões de reforma e benefícios de saúde

Conforme referido na Nota 3, a Tranquilidade estabeleceu planos de benefícios definidos para os seus colaboradores e Administradores, estando abrangidos quer por pré-reforma, por morte, velhice e invalidez. Existe também um plano que abrange um conjunto de benefícios de saúde para os colaboradores no activo e pré-reformados até à idade normal de reforma.

A avaliação actuarial dos benefícios por pensões de reforma e benefícios de saúde na Tranquilidade é efectuada anualmente, tendo a última sido efectuada com data de referência a 31 de Dezembro de 2008.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 31 de Dezembro de 2008 e 2007, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões e benefícios de saúde para os colaboradores são as seguintes:

	2008	2007
Pressupostos financeiros		
Taxa de evolução salarial	3,5%- 4% (*)	3,5%- 4% (*)
Taxa de crescimento das pensões	1,25% - 4% (*)	1,25% - 4% (*)
Taxa de rendimento do fundo	6% - 5,7% (*)	6% - 5,7% (*)
Taxa de crescimento das reformas antecipadas	2,50%	2,50%
Taxa de desconto	5,75%	5,25%
Pressupostos demográficos e métodos de avaliação		
Tábua de mortalidade	GKF 95	GKF 95
Tábua de invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Método de valorização actuarial	<i>Project Unit Credit Method</i>	

(*) Relativo a responsabilidades com Administradores

De acordo com a política contabilística descrita na Nota 3, a taxa de desconto utilizada para estimar as responsabilidades com pensões de reforma e com benefícios de saúde, corresponde às taxas de mercado à data do balanço, associadas a obrigações de empresas de *rating* elevado.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios era o seguinte:

	2008	2007
Activos	440	483
Reformados	220	189
	660	672

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os montantes reconhecidos em balanço podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2008			2007		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Activos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço						
Responsabilidades em 31 de Dezembro	-44 250	-705	-44 955	-51 346	-534	-51 880
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	43 087	-	43 087	47 311	-	47 311
Activos/ (passivos) a receber/entregar ao fundo	-1 163	-705	-1 868	-4 035	-534	-4 569
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	14 534	145	14 679	11 952	-119	11 833
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	13 371	-560	12 811	7 917	-653	7 264

Adicionalmente, a Tranquilidade transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da T-Vida, Companhia de Seguros, S.A. O número de colaboradores coberto por essas apólices ascende a 476 (2007: 483), e o valor total da responsabilidade ascende a 16.073 milhares de euros (2007: 16.367 milhares de euros).

A evolução das responsabilidades com pensões de reforma e benefícios de saúde pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2008			2007		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Responsabilidades em 1 de Janeiro	51 346	534	51 880	52 346	586	52 932
Custo do serviço corrente	1 335	4	1 339	1 175	5	1 180
Custo dos juros	2 632	25	2 657	2 424	28	2 452
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	-3 242	260	-2 982	2 161	22	2 183
Pensões pagas pelo fundo	-4 303	-	-4 303	-3 038	-	-3 038
Benefícios pagos pela Companhia	-37	-118	-155	-1 324	-107	-1 431
Transferências de outros fundos	-3 481	-	-3 481	-2 398	-	-2 398
Responsabilidades em 31 de Dezembro	44 250	705	44 955	51 346	534	51 880

A evolução do valor do fundo de pensões nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2008			2007		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	47 311	-	47 311	46 120	-	46 120
Rendimento real do fundo						
Rendimento esperado do fundo	2 742	-	2 742	2 540	-	2 540
Ganhos e perdas actuariais	-6 189	-	-6 189	-813	-	-813
Contribuições pagas pelos participantes do fundo	7 007	-	7 007	4 900	-	4 900
Pensões pagas pelo fundo	-4 303	-	-4 303	-3 038	-	-3 038
Transferências de outros fundos	-3 481	-	-3 481	-2 398	-	-2 398
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	43 087	-	43 087	47 311	-	47 311

A evolução dos desvios actuariais diferidos em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2008			2007		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Desvios actuariais diferidos em 1 de Janeiro	11 952	-119	11 833	9 116	-147	8 969
(Ganhos) e perdas actuariais						
- nas responsabilidades	-3 242	260	-2 982	2 161	22	2 183
- nos activos do plano	6 189	-	6 189	813	-	813
Amortização do exercício	-365	4	-361	-138	6	-132
Desvios actuariais diferidos em 31 de Dezembro	14 534	145	14 679	11 952	-119	11 833

A evolução dos activos a receber/passivos a entregar durante 2008 e 2007, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2008			2007		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro	4 035	534	4 569	6 226	586	6 812
Ganhos e perdas actuariais das responsabilidades	-3 242	260	-2 982	2 161	22	2 183
Ganhos e perdas actuariais dos fundos	6 189	-	6 189	813	-	813
Encargos do ano:						
- Custo do serviço corrente	1 335	4	1 339	1 175	5	1 180
- Custo dos juros	2 632	25	2 657	2 424	28	2 452
- Rendimento esperado do fundo	-2 742	-	-2 742	-2 540	-	-2 540
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	-7 044	-118	-7 162	-6 224	-107	-6 331
(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro	1.163	705	1.868	4 035	534	4 569

Os custos do exercício com pensões de reforma e com benefícios de saúde podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2008			2007		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Custo do serviço corrente	1 335	4	1 339	1 175	5	1 180
Custo dos juros	2 632	25	2 657	2 424	28	2 452
Rendimento esperado do fundo	-2 742	-	-2 742	-2 540	-	-2 540
Amortização do exercício	365	-4	361	138	-6	132
Custos do exercício	1 590	25	1 615	1.197	27	1 224

A evolução dos activos / (responsabilidades) em balanço pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)

	2008			2007		
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Total
Em 1 de Janeiro	7 917	-653	7 264	2 890	-733	2 157
Custo do exercício	-1 590	-25	-1 615	-1 197	-27	-1 224
Contribuições efectuadas no ano e pensões pagas pela Companhia	7 044	118	7 162	6 224	107	6 331
Em 31 de Dezembro	13 371	-560	12 811	7 917	-653	7 264

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Terrenos e edifícios	8 191	8 191
Acções e outros títulos de rendimento variável	9 565	23 493
Títulos de rendimento fixo	25 946	18 335
Depósitos em instituições de crédito	8 983	8 425
Devedores e credores do fundo	22	13
Juros a receber	758	277
	53 465	58 734

Os valores de activos acima divulgados são na totalidade relativos ao Fundo de Pensões do Grupo Tranquilidade + BES-Vida, do qual a associada Tranquilidade representa cerca de 81% do total do fundo.

A evolução das responsabilidades e saldos dos fundos nos últimos 5 anos é como segue:

(milhares de euros)

	2008		2007		2006		2005		2004	
	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde	Pensões de Reforma	Benefícios de Saúde
Responsabilidades	-44 250	-705	-51 346	-534	-52 346	-586	-44 134	-773	-43 763	-873
Saldo dos fundos	43 087	-	47 311	-	46 120	-	45 630	-	45 000	-
Responsabilidades (sub)/sobre financiadas	-1 163	-705	-4 035	-534	-6 226	-586	1 496	-773	1 237	-873
(Ganhos)/perdas actuariais não reconhecidos	14 534	145	11 952	-119	9 116	-147	10 925	-30	9 252	-
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	13 371	-560	7 917	-653	2 890	-733	12 421	-803	10 489	-873

Nota 24 - Imposto sobre o Rendimento

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente dos exercícios de 2008 e 2007 foi apurado com base numa taxa nominal de imposto e derrama de cerca de 26,44% para 2008 e 26,5% para 2007, as quais correspondem às taxas nominais aprovadas à data do balanço.

A companhia tem sido objecto de inspecções anuais pela DGCI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2005, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues em exercícios anteriores.

As declarações de autoliquidação da Seguradora, relativas aos exercícios de 2006 e seguintes ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos.

Por se encontrar pendente de aceitação por parte da Administração Fiscal, o reporte fiscal da ESIA - Inter-Atlântico, no valor de 42.886 milhares de euros, não foi ainda considerado para efeitos contabilísticos de estimativa de imposto a pagar.

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2008 e 2007 explica-se como segue:

(milhares de euros)				
	2008		2007	
	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes	Activos por Impostos Correntes	Passivos por Impostos Correntes
Imposto sobre o rendimento	11	14 494	84	10 960
Retenção de imposto na fonte	0	833	0	981
Imposto sobre o valor acrescentado	242	0	438	147
Outros impostos e taxas	70	7 225	55	8 522
Contribuições para a segurança social	95	753	109	741
Tributos das autarquias locais	0	120	0	120
	418	23 425	686	21 471

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço em 2008 e 2007 podem ser analisados como segue:

(milhares de euros)						
RUBRICAS	Activo		Passivo		Líquido	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Investimentos	1 330	2 123	-6 002	-20 972	-4 672	-18 849
Benefícios pós-emprego	276	823	-2 926	-3 029	-2 650	-2 206
Activos tangíveis/Intangíveis	-	183	-	-192	-	-9
Provisões técnicas	1 666	2 083	-	-	1 666	2 083
Bónus/Distribuição de lucros	-	817	-	-	-	817
Provisão cobranças duvidosas	25	26	-	-	25	26
Outros custos não dedutíveis	163	-	-	-	163	-
Total	3 460	6 055	-8 928	-24 193	-5 468	-18 138

Os valores de 2008 incluem valores correspondentes ao diferimento por 5 anos dos impactos em sede de imposto decorrentes da transição para os IFRS.

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2008 foram reconhecidos como segue:

(milhares de euros)				
2008	Reserva de Justo valor	Outras Reservas	Ganhos e Perdas	Total
Imposto corrente	-	331	-1 543	-1 212
Estimativa de IRC		331	-1 161	-830
Imposto autónomo			-382	-382
Imposto diferido	12 760	-331	241	12 670
Investimentos	12 760	86	1 331	14 177
Benefícios pós-emprego			-444	-444
Activos tangíveis/intangíveis			9	9
Provisões técnicas		-417	-	-417
Bónus/distribuição de Lucros			-817	-817
Provisão cobranças duvidosas			-1	-1
Outros custos não dedutíveis			163	163
Total	12 760	-	-1 302	11 458

A reconciliação da taxa de imposto pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Resultado antes de impostos	11 362	26 830
Taxa de imposto	26,44%	26,50%
Imposto apurado com base na taxa oficial	-3 004	-7 110
Dividendos excluídos da tributação	1 165	1 218
Benefícios fiscais	165	178
Outros proveitos e custos excluídos de tributação	-1 020	-1 644
Imposto diferido activo não reconhecido anteriormente	1 774	3 574
Imposto autónomo	-382	-203
Imposto Corrente + Diferido	-1 302	-3 987

Nota 25 - Capital

O capital da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A., de 135 milhões de euros representado por 27 milhões de acções de valor nominal de 5 euros cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Nota 26 - Reservas

Dentro do capital próprio existem diversos tipos de reservas cuja natureza e finalidade são como segue:

Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a

reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Reservas livres

As reservas livres resultam da decisão da aplicação dos resultados positivos obtidos no exercício ou transitados, tomada em assembleia-geral.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as reservas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Reservas de justo valor de activos financeiros	22 629	73 174
Reserva por impostos diferidos	-5 656	-18 416
Outras reservas	40 046	37 699
- Reserva legal	39 118	36 771
- Reservas livres	928	928
Reservas	57 019	92 457

A reserva de justo valor bruta, segundo a tipologia de activos, pode ser analisada como segue:

(milhares de euros)		
	2008	2007
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	39 233	70 738
Títulos de rendimento variável	5 745	16 259
Títulos de rendimento fixo	-22 349	-13 823
Reservas de justo valor	22 629	73 174

A reserva de justo valor líquida explica-se, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, como segue:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	341 092	363 274
Custo de aquisição dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	93 773	34 752
	434 865	398 026
Imparidade	-16 135	-977
Custo amortizado/aquisição líquido de imparidade	418 730	397 049
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	308 353	364 733
Justo valor dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	133 006	105 490
	441 359	470 223
Reserva de reavaliação bruta (Justo valor - custo)	22 629	73 174
Impostos diferidos e correntes	-5 656	-18 416
Reserva de reavaliação líquida de impostos	16 973	54 758

A descrição dos movimentos de cada reserva dentro do capital próprio encontra-se expressa na demonstração de variação de capitais próprios que é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de fluxos de caixa.

Nota 27 - Resultados por Acção

O resultado por acção em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	(milhares de euros)	
	2008	2007
Resultado líquido do exercício	10 059	22 842
Número de acções	27 000 000	27 000 000
Resultados por acção (em euros)	0,37	0,85

Nota 28 - Dividendos por Acção

A companhia tem como accionista único a Partran - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., ao qual, durante o exercício de 2008 foram atribuídos e pagos 18 milhões de euros de dividendos.

Nota 29 - Transacções entre Partes Relacionadas

O capital da Tranquilidade é detido na sua globalidade pela Partran, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.G.P.S., S.A. com sede na rua de S. Bernardo, 62 - 1200 826 Lisboa, a qual elabora contas consolidadas.

As contas destas entidades são englobadas no perímetro de consolidação da ESFG - Espírito Santo Financial Group.

Os relacionamentos entre a empresa-mãe Tranquilidade e as suas associadas, abrangem diversas áreas de negócio, sendo as operações e serviços mais relevantes as situações de arrendamento, serviços de informática, seguros vida e não vida, comercialização de seguros, resseguro, gestão de seguros do ramo saúde, serviços médicos e serviços de call center.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o montante global dos activos e passivos da Tranquilidade que se referem a operações realizadas com empresas associadas e relacionadas, resume-se como segue:

(milhares de euros)

	2008				2007			
	Activo	Passivo	Custos	Proveitos	Activo	Passivo	Custos	Proveitos
BANCO ESPÍRITO SANTO, S.A.	37 252	2 039	1 048	3 668	44 338	1 906	1 128	10 841
T-VIDA	39 030	-	-	1 750	58 184	-	-	2 450
LOGO	725	-	2 915	1 847	-	-	-	-
ES CONTACT CENTER	277	38	1 097	104	102	-	1 624	110
ESUMÉDICA	353	-	-	-	263	226	-	-
ESSAUDE	2 515	-	-	110	8 500	-	-	-
ESSEGUR	74	22	296	881	107	-	471	909
BES VIDA	1 171	-	-	195	1 071	-	-	112
FUNDAÇÃO ESPIRITO SANTO SILVA	-	-	-	-	-	-	-	78
ESPIRITO SANTO ACE	-	-	-	121	-	-	-	121
ADVANCECARE	9	969	3 117	-	-	1 472	2 265	-
PARTRAN	-	-	-	-	-	-	-	-
BES LEASING	65	3 091	415	166	-	2 958	200	175
SGL	-	4	321	-	-	86	430	-
BES SEGUROS	71	-	-	1 076	-	207	-	974
ESAF	20	-	-	764	-	-	-	359
ES RESOURCE	-	-	-	-	-	-	-	169
EUROP ASSISTANCE	-	-	-	120	-	-	-	216
ESCOM	-	-	-	-	-	-	-	108
GESFIMO	-	-	-	20	-	-	-	50
ESFG	-	-	-	-	-	-	337	-
TOP ATLÂNTICO	-	32	436	-	-	-	-	-
HERDADE DA COMPORTA	-	-	-	30	-	-	-	-
QUINTA DOS CÔNEGOS	153	-	-	-	-	-	-	-
	81 715	6 195	9 645	10 852	113 748	6 872	6 865	18 217

Nota 30 - Demonstração de Fluxos de Caixa

A demonstração das variações de fluxos de caixa e equivalentes elaborada numa óptica indirecta de origem e aplicação de fundos é apresentada no início do relatório e contas, em conjunto com as demonstrações financeiras e demonstração de variações de capitais próprios.

Nota 31 - Compromissos

Os valores de compromissos contratuais para aquisição de activos em regime de locação financeira, dizem respeito a equipamento informático e material de transporte, e são analisados como segue:

(milhares de euros)

	2008	2007
Activos tangíveis (valor bruto)	9 989	9 110
Amortizações acumuladas	-8 656	-7 212
Activos tangíveis (valor líquido)	1 333	1 898
Credores - Fornecedores de bens	3 091	2 958

A maturidade das rendas de contratos de locação financeira vincendas é analisada como segue:

(milhares de euros)			
	Até 3 Meses	4 a 12 Meses	+1 a 5 Anos
Contratos de leasing	252	773	2 066

Foi celebrado em Setembro de 2008 um contrato de compra e venda para aquisição de um imóvel de futura utilização como propriedade de investimento, mediante o pagamento de 1 milhão de euros. Encontram-se ainda por realizar ao abrigo deste contrato compromissos financeiros no montante de 2,25 milhões de euros, os quais são exigíveis na data da celebração da escritura de compra e venda e após aprovação de projecto de licenciamento, a ocorrer previsivelmente até Junho de 2009.

Relativamente aos Fundos de Investimento (*Private Equity*), a Companhia tem responsabilidades assumidas no montante de 4,5 milhões de euros. Tratam-se de investimentos que têm uma duração entre dez a doze anos, com o esforço de investimento centrado nos primeiros cinco anos. O património destes fundos destina-se a ser investido na aquisição de participações e ou projectos com elevado potencial de crescimento e valorização.

Nota 35 - Ajustamentos de Transição para o Novo Regime Contabilístico

Na preparação do balanço de abertura, da informação comparativa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, a Companhia ajustou os montantes anteriormente reportados os quais haviam sido preparados de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no anterior Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCEs 94") e outras disposições emitidas pelo ISP.

Os principais impactos, no capital próprio, da transição em 31 de Dezembro de 2007, são analisados como segue:

(milhares de euros)					
Ajustamentos IFRS1 Impacto nos Capitais Próprios	Capital	Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Capitais Próprios
Saldos a 31 de Dezembro de 2007	135 000	39 273	1 286	23 474	199 033
IAS 19 - Pensões e outros benefícios			12 594	-1 164	11 430
IAS 19 - Bónus - distribuição de lucros			-	-3 052	-3 052
IAS 16 + IAS 38 - Imobilizado corpóreo/Incorpóreo			-502	538	36
IAS 40 + IAS 16 - Imóveis		-8 851	6 886	-2 252	-4 217
IAS 39 + IAS 27 - Investimentos financeiros		-18 602	7 704	1 632	-9 266
IFRS 3 - Goodwill na aquisição da ESIA		25 785			25 785
IAS 37 - Provisões técnicas			-13 407	5 548	-7 859
IAS 12 - Impostos diferidos sobre ajustamentos		2 555	1 311	-1 882	1 984
Saldos a 1 de Janeiro de 2008	135 000	40 160	15 872	22 842	213 874

Os principais impactos, no capital próprio, da transição em 31 de Dezembro de 2006, são analisados como segue:

(milhares de euros)

Ajustamentos IFRS1 Impacto nos Capitais Próprios	Capital	Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Capitais Próprios
Saldos a 31 de Dezembro de 2006	135 000	22 394	-75 980	157 228	238 642
IAS 19 - Pensões e outros benefícios			12 775	-181	12 594
IAS 19 - Bónus - distribuição de lucros			33	-4 033	-4 000
IAS 16 + IAS 38 - Imobilizado corpóreo/incorpóreo			-627	525	-102
IAS 40 + IAS 16 - Imóveis		-11 057	9 896	-3 411	-4 572
IAS 39 + IAS 27 - Investimentos financeiros		921	7 094	610	8 625
IFRS 3 - Goodwill na aquisição da ESIA		25 785			25 785
IAS 37 - Provisões técnicas			-17 847	4 442	-13 405
IAS 12 - Impostos diferidos sobre ajustamentos		-2 870	2 551	-1 241	-1 560
Saldos a 1 de Janeiro de 2007	135 000	35 173	-62 105	153 939	262 007

A transposição efectiva para efeitos de reporte ao ISP, feita em 31 de Dezembro de 2007, com comparativo a 31 de Dezembro de 2006, foi apurada tendo em conta as demonstrações financeiras que a Companhia já apurava desde 2005, em conformidade com os IFRS, para efeitos de reporte ao accionista.

Os ajustamentos efectuados são explanados como segue:

IAS 19 - Pensões e outros benefícios a empregados

Os custos com pensões eram reflectidos de acordo com as contribuições efectivas para os respectivos fundos. De acordo com a opção permitida pelo IFRS 1, na transição, efectuou-se o recálculo dos ganhos e perdas actuariais a diferir, de acordo com o método do *corredor*. Os ganhos e perdas actuariais, incluindo as alterações de pressupostos actuariais e financeiros, foram diferidos de acordo com o método do *corredor*.

IAS 19 - Distribuição de lucros

De acordo com as políticas contabilísticas anteriores, a atribuição de bónus a empregados era reconhecida através da distribuição dos resultados. De acordo com o IAS 19, o bónus aos empregados são considerados como um custo com o pessoal e são registados no exercício a que respeitam. Nessa base, quando aplicável, procedeu-se ao ajustamento dos valores estimados de bónus respeitantes a cada exercício e pagos no exercício seguinte.

IAS 38 - Imobilizações incorpóreas

De acordo com as políticas contabilísticas anteriores, a Companhia, procedia à capitalização de alguns custos relativos a projectos e desenvolvimentos informáticos internos, os quais tinham vindo a ser amortizados por um período de 5 anos. Para efeitos de conversão de contas, e de acordo com o estabelecido no IAS 38, foram ajustados por contrapartida de resultados transitados os custos que ainda se encontravam por amortizar.

IAS 40 - Imóveis de rendimento

De acordo com as políticas contabilísticas anteriores os imóveis eram avaliados de acordo com o justo valor, determinado com base em avaliações efectuadas por peritos independentes, no máximo a cada 5 anos. De acordo com os IFRS, os imóveis de rendimento são valorizados ao fair value, sendo os ganhos e perdas potenciais registados por contrapartida de resultados. Na data de transição a Companhia procedeu à avaliação dos imóveis.

IAS 16 - Imóveis de uso próprio

De acordo com as políticas contabilísticas anteriores os imóveis eram avaliados de acordo com o justo valor, determinado com base em avaliações efectuadas por peritos independentes, no máximo a cada 5 anos.

De acordo com a opção adoptada pela Companhia, os imóveis de uso próprio são valorizados ao custo de aquisição e amortizados de acordo com a sua vida útil esperada. Adicionalmente, os imóveis estão sujeitos a testes de imparidade de forma a determinar se existem perdas de valor permanentes nesses activos que devam ser registadas nas demonstrações financeiras. No que diz respeito a benfeitorias, apenas é permitida a sua capitalização quando origem o aumento do fair value dos imóveis.

Na data de transição, de acordo com uma das opções do IFRS 1, optou-se por avaliar ao justo valor todos os imóveis de serviço próprio. Os imóveis foram avaliados por uma entidade independente que procedeu à determinação da vida útil de cada imóvel, do montante atribuível aos terrenos e a respectiva amortização.

IAS 39 - Fair value investimentos AFS/FVO

Títulos de rendimento fixo

De acordo com as políticas contabilísticas anteriores, os títulos de rendimento fixo eram registados ao custo de aquisição, com excepção

dos títulos afectos à carteira de investimentos relativos a seguros de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro. A periodificação dos juros era feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. O prémio ou desconto, era periodificado por contrapartida de proveitos ou custos ao longo do período até ao seu vencimento.

Para efeitos de conversão, os títulos de rendimento fixo e de rendimento variável foram classificados nas categorias de Activos Disponíveis para Venda ou Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas, sendo valorizados ao respectivo justo valor, com as mais e menos valias potenciais a serem registadas nas reservas ou em resultados.

Derivados

De acordo com as políticas contabilísticas locais, os derivados eram valorizados com as mesmas regras dos activos financeiros subjacentes. De acordo com o IAS 39, os derivados são valorizados ao justo valor com os ganhos e perdas potenciais reconhecidos nos resultados.

Derivados embutidos

Para os instrumentos financeiros híbridos que incluam um contrato principal e um derivado embutido estes devem, de acordo com o IAS 39, ser separados dos contratos principais e valorizados ao justo valor com os ganhos e perdas reconhecidos nos resultados. Alternativamente, os instrumentos financeiros híbridos podem ser valorizados globalmente ao justo valor com os ganhos e perdas reconhecidos nos resultados, opção tomada pela Companhia.

Imparidade

Adicionalmente, e de acordo com o IAS 39, os activos financeiros classificados na categoria Activos Disponíveis para Venda deverão ser sujeitos a testes de imparidade de acordo com critérios adequados, de forma a reflectir nos resultados as perdas permanentes de valor.

Recuperação das valias realizadas

De acordo com as políticas contabilísticas anteriores, as mais e menos valias realizadas eram determinadas com base no valor de balanço do exercício anterior. De acordo com o IAS 39, as mais e menos valias realizadas são determinadas pela diferença entre o valor de venda e o custo de aquisição/amortizado. Nessa base, a Companhia procedeu ao recálculo das reservas de reavaliação como forma de obter a diferença entre o justo valor e o custo de aquisição histórico.

IAS 27 - Valorização dos investimentos em subsidiárias

De acordo com as políticas contabilísticas anteriores, os investimentos em subsidiárias e associadas são valorizadas tendo por base a apropriação da quota-parte correspondente nos capitais próprios desses investimentos.

O IAS 27 estabelece que os investimentos em subsidiárias podem ser registados nas contas individuais da empresa mãe ao custo de aquisição ou ao seu fair value. A opção de valorização das subsidiárias e associadas ao custo de aquisição, requer adicionalmente que se proceda à elaboração de um teste de imparidade de acordo com os critérios definidos no IAS 36.

A opção da Companhia, foi o registo das participações em subsidiárias e associadas ao seu custo de aquisição.

IFRS 3 - Goodwill

De acordo com as políticas contabilísticas anteriores, o goodwill determinado na aquisição da ESIA pela Tranquilidade, foi abatido por contrapartida de reservas, após autorização do ISP. De acordo com o IFRS 3, o goodwill deve ser registado com activo sujeito a teste de imparidade.

IAS 37 - Provisões

A Companhia implementou procedimentos de actualização e adequação de responsabilidades das pensões de Acidentes de Trabalho, tendo por base a melhor estimativa dos cash flows futuros associados aos contratos, em complemento ao registo natural de responsabilidades numa base de caixa, usando para tal uma projecção actuarial a uma taxa de juro sem risco.

IAS 12 - Impostos diferidos

De acordo com o IAS 12, todos os impostos diferidos (activos e passivos) devem ser reconhecidos no balanço:

- Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis;
- Impostos diferidos activos são apenas reconhecidos na medida em que poderão vir a ser recuperados no futuro próximo.

O ajustamento efectuado correspondeu a 26,5% da totalidade dos ajustamentos, exceptuando o referente ao goodwill na aquisição da ESIA.

NOTA 37 - Outras Informações

Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem ser analisadas como segue:

IAS 1 (Alterada) - Apresentação das demonstrações financeiras

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Setembro de 2007, a *IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras* alterada com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Alterações face ao actual texto da IAS 1:

- A apresentação da demonstração da posição financeira (formalmente balanço) é requerida para o período corrente e comparativo. De acordo com a IAS 1 alterada, a demonstração da posição financeira deverá ser também apresentada para o início do período comparativo sempre que uma entidade reexpresse os comparativos decorrente de uma

alteração de política contabilística, de uma correcção de um erro ou a de uma reclassificação de um item nas demonstrações financeiras. Nestes casos, três demonstrações da posição financeira serão apresentadas, comparativamente às outras duas demonstrações requeridas.

- Na sequência das alterações impostas por esta norma os utilizadores das demonstrações financeiras poderão mais facilmente distinguir as variações nos capitais próprios da Companhia decorrentes de transacções com accionistas, enquanto accionistas (ex. dividendos, transacções com acções próprias) e transacções com terceiras partes, ficando estas resumidas na demonstração de *comprehensive income*.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pela Companhia será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto teor de tais alterações.

IAS 23 (Alterada) - Custos de empréstimos obtidos

O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Março de 2007, a *IAS - 23 Custos de Empréstimos Obtidos* alterada, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma define que os custos de empréstimos obtidos directamente atribuíveis ao custo de aquisição, construção ou produção de um activo (activo elegível) são parte integrante do seu custo. Assim, a opção de registar tais custos directamente nos resultados é eliminada.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IAS 32 (Revista) - Instrumentos financeiros: apresentação - instrumentos financeiros remíveis e obrigações resultantes de liquidação

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em Fevereiro de 2008 a *IAS 32 (Revista) - Instrumentos Financeiros: Apresentação - Instrumentos financeiros* com opção de venda ("*puttable instruments*") e obrigações resultantes de liquidação, que é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009.

De acordo com os requisitos actuais da IAS 32, se puder ser exigido a um emissor o pagamento em dinheiro ou outro activo financeiro em troca pela remissão ou recompra do instrumento financeiro, o instrumento é classificado como um passivo financeiro. Como resultado desta revisão alguns instrumentos financeiros que cumprem actualmente com os requisitos da definição de passivo financeiro serão classificados como instrumentos de capital se (i) representarem um interesse residual nos activos líquidos de uma entidade, (ii) fizerem parte de uma classe de instrumentos subordinados a qualquer outra classe de instrumentos emitidos pela entidade, e (iii) caso todos os instrumentos desta classe tenham os mesmos termos e condições. Foi também efectuada uma alteração à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras para adicionar um novo requisito de apresentação dos instrumentos financeiros remíveis e das obrigações resultantes da liquidação.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IAS 39 (Alterada) - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração - activos e passivos elegíveis para cobertura

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu uma alteração ao *IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração - activos e passivos elegíveis para cobertura* a qual é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Julho de 2009.

Esta alteração clarifica a aplicação dos princípios existentes que determinam quais os riscos ou quais os *cash flows* elegíveis de serem incluídos numa operação de cobertura.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 1 (Alterada) - Adopção pela primeira das normas internacionais de relato financeiro vez e IAS 27 - demonstrações financeiras e separadas

As alterações ao *IFRS 1 - Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro* e ao *IAS 27 - Demonstrações financeiras e separadas* são efectivas a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Estas alterações vieram permitir que as entidades que estão a adoptar as IFRS pela primeira vez na preparação das suas contas individuais, adoptem como custo contabilístico (*deemed cost*) dos seus investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas, o respectivo justo valor na data da transição para os IFRS ou o valor de balanço determinado com base no referencial contabilístico anterior.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 2 (Alterada) - Pagamento em acções: condições de aquisição

Esta alteração ao *IFRS 2* permitiu clarificar que (i) as condições de aquisição dos direitos inerentes a um plano de pagamentos com base em acções limitam-se a condições de serviço ou de performance e que (ii) qualquer cancelamento de tais programas, quer pela entidade quer por terceiras partes, têm o mesmo tratamento contabilístico.

A Companhia, com referência a 31 de Dezembro de 2008, não tem qualquer plano de remuneração com acções, pelo que a entrada em vigor desta norma não terá qualquer impacto ao nível das demonstrações financeiras da Companhia.

IFRS 3 (Revista) - Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 (Alterada) demonstrações financeiras e separadas

O *International Accounting Standards Board (IASB)*, emitiu em Janeiro de 2008, a *IFRS 3 (Revista) - Concentrações de Actividades Empresariais*, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Os principais impactos das alterações a estas normas correspondem: (i) ao tratamento de aquisições parciais, em que os interesses sem controlo (antes denominados de interesses minoritários) poderão ser mensurados ao justo valor (o que implica também o reconhecimento do *goodwill* atribuível aos interesses sem controlo) ou como parcela atribuível aos

interesses sem controlo do justo valor dos activos líquidos adquiridos (tal como actualmente requerido); (ii) aos *step acquisition* em que as novas regras obrigam, aquando do cálculo do *goodwill*, à reavaliação, por contrapartida de resultados, do justo valor de qualquer interesse sem controlo detido previamente à aquisição tendente à obtenção de controlo; (iii) ao registo dos custos directamente relacionados com uma aquisição de uma subsidiária que passam a ser directamente imputados a resultados; (iv) aos preços contingentes cuja alteração de estimativa ao longo do tempo passa a ser registada em resultados e não afecta o *goodwill* e (v) às alterações das percentagens de subsidiárias detidas que não resultam na perda de controlo as quais passam a ser registadas como movimentos de capitais próprios.

Adicionalmente, das alterações ao IAS 27 resulta ainda que as perdas acumuladas numa subsidiária passarão a ser atribuídas aos interesses sem controlo (reconhecimento de interesses sem controlo negativos) e que, aquando da alienação de uma subsidiária, tendente à perda de controlo qualquer interesse sem controlo retido é mensurado ao justo valor determinado na data da alienação.

A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta norma.

IFRS 8 - Segmentos operacionais

O *International Accounting Standards Board (IASB)* emitiu em 30 de Novembro de 2006 a *IFRS 8 - Segmentos operacionais*, tendo sido aprovada pela Comissão Europeia em 21 de Novembro de 2007. Esta norma é de aplicação obrigatória para exercícios a começar ou a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A *IFRS 8 - Segmentos Operacionais* define a apresentação da informação sobre segmentos operacionais de uma entidade e também sobre serviços e produtos, áreas geográficas onde a entidade opera e os seus maiores clientes. Esta norma especifica como uma entidade deverá reportar a sua informação nas demonstrações financeiras anuais, e como consequência alterará a *IAS 34 - Reporte financeiro interino*, no que respeita à informação a ser seleccionada para reporte financeiro interino. Uma entidade terá também que fazer uma descrição sobre a informação apresentada por segmento nomeadamente resultados e operações, assim como uma breve descrição de como os segmentos são construídos.

Face à natureza destas alterações (divulgações) o impacto previsto pela Companhia será exclusivamente ao nível da apresentação, não tendo no entanto, a 31 de Dezembro de 2008, sido ainda determinado o exacto impacto de tais alterações.

IFRIC 12 - Contratos de concessão de serviços

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* emitiu em Julho de 2007, a *IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços*, com data efectiva de aplicação obrigatória em 1 de Janeiro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

O *endorsement* por parte da União europeia ainda se aguarda, estando previsto para o primeiro trimestre de 2009. O IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviços público-privados. Esta norma aplicar-se-á apenas a situações onde o concedente i) controla ou regula os serviços prestados pelo operador, e ii) controla os interesses residuais das infra-estruturas, na maturidade do contrato.

Face à natureza dos contratos abrangidos por esta Norma não se estima qualquer impacto ao nível da Companhia.

IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2007, a *IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes*, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação aplica-se a a programas de fidelização de clientes, onde são adjudicados créditos aos clientes como parte integrante de uma venda ou prestação de serviços e estes poderão trocar esses créditos, no futuro, por serviços ou mercadorias gratuitamente ou com desconto. Dado que a informação disponível ainda não permite determinar com rigor o impacto desta norma, nenhuma estimativa é apresentada. Contudo a Companhia encontra-se a recolher a informação que permita determinar com rigor os eventuais impactos.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

IFRIC 15 - Acordos para construção de imóveis

O IFRIC 15 - Acordos para construção de imóveis, entra em vigor para exercícios iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2009.

Esta interpretação contém orientações que permitem determinar se um contrato para a construção de imóveis se encontra no âmbito do IAS 18 - Reconhecimento de proveitos ou do IAS 11 - Contratos de construção, sendo expectável que a IAS 18 seja aplicável a um número mais abrangente de transacções.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

IFRIC 16 - Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Julho de 2008, a *IFRIC 16 - Cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira*, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Outubro de 2008, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar que:

- a cobertura de um investimento numa operação em moeda estrangeira poder ser aplicada apenas a diferenças cambiais decorrentes da conversão das demonstrações financeiras das subsidiárias na sua moeda funcional para a moeda funcional da casa-mãe e apenas por um montante igual ou inferior ao activo líquido da subsidiária;
- o instrumento de cobertura pode ser contratado por qualquer entidade da Companhia, excepto pela entidade que está a ser objecto de cobertura; e
- aquando da venda da subsidiária objecto de cobertura, o ganho ou perda acumulado referente à componente efectiva da cobertura é reclassificado para resultados.

Esta interpretação permite que uma entidade que utiliza o método de consolidação em escada, escolha uma política contabilística que permita a determinação do ajustamento de conversão cambial acumulado que é reclassificado para resultados na venda da subsidiária, tal como faria se

o método de consolidação adoptado fosse o directo. Esta interpretação é de aplicação prospectiva.

A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta interpretação.

IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Novembro de 2008, a *IFRIC 17 - Distribuições em espécie a accionistas*, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico das distribuições em espécie a accionistas. Assim, estabelece que as distribuições em espécie devem ser registadas ao justo valor sendo a diferença para o valor de balanço dos activos distribuídos reconhecida em resultados aquando da distribuição.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes

O *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)*, emitiu em Novembro de 2008, a *IFRIC 18 - Transferências de activos de clientes*, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios iniciados a partir de 1 de Julho de 2009, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta interpretação visa clarificar o tratamento contabilístico de acordos celebrados mediante os quais uma entidade recebe activos de clientes para sua própria utilização e com vista a estabelecer posteriormente uma ligação dos clientes a uma rede ou conceder aos clientes acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços.

A Interpretação clarifica:

- as condições em que um activo se encontra no âmbito desta interpretação;
- o reconhecimento do activo e a sua mensuração inicial;
- a identificação dos serviços identificáveis (um ou mais serviços em troca do activo transferido);
- o reconhecimento de proveitos;
- a contabilização da transferência de dinheiro por parte de clientes.

A Companhia não espera que esta interpretação tenha impacto nas suas demonstrações financeiras.

Annual Improvement Project

Em Maio de 2008, o IASB publicou o *Annual Improvement Project* o qual alterou certas normas então em vigor. A data de efectividade das alterações varia consoante a norma em causa sendo a maioria de aplicação obrigatória para a Companhia em 2009.

As principais alterações decorrentes do *Annual Improvement Project* apresentam-se em seguida:

- Alteração à *IFRS 5 - Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação*, efectiva para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2009. Esta alteração veio esclarecer que a totalidade dos activos e passivos de uma subsidiária devem ser classificados como activos não correntes detidos para venda de acordo com o IFRS 5 se existir um plano de venda parcial da subsidiária tendente à perda de controlo. Esta norma será adoptada prospectivamente pela Companhia;
- Alteração à *IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração clarifica que apenas alguns instrumentos financeiros classificados na categoria de negociação, e não todos, são exemplos de activos e passivos correntes. A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração;
- Alteração à *IAS 16 - Activos fixos tangíveis*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada estabelece regras de classificação (i) das receitas provenientes da alienação de activos detidos para arrendamento subsequentemente vendidos e (ii) destes activos durante o tempo que medeia entre a data da cessão do arrendamento e a data da sua alienação. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração;
- Alteração à *IAS 19 - Benefícios dos empregados*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações efectuadas permitiram clarificar (i) o conceito de custos com serviços passados negativos decorrentes da alteração do plano de benefícios definidos, (ii) a interacção entre o retorno esperado dos activos e os custos de administração do plano, e (iii) a distinção entre benefícios de curto e de médio e longo prazo. As alterações do IAS 19 serão adoptadas pela Companhia em 2009, embora não seja expectável que as mesmas tenham um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras;
- Alteração à *IAS 20 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração estabelece que o benefício decorrente da obtenção de um empréstimo do governo com taxas inferiores às praticadas no mercado, deve ser mensurado como a diferença entre o justo valor do passivo na data da sua contratação, determinado de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração e o valor recebido. Tal benefício deverá ser subsequentemente registado de acordo com o IAS 20. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração;
- Alteração à *IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. O conceito de custos de empréstimos obtidos foi alterado de forma a clarificar que os mesmos devem ser determinados de acordo com o método da taxa efectiva preconizado no IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, eliminando assim a inconsistência existente entre o IAS 23 e o IAS 39. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração;
- Alteração à *IAS 27 - Demonstrações financeiras e separadas*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. A alteração efectuada a esta norma determina que nos casos em que um investimento numa subsidiária esteja registado pelo seu justo valor nas contas individuais, de acordo com o IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração, e tal investimento qualifique para classificação como activo não corrente detido para venda de acordo com o IFRS 5 Activos não

correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação, o mesmo deverá continuar a ser mensurado no âmbito do IAS 39. Esta alteração não terá impacto nas demonstrações financeiras das entidades da Companhia na medida em que, nas respectivas contas individuais, os investimentos em subsidiárias são registados ao custo de aquisição de acordo com o IAS 27;

- Alteração à IAS 28 - *Investimentos em associadas*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. As alterações introduzidas ao IAS 28 tiveram como objectivo esclarecer (i) que um investimento numa associada deve ser tratado como um activo único para efeitos dos testes de imparidade a efectuar à luz do IAS 36 Imparidade de activos, (ii) que qualquer perda por imparidade a reconhecer não deverá ser alocada a activos específicos nomeadamente ao goodwill e (iii) que as reversões de imparidade são registadas como um ajustamento ao valor de balanço da associada desde que, e na medida em que, o valor recuperável do investimento aumente;
- Alteração à IAS 38 - *Activos intangíveis*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Esta alteração veio determinar que uma despesa com custo diferido, incorrida no contexto de actividades promocionais ou publicitárias, só pode ser reconhecida em balanço quando tenha sido efectuado um pagamento adiantado em relação a bens ou serviços que serão recebidos numa data futura. O reconhecimento em resultados deverá ocorrer aquando a entidade tenha o direito ao acesso aos bens e os serviços sejam recebidos. Não se espera que esta alteração tenha impactos significativos nas contas da Companhia;
- Alteração à IAS 39 - *Instrumentos financeiros*: reconhecimento e mensuração, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Estas alterações consistiram fundamentalmente em (i) esclarecer que é possível

efectuar transferências de e para a categoria de justo valor através de resultados relativamente a derivados sempre que os mesmos iniciam ou terminam uma relação de cobertura em modelos de cobertura de fluxos de caixa ou de um investimento líquido numa associada ou subsidiária, (ii) alterar a definição de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados no que se refere à categoria de negociação, de forma a estabelecer que no caso de carteiras de instrumentos financeiros geridos em conjunto e relativamente aos quais exista evidência de actividades recentes tendentes a realização de ganhos de curto prazo, as mesmas devem ser classificadas como de negociação no seu reconhecimento inicial, (iii) alterar os requisitos de documentação e testes de efectividade nas relações de cobertura estabelecidas ao nível dos segmentos operacionais determinados no âmbito da aplicação do IFRS 8 Segmentos operacionais, e (iv) esclarecer que a mensuração de um passivo financeiro ao custo amortizado, após a interrupção da respectiva cobertura de justo valor, deve ser efectuada com base na nova taxa efectiva calculada na data da interrupção da relação de cobertura. A Companhia não espera quaisquer impactos significativos decorrentes da adopção desta alteração;

- Alteração à IAS 40 - *Propriedades de investimento*, efectiva a partir de 1 de Janeiro de 2009. Na sequência desta alteração, as propriedades em construção ou desenvolvimento com vista ao seu uso subsequente como propriedades de investimento passam a estar incluídas no âmbito do IAS 40 (antes abrangidas pelo IAS 16 - Activos fixos tangíveis). Tais propriedades em construção poderão ser registadas ao justo valor excepto se o mesmo não puder ser medido com fiabilidade, caso em que deverão ser registadas ao custo de aquisição. A Companhia não espera quaisquer impactos decorrentes da adopção desta alteração.

Anexo 1 - Inventário de Participações e Instrumentos Financeiros

(euros)

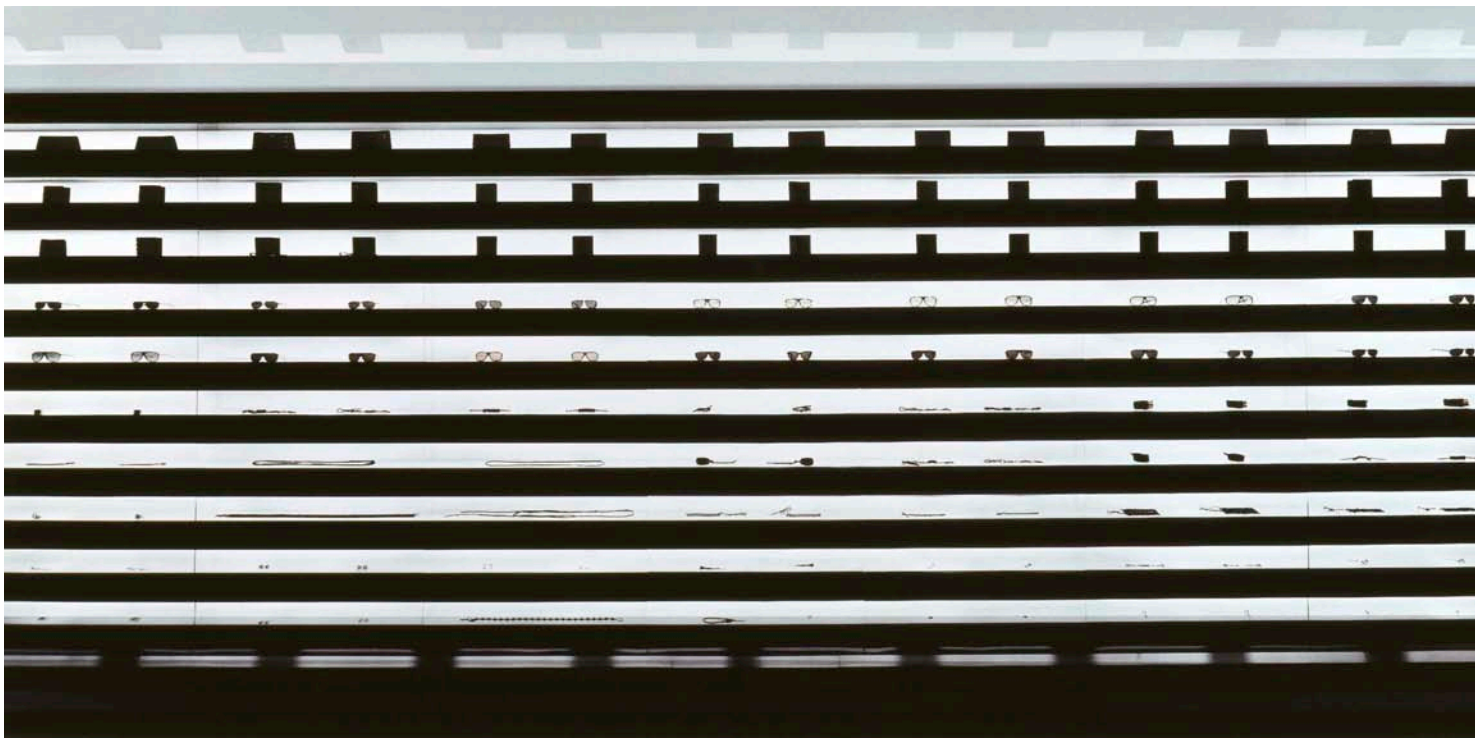
IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Incluí juros decorridos)	
						Unitário	Total
1 - FILIAIS, ASSOCIADAS, EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS E OUTRAS EMPRESAS PARTICIPADAS E PARTICIPANTES							
1.1 - Títulos nacionais							
1.1.1 - Partes de capital em filiais							
1.1.2 - Partes de capital em associadas							
ADVANCECARE	458 997			1,06	485 958,14	52,66	24 168 681,00
BES SEGUROS	750 000			5,01	3 758 668,00	27,10	20 325 000,00
ES CONTACT	831 251			2,22	1 846 077,58	3,67	3 047 920,00
ESUMEDICA	225 000			1,98	445 500,00	3,17	712 500,00
EUROPE ASSISTANCE	360 000			4,88	1 756 800,00	11,87	4 272 000,00
FIDUPRIVATE	18 750			25,60	480 050,77	25,60	480 050,77
SEGUROS LOGO SA	4 000 000			5,00	20 000 000,00	5,00	20 000 000,00
T-VIDA COMPANHIA DE SEGUROS, SA	65 000 000			1,00	65 000 000,00	0,92	60 000 000,00
1.1.3 - Partes de capital em empreendimentos conjuntos							
1.1.4 - Partes de capital em empresas participadas e participantes							
BES BANCO ESPIRITO SANTO	264 755			10,12	2 679 923,63	6,53	1 729 114,91
COMPTA	306 960			1,64	503 699,84	0,36	110 505,60
ES INV PLC	1			2,77	2,77	1,27	1,27
ESAF - ACTIVOS FINANCIEROS	117 500			22,93	2 694 626,91	24,42	2 869 610,60
ESPIRITO SANTO SAÚDE	2 655 000			1,25	3 308 200,00	3,62	9 600 000,00
ESTELA GOLF	20			8 580,90	171 618,00	7.432,73	148 654,64
QUINTA DOS CONEGOS	140 600			3,15	443 241,40	2,95	415 407,18
sub-total	75 128 834	0,00			103 574 367,04		147 879 445,97
1.1.8 - Títulos de dívida de empresas participadas e participantes							
BEF 07/11		6 000 000,00	100,00%	100,9%	6 053 196,00	102,8%	6 165 726,00
BES BESPLFLOAT 05/10		2 000 000,00	96,95%	99,8%	1 996 110,00	97,6%	1 952 240,12
BESLEASING FACTORING 22/11/2010		50 950,00	100,00%	100,0%	50 950,00	100,5%	51 215,88
BESPLFloat 03/12		3 500 000,00	97,32%	96,0%	3 360 000,00	97,4%	3 410 188,83
Espirito Santo 12/15		2 200 000,00	98,20%	98,2%	2 160 500,00	98,3%	2 162 803,19
sub-total	0	13 750 950,00			13 620 756,00		13 742 174,02
total	75 128 834	13 750 950,00			117 195 123,04		161 621 619,99
2 - OUTROS							
2.1 - Títulos nacionais							
2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.1.1.1 - Acções							
ARGOGEST	1 300			0,00	0,00	0,00	0,00
CASSEL	200			0,00	0,00	0,00	0,00
CIRES	247 500			1,28	316 959,90	1,54	381 150,00
COMP. PREVIDENTE	6			532,54	3 195,23	934,23	5 605,38
COMP. PREVIDENTE SCPF	198			109,86	21 752,48	223,86	44 324,75
COMUNDO	2 008			0,00	0,00	0,00	0,00
EDP RENOVA	62 500			7,92	495 102,09	5,00	312 687,50
FETAL	2 760			20,84	57 528,12	7,03	19 407,46
HOTEL TURISMO ABRANTES	125			0,00	0,00	2,82	352,49
ILIDIO MONTEIRO CONSTRUÇÕES	41 675			0,00	0,00	0,00	0,00
IMPRESA, SGPS	58 332			4,51	263 307,13	0,84	48 998,88
MADIBEL	7 955			0,01	80,88	0,00	1,00


IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Inclui juros decorridos)	
						Unitário	Total
DESIGNAÇÃO							
PORTO CAVALEIROS, SGPS	2 483			0,00	0,00	0,00	0,00
SONAGI	55 600			0,44	24 293,86	3,16	175 696,00
SONAGI AN	100			0,06	5,51	0,01	1,00
SPECTACOLOR PORTUGAL	7 500			14,66	109 986,38	12,16	91 186,67
TELLUS	1 200			0,00	0,00	0,00	0,00
VILATÊXTEL SOC IND TÊXTEL	16			0,00	0,00	0,00	0,00
sub-total	491 458	0,00			1 292 211,58		1 079 411,13
2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
ESP SANTO INFRASTRUCTURE FUND I	560			1 011,65	566 524,44	1 010,66	565 969,60
EXPLORER II	76			25 065,57	1 901 975,54	25 004,61	1 897 349,81
FUNGERE (UP)	756 868			5,22	3 952 827,85	4,29	3 246 963,72
sub-total	757 504	0,00			6 421 327,83		5 710 283,13
sub-total	1 248 962	0,00			7 713 539,41		6 789 694,26
2.1.2.3 - De outros emissores							
Cert Dep EUR BES AFS					9 500 000,00		9.500 000,00
Dep Prazo EUR BES					710 000,00		711 108,99
Dep Prazo EUR MG					36 004 444,19		36.687 178,46
Dep Prazo EUR CXGERALDEP					70 474 287,93		71.499 873,46
Dep Prazo EUR BCP					10 237 143,97		10.416 976,47
ABBAY NATL TREAS 08/10	3 250 000,00	99,06%	99,9%	3 246 912,50	99,5%	3.234 140,91	
BANIF FINANCE 22/12/2016	2 000 000,00	86,80%	100,2%	2 004 000,00	86,9%	1.737 916,00	
BCP FINANCE BANK 21/12/16	1 500 000,00	80,06%	90,8%	1 362 000,00	80,2%	1.202 309,17	
BCP Finance Float/10	500 000,00	98,52%	98,6%	493 000,00	99,4%	497 104,89	
BCPPL FL 08-05/10	3 000 000,00	97,95%	99,8%	2 994 270,00	98,4%	2.951 395,16	
Banco BPI Fit.01/10	2 300 000,00	99,28%	98,9%	2 273 550,00	100,2%	2.304 463,28	
CAIXA GERAL DEPO Float /2007 - 19/05/2009	5 000 000,00	99,00%	98,8%	4 937 500,00	100,1%	5.005 575,00	
CXGD 6.25 99-10/2009	2 500 000,00	100,40%	100,5%	2 512 500,00	101,8%	2.544 246,58	
CXGD FLOAT 08-05/10	3 650 000,00	99,49%	100,0%	3 648 613,00	100,0%	3.650 642,95	
EMASA	5 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,00
IBESM 6.375% 25/11/11	2 500 000,00	105,46%	100,8%	2 520 000,00	106,1%	2.652 319,18	
ING BANK NV 8/11	3 000 000,00	99,50%	99,9%	2 995 830,00	100,0%	2.999 710,59	
LUSITANO GLB CDO PLC 1D 12/05/15	23,26	10698500,02%	11508970,4%	2 676 480,13	10698500,0%	2.488 000,37	
MONTPI 03/05/2012	2 000 000,00	95,37%	100,0%	1 999 190,40	96,2%	1.923 603,33	
P.CAVALEIROS	17 500,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,00
Pcomercial BIAL PORTELA&CIA - 1ª ED	968 109,24	100,00%	100,0%	968 109,24	100,2%	969 840,86	
Pcomercial SONAE DIST - 48ª ED	4 537 459,41	100,00%	100,0%	4 537 459,41	100,2%	4.544 923,53	
Pcomercial SONAE DIST 47ª EM	2 625 057,34	100,00%	100,0%	2 625 057,34	100,0%	2.625 773,69	
Pcomercial TDUARTE - 29ª ED	5 011 576,87	100,00%	100,0%	5 011 576,87	100,1%	5.017 375,27	
REN 6 3/8 12/13	2 000 000,00	101,91%	99,6%	1 991 940,00	102,3%	2.045 435,62	
SEMAPA 20/04/2016	700 000,00	100,61%	99,5%	696 500,00	101,9%	713 323,80	
V.AGROS	4 000,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,00
V.TÊXTEL	7 500,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00	0,00
sub-total	0	47 076 226,12			176 420 364,98		177 923 237,56
sub-total	0	47 076 226,12			176 420 364,98		177 923 237,56
total	1 248 962	47 076 226,12			184 133 904,39		184 712 931,82
2.2 - Títulos estrangeiros							
2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
2.2.1.1 - Acções							
BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO	143			0,88	126,00	6,74	963,82
C BUZI	2 000			0,00	0,00	0,00	0,00

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Incluí juros decorridos)	
						Unitário	Total
DESIGNAÇÃO							
C IND MATOLA	2 200			0,00	0,00	0,00	0,00
C MOÇAMBIQUE	3 000			0,00	0,00	0,00	0,00
C RESSEGURO MOÇAMBIQUE	250			0,00	0,00	0,00	0,00
C SEG NAUTICUS	500			0,00	0,00	0,00	0,00
C SEG TRANQUILIDADE DE MOÇAMBIQUE	9 750			0,00	0,00	0,00	0,00
CADA (AGRICULTURA)	2 100			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP ALGODÕES MOÇAMBIQUE	1 900			0,00	0,00	0,00	0,00
COMP SEG A NACIONAL	15 986			0,00	0,00	0,00	0,00
CONTINENTAL MORTGAGE INVESTORS	600			0,00	0,00	0,00	0,00
FOMENTO PREDIAL MOÇAMBIQUE	50			0,00	0,00	0,00	0,00
HIDRO ELECT CATUMBELA	200			0,00	0,00	0,00	0,00
NAVANG	448			0,00	0,00	0,00	0,00
NOCAL (CERVEJAS)	2 508			0,00	0,00	0,00	0,00
PETRANGOL	200			0,00	0,00	0,00	0,00
SENA SUGAR ESTATES LTD	77 375			0,00	0,00	0,00	0,00
SOC TURISMO MOÇAMBIQUE	100			0,00	0,00	0,00	0,00
SONEFE	573			0,00	0,00	0,00	0,00
SOTUL (ULTRAMAR)	8 000			0,00	0,00	0,00	0,00
VIVENDI UNIVERSAL	700			30,13	21 089,91	23,27	16 285,50
sub-total	128 583	0,00			21 215,91		17 249,32
2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
EASYETF GLOBAL TITANS 50	1 500			34,98	52 476,22	14,56	21 840,00
LPR MULTI STRATEGIES FUND	443			1 129,41	500 000,00	711,00	314 766,83
sub-total	1 943	0,00			552 476,22		336 606,83
sub-total	130 526	0,00			573 692,13		353 856,15
2.2.2 - Títulos de dívida							
2.2.2.3 - De outros emissores							
ACAFP FLOAT 04/15/10		5 000 000,00	98,72%	100,0%	4 997 600,00	100,0%	4 999 757,08
ALPHA-SIRES LTD 04/02/09		2 000 000,00	100,45%	100,2%	2 004 000,00	101,9%	2 037 785,00
BANCA LOMBARDA 19/12/2016		3 000 000,00	94,00%	100,3%	3 007 503,00	94,1%	2 823 555,00
BANCO SABADELL 05/09/10		3 000 000,00	101,12%	99,9%	2 996 670,00	104,4%	3 130 586,30
BANCO SABADELL 25/05/2016		2 000 000,00	83,61%	100,4%	2 007 156,30	84,0%	1 680 842,00
BBVA SUB CAPITAL UNIP 03/04/2017		3 000 000,00	79,00%	100,0%	3 001 340,70	80,4%	2 410 873,25
BVBK Float 05/09		700 000,00	99,23%	99,6%	697 410,00	99,8%	698 294,80
C.MOÇAMBIQUE		120,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
C.ÁGUAS DA BEIRA		110,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
CAJA CASTILLA 02/11/2016		2 000 000,00	40,00%	100,2%	2 004 000,00	41,0%	819 043,89
CAJA ZARAGOZA ARAGON 25/04/2019		4 000 000,00	78,75%	100,2%	4 008 000,00	79,7%	3 189 314,11
CANDI 2006-1 A2		2 500 000,00	95,26%	98,5%	2 462 500,00	95,7%	2 393 502,29
CIT GROUP INC 30/11/2011		6 000 000,00	81,90%	100,4%	6 026 428,80	82,3%	4 935 628,43
COMPAGNIE ST GOBAIN 11/04/2012		2 900 000,00	84,50%	100,1%	2 901 848,11	85,8%	2 487 436,58
CORP PROP INV 7,18% 09/01/2013		500,00	71854,57%	85730,9%	428 654,31	73574,3%	367 871,43
CORP SERV GROUP 10% 04/29/2011		1 667,00	787,40%	1506,8%	25 118,66	802,6%	13 378,78
CRDIT Var 07/14		2 000 000,00	98,50%	98,5%	1 970 000,00	99,5%	1 990 002,33
CSSE NAT C.EPARG P 4,5% 12/14/10		99 952,00	95,65%	92,0%	91 979,38	95,9%	95 813,58
DEUTSCHE TELEKOM 23/05/2012		2 000 000,00	94,06%	101,0%	2 019 030,00	94,5%	1 890 657,67
DEUTSCHE TELEKOM INT 28/03/2012		5 500 000,00	97,07%	100,1%	5 507 808,63	97,1%	5 340 404,21
DOURM 1 A		821 537,81	85,19%	98,0%	805 107,05	85,3%	700 623,23
DRESDNER BANK 4,3% 04/01/09		2 500 000,00	98,00%	100,0%	2 500 389,71	101,0%	2 525 000,00
DRSDNR Float 10		2 000 000,00	99,95%	100,0%	2 000 000,00	101,4%	2 028 489,28
Deutsche Bk 09/22/15		4 000 000,00	76,96%	95,4%	3 815 600,00	77,0%	3 081 682,01
ERICSSON L M TEL 27/06/2014		1 400 000,00	86,46%	99,8%	1 397 452,00	86,5%	1 210 937,93
ERSTE BANK 19/07/2017		8 000 000,00	92,60%	100,4%	8 033 178,07	93,7%	7 496 547,60
GE CAP EUR FUND 17/05/2021		3 000 000,00	87,00%	99,8%	2 994 492,60	87,5%	2 626 309,33
GE FL 08-08/2009		2 000 000,00	97,35%	100,1%	2 001 400,00	98,1%	1 961 900,98
GOLDMAN SACHS 02/02/2015		4 000 000,00	88,56%	101,0%	4 038 400,00	89,4%	3 576 624,44

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS

DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do Valor Nominal	% do Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço (Incluí juros decorridos)	
						Unitário	Total
GOLDMAN SACHS 30/01/2017		8 000 000,00	85,98%	100,0%	8 003 374,80	86,9%	6 950 190,22
GOLDMAN SACHS 04/02/2013		4 000 000,00	90,62%	100,0%	3 999 082,20	91,4%	3 656 869,87
GOLDMAN SACHS 23/05/2016		3 000 000,00	86,01%	99,9%	2 996 681,40	86,5%	2 594 283,70
HALIFAX PLC PERPETUAL		2 000 000,00	94,99%	101,4%	2 027 547,00	95,2%	1 904 348,40
HBOS PLC 09/01/2016		5 500 000,00	94,42%	100,5%	5 527 821,64	94,8%	5 211 934,93
HIDRO E REVUE		24,00	0,00%	0,0%	0,00	0,0%	0,00
HIPOT 5 A2		379 359,51	95,69%	97,9%	371 392,96	96,0%	364 343,91
HMI 2006-1X 3A2		2 500 000,00	93,12%	98,8%	2 470 000,00	94,3%	2 356 921,26
HSBC FINANCE CORP 28/10/2013		4 000 000,00	90,00%	100,2%	4 008 000,00	90,9%	3 636 679,11
HSH NORDBANK AG 14/02/2017		5 000 000,00	95,66%	100,0%	5 001 108,56	96,3%	4 812 873,89
HYPOVEREINSBANK 07/06/2011		3 000 000,00	83,50%	103,6%	3 106 701,00	87,2%	2 614 968,75
ISLANDSBANKI 25/11/2013		1 000 000,00	8,00%	100,9%	1 008 768,51	8,0%	80 000,00
JOHN DEERE BANK 31/03/2011		3 500 000,00	100,00%	100,0%	3 499 225,00	100,0%	3 500 000,00
JP MORGAN 12/10/2015		3 000 000,00	91,03%	100,3%	3 009 900,00	92,3%	2 769 357,80
KAUPTHING BANK HF 17/08/2012		3 000 000,00	8,00%	99,5%	2 985 408,90	8,0%	240 000,00
KION 2006-1 A		1 234 860,81	85,72%	98,1%	1 211 831,58	86,9%	1 072 940,23
LEHMAN BROS HOLD 05/02/2014		2 000 000,00	12,00%	100,1%	2 001 992,19	12,0%	240 000,00
LEHMAN BROS HOLD 19/05/2016		10 000 000,00	12,00%	99,9%	9 994 113,46	12,0%	1 200 000,00
MACQUARIE BANK 06/12/2016		3 000 000,00	58,50%	100,3%	3 009 000,00	58,8%	1 763 372,92
MAGEL 3 A		794 581,65	87,66%	98,6%	783 457,50	88,2%	700 940,42
MERRILL LYNCH 30/05/2014		4 000 000,00	94,12%	99,7%	3 987 880,00	94,5%	3 779 140,78
MERRILL LYNCH & CO 14/09/2018		10 000 000,00	89,96%	99,9%	9 991 944,00	90,1%	9 014 225,56
MONTPI 19/09/2011		3 000 000,00	96,22%	100,2%	3 004 797,60	96,3%	2 889 915,00
MORGAN STANLEY 01/03/2013		2 500 000,00	86,80%	100,3%	2 507 684,28	87,1%	2 178 663,58
MORGAN STANLEY 13/04/2016		7 500 000,00	82,01%	99,9%	7 495 503,23	83,3%	6 245 954,87
NAB 4.75 08-03/2011		750 000,00	100,58%	99,9%	749 325,00	104,6%	784 236,03
NATL CAPITAL INSTRUMENTS PERP		2 000 000,00	63,65%	102,7%	2 054 100,00	63,7%	1 273 437,89
NATL GRID PLC 18/01/2012		10 000 000,00	97,65%	100,5%	10 049 859,60	98,8%	9 876 822,22
NAVIO COMP CLN ITAMI 05/10/11		9 650,00	100,00%	100,2%	9 669,30	128,4%	12 387,92
OTE Plc Float 11/09		3 500 000,00	99,89%	98,9%	3 459 750,00	100,4%	3 513 086,11
PELIC 2 A		396 359,88	100,00%	98,9%	391 999,92	100,2%	396 978,54
PELICAN 3 A		1 109 701,69	76,95%	97,6%	1 083 068,85	77,1%	855 553,86
PERNOD RICARD 06/06/2011		1 000 000,00	98,50%	100,5%	1 004 505,00	98,8%	987 895,14
PREPS LIMITED 2006 B1 18/07/2015		6 000 000,00	100,00%	100,0%	6 000 009,23	102,8%	6 166 996,00
ROYAL BK SCOTLAND 49		5 000 000,00	93,12%	101,6%	5 080 140,00	94,6%	4 728 689,81
Repsol Float 02/12		3 000 000,00	98,20%	95,6%	2 869 320,00	98,8%	2 962 803,75
SANTANDER CONSUMER 28/09/2016		4 000 000,00	80,00%	100,5%	4 018 020,00	80,0%	3 201 113,67
SANTANDER ISSUANCES 23/03/2017		3 000 000,00	80,19%	100,1%	3 003 895,80	80,3%	2 407 981,33
SNSBNK FLT 08-06/10		2 500 000,00	94,82%	99,9%	2 497 625,00	95,2%	2 379 953,40
TELECOM ITALIA FINANCE 12/06/12		4 000 000,00	90,87%	100,0%	4 000 809,23	91,2%	3 646 623,89
THEME 4 A		1 276 279,15	100,00%	97,2%	1 240 670,96	100,7%	1 284 766,68
TITIM FL 07-06/10		1 350 000,00	96,23%	98,3%	1 327 212,00	96,5%	1 302 464,70
VIVENDI 10/03/2011		4 700 000,00	97,14%	100,5%	4 724 814,89	98,6%	4 632 868,20
VODAFONE 05/09/2013		9 000 000,00	96,33%	100,5%	9 048 761,40	96,6%	8 697 459,50
VODAFONE 06/06/2014		4 000 000,00	85,47%	100,0%	4 000 000,00	85,8%	3 430 123,89
VODAFONE 13/01/2012		6 000 000,00	95,26%	100,7%	6 042 360,60	96,5%	5 791 536,50
VOLKSWAGEN BANK FLT 21/12/2015		2 000 000,00	100,00%	100,1%	2 002 727,46	100,1%	2 001 906,67
VOLKSWAGEN INT FIN 14/03/2016		5 000 000,00	100,31%	100,0%	5 000 000,00	100,5%	5 024 437,81
VOLVO TREASURY AB FLOAT 07/26/10		4 000 000,00	100,10%	99,0%	3 959 920,00	101,0%	4 041 465,33
WB FL 06-08/2011		3 200 000,00	87,69%	94,7%	3 030 400,00	88,5%	2 832 021,33
sub-total	0	252 124 703,50			252 395 247,37		218 524 396,90
sub-total	0	252 124 703,50			252 395 247,37		218 524 396,90
total	130 526	252 124 703,50			252 968 939,50		218 878 253,05
2.3 - Derivados de Negociação							
Forward's Moeda							34 634,73
total	0	0,00			0,00		34 634,73
total	1 379 488	299 200 929,62			437 102 843,89		403 625 819,60
3 - TOTAL GERAL	76 508 322	312 951 879,62			554 297 966,93		565 247 439,59



 ANDREAS GURSKY
Monika Sprüth & Philomene Magers
Dior Homme, 2004
Prova por revelação cromogénea
187 x 371,3 cm
Edição 6/6

Cortesia do Artista

07 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



JOSÉ MANUEL MACEDO PEREIRA
Revisor Oficial de Contas N.º 312

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de **956.184.616** euros e um total de capital próprio de **220.444.977** euros, incluindo um resultado líquido de **10.059.341** euros), a Conta de ganhos e perdas, a Demonstração dos fluxos de caixa e a Demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo. Estas demonstrações foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - ♦ a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - ♦ a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - ♦ a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - ♦ a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A** em 31 de Dezembro de 2008 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal.
8. É também meu parecer que o relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras.

ÊNFASES

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo n.º 7, chamo a atenção para as situações seguintes:
 - a) Conforme referido na nota n.º 3 (alteração de políticas contabilísticas) do Anexo às Demonstrações Financeiras, a Companhia procedeu no exercício de 2008 à alteração da valorimetria dos seus investimentos em empresas subsidiárias e participadas, de acordo com a opção prevista nas IAS 27 e 28, passando a ser o justo valor o critério de valorização adoptado para estes activos. Esta alteração de política contabilística foi aplicada retrospectivamente à informação financeira do exercício de 2007, de acordo com o estipulado na IAS 8, de forma a permitir uma correcta comparabilidade da informação financeira.

As novas metodologias de avaliação adoptadas foram o “Discounted Cash Flow” e os “Dividendos Descontados”, com excepção

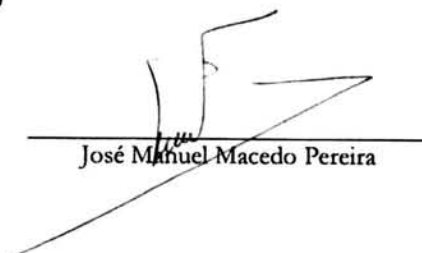
- (i) da participação detida na T-Vida, Companhia de Seguros, SA, em que foram utilizadas técnicas actuariais para a determinação do seu justo valor, e também
- (ii) da participação financeira detida na Seguros Logo, SA, a qual, por se tratar de uma entidade cuja actividade se iniciou no próprio exercício de 2008, foi registada pelo valor do capital investido por ter sido esta a forma de determinação do seu justo valor considerada como a mais adequada nas circunstâncias.

Tal como é referido na mesma nota e complementada pela nota n.º 7 (investimentos em filiais e associadas) do Anexo às Demonstrações Financeiras de 2008, esta alteração de política contabilística resultou

- (i) numa valorização destes activos em 39.233.097 euros, tendo como contrapartida um efeito positivo de igual montante na Reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de investimentos em filiais e associadas, e
 - (ii) no aumento do Capital Próprio em 29.316.072 euros.
- b) Na nota n.º 3 (Transição para o novo Plano de Contas) e nota n.º 35 (Ajustamentos de Transição para o Novo Regime Contabilístico) do Anexo às Demonstrações Financeiras, encontram-se divulgados os efeitos relativos à aplicação pela primeira vez, no exercício de findo em 31 de Dezembro de 2008, do novo regime contabilístico aplicável às empresas de seguros (Normas Regulamentares n.º 4/2007 e n.º 20/2007 do Instituto de Seguros de Portugal), o qual acolheu as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas pela União Europeia, excepto os critérios de mensuração dos passivos resultantes dos contratos de seguro definidos no IFRS 4 - Contratos de Seguro.

O impacto global, no Capital Próprio, da transição em 31 de Dezembro de 2007 para 01 de Janeiro de 2008, foi de 14.841.363 euros.

Lisboa, 05 de Março de 2009



Handwritten signature of José Manuel Macedo Pereira, consisting of stylized initials and a surname, written over a horizontal line.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas da
COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE, S.A.,

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o nosso Parecer sobre o Relatório, as Contas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da **COMPANHIA DE SEGUROS TRANQUILIDADE S.A.** apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e, ainda, a nossa apreciação sobre a respectiva Certificação Legal de Contas que o Revisor Oficial de Contas da Companhia oportunamente emitiu.

No âmbito das nossas atribuições acompanhamos com regularidade ao longo do exercício de 2008 a actividade da Companhia e a sua gestão, tanto através da análise dos documentos de informação de gestão e contabilística que nos foram regularmente disponibilizados, como dos esclarecimentos complementares que solicitámos à Administração, à Comissão Executiva e aos Serviços, de quem obtivemos sempre toda a colaboração solicitada, e ainda das acções de verificação que considerámos necessárias para o cumprimento das nossas obrigações legais e estatutárias.

Pudemos, assim, constatar com satisfação que a Companhia continua a sua política de utilização racional dos recursos e de controlo dos custos, mantendo na sua actividade operacional e financeira uma política de minimização dos riscos inerentes à sua actividade. A nossa acção no exercício de 2008 acompanhou com particular interesse e detalhe não só (i) os desenvolvimentos em curso na Companhia nas áreas da gestão do risco e do sistema de controlo interno, tendo em vista equipar a Companhia para dar resposta satisfatória aos actuais desafios específicos do sector, em consonância com as melhores práticas internacionais e dando cumprimento aos requisitos regulamentares aplicáveis, mas também (ii) os esforços da Companhia para, na medida do possível, minimizar os inevitáveis efeitos da grave crise económica e financeira internacional que vem marcando negativamente e de forma significativa todos os sectores de actividade e, em particular, o sector segurador, tanto em Portugal como em praticamente todo o mundo.

1

Após o final do exercício de 2008 procedemos à apreciação do Relatório e Contas que o Conselho de Administração oportunamente preparou e nos apresentou, tendo constatado que o Relatório obedece às disposições legais e estatutárias e refere os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da Companhia durante o exercício.

Como nos compete, acompanhámos também (i) a verificação dos registos contabilísticos e dos correspondentes documentos de suporte e (ii) a apreciação das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela Companhia, funções estas da responsabilidade do Senhor Dr. José Manuel Macedo Pereira, Revisor Oficial de Contas, designado pela Assembleia Geral para proceder ao exame e certificação legal das contas da Companhia. Oportunamente, e nos termos do n.º 1 do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apreciou, ainda, a Certificação Legal de Contas do exercício de 2008, datada de 5 de Março de 2009, emitida sem reservas e com a qual concordamos.

Nesta oportunidade cumpre-nos salientar, ainda, que a Certificação Legal de Contas, acima referida, contém duas ênfases, as quais se destinam a colocar em evidência os efeitos mais significativos que tiveram nas Demonstrações Financeiras do exercício de 2008 as alterações introduzidas nesse ano pela Companhia no que respeita

(i) ao critério valorimétrico adoptado para as empresas subsidiárias e participadas, o qual passou a ser baseado no justo valor do respectivo investimento; e também

(ii) às políticas contabilísticas subjacentes às Demonstrações Financeiras, as quais reflectem pela primeira vez o novo regime contabilístico aplicável as empresas de seguros em Portugal, baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, conforme determinado pelas Normas Regulamentares n.ºs. 4/2007 e 20/2007 do Instituto de Seguros de Portugal.

Como resultado das acções de fiscalização exercidas e acima resumidas, e das respectivas conclusões, somos de Parecer que a Assembleia Geral da Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A. aprove:

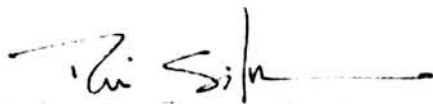
- a) O Relatório e os restantes documentos de prestação de contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) A proposta do Conselho de Administração para aplicação dos resultados líquidos do exercício de 2008, no montante de 10.059.341,17 euros, nos termos constantes do ponto 2.5 do Relatório acima referido.

Lisboa, 6 de Março de 2009

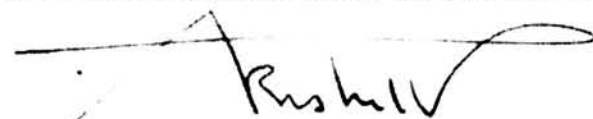
O Conselho Fiscal



José Manuel Ruivo da Pena - Presidente



Rui Manuel Duarte Sousa da Silveira - Vogal



António Ricardo Espírito Santo Bustorff - Vogal



 GERARD CASTELLO LOPES
Lisboa, 1998
Prova gelatina sal de prata
50 x 40 cm

Cortesía do Artista

08 QUADROS DIRECTIVOS



Quadros Directivos

Assessoria para Assurfinance

Vítor Hugo Zão Barros Peixoto

Assessoria para Sinistros com Danos Corporais

Luís Espírito Santo Silva Ricciardi

Assessoria para Marketing e Comercial

Filipe Antero Rogenes Barreto Infante

Assessoria para Desenvolvimento Internacional

Artur João de Carvalho Fonseca Duarte

Direcção de Auditoria

Vanda Maria Jesus Ferreira Belo

Direcção de Exploração Norte

António Fernandes da Silva

Direcção de Exploração Sul

Luís Fernando Rodrigues Gonzaga Machado

Direcção de Exploração Médias Empresas

João Maria Sousa C. Ferreira do Amaral

Direcção Financeira e Administrativa

Luís Miguel Matos de Amaral Maria Ribeiro

Direcção de Grandes Clientes, Corretores e Private

José Paulo Castro Trigo

Direcção de Marketing

Filipe Antero Rogenes Barreto Infante

Direcção de Organização e Sistemas

José Manuel Mendes Esteves Serra Vera

Direcção de Pessoal

José Ramos Teles de Matos

Direcção de Risco Global e Controlo Interno

Luís António Jardim Franco


Direcção de Sinistros

Luís Manuel Cunha Martinho

Direcção Técnica

João Carlos Dores Candeias Barata



THOMAS DEMAND 
Gangway, 2001
Prova por revelação cromogénea
colada sobre Diassec · 225 x 180 cm
Edição 3/6
Cortesia 303 Gallery, Nova Iorque

09 REDE DE DELEGAÇÕES



Rede Delegações

Aeroporto de Lisboa

Aeroporto da Portela • 1700-998 Lisboa

Tel.: 218 452 170

Fax: 218 452 179

E-mail: aeroportolisboa@tranquilidade.pt

Aeroporto do Porto

Aeroporto Francisco Sá Carneiro, Moreira • 4470 Maia

Tel.: 229 437 320

Fax: 229 437 329

E-mail: aeroportolporto@tranquilidade.pt

Algés

Av. dos Combatentes da Grande Guerra, 7-9 • 1495-039 Algés

Tel.: 214 118 910

Fax: 214 118 919

E-mail: algés@tranquilidade.pt

Almada

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 1 A • 2800-170 Almada

Tel.: 212 735 120

Fax: 212 735 129

E-mail: almada@tranquilidade.pt

Amadora

Av. Cardoso Lopes, 18 A • 2700-159 Amadora

Tel.: 214 985 730

Fax: 214 985 739

E-mail: amadora@tranquilidade.pt

Aveiro

Rua Dr. Alberto Souto, 30 • 3800-148 Aveiro

Tel.: 234 400 510

Fax: 234 400 529

E-mail: aveiro@tranquilidade.pt

Beja

Pç. do Ultramar – Rua sem Nome, Lj 2 • 7800-429 Beja

Tel.: 284 312 320

Fax: 284 312 329

E-mail: beja@tranquilidade.pt

Braga

Av. da Liberdade, 570 • 4710-249 Braga

Tel.: 253 203 270

Fax: 253 203 289

E-mail: braga@tranquilidade.pt

Bragança

Rua 5 de Outubro, 28, r/c dto. • 5300-112 Bragança

Tel.: 273 310 170

Fax: 273 310 179

E-mail: braganca@tranquilidade.pt

Caldas da Rainha

Rua José Malhoa, 5-9 • 2500-223 Caldas da Rainha

Tel.: 262 839 040

Fax: 262 839 049

E-mail: caldasrainhatranquilidade.pt

Cascais

Rua Frederico Arouca, 45 A, Lj 1 • 2750-355 Cascais

Tel.: 214 823 800

Fax: 214 823 809

E-mail: cascais@tranquilidade.pt

Castelo Branco

Av. Gen. Humberto Delgado, 62 • 6000-267 Castelo Branco

Tel.: 272 349 520

Fax: 272 349 529

E-mail: castelobranco@tranquilidade.pt

Coimbra

Av. Fernão Magalhães, 441, r/c • 3800-177 Coimbra

Tel.: 239 851 980

Fax: 239 851 989

E-mail: coimbra@tranquilidade.pt

Covilhã

Av. Frei Heitor Pinto, 20 • 6200-113 Covilhã

Tel.: 275 310 890

Fax: 275 310 899

E-mail: covilha@tranquilidade.pt

Espinho

Rua 20, 534 • 4500 Espinho

Tel.: 227 331 270

Fax: 227 331 279

E-mail: espinho@tranquilidade.pt

Évora

Praça do Giraldo, 30-32 • 7000-508 Évora

Tel.: 266 730 640

Fax: 266 730 649

E-mail: evora@tranquilidade.pt

Faro

Rua Batista Lopes, 21, r/c • 8000-225 Faro

Tel.: 289 880 060

Fax: 289 880 069

E-mail: faro@tranquilidade.pt

Funchal

Rua Cón. Jerónimo Dias Leite, Edif. Marina Fórum
9000-052 Funchal

Tel.: 291 201 860

Fax: 291 201 869

E-mail: funchal@tranquilidade.pt

Gondomar

Rua 5 de Outubro, 139 • 4420-086 Gondomar

Tel.: 224 663 870

Fax: 224 663 879

E-mail: gondomar@tranquilidade.pt

Guarda

Largo Dr. João de Almeida, 24 • 6300-965 Guarda

Tel.: 271 205 020

Fax: 271 205 029

E-mail: guarda@tranquilidade.pt

Guimarães

Rua Teixeira de Pascoaes, 71 A • 4800-513 Guimarães

Tel.: 253 439 610

Fax: 253 439 619

E-mail: guimaraes@tranquilidade.pt

Leiria

Rua Anzebino Cruz Saraiva, 251, Lt3, Quinta de São Miguel
2400-098 Leiria

Tel.: 244 860 340

Fax: 244 860 349

E-mail: leiria@tranquilidade.pt

Lisboa (Central)

Av. da Liberdade, 242 • 1250-149 Lisboa

Tel.: 213 503 500

Fax: 213 503 584

E-mail: lisboa@tranquilidade.pt

Lisboa (Campo de Ourique)

Rua Francisco Metrass, 24-A • 1350-143 Lisboa

Tel.: 213 933 710

Fax: 213 584 208

E-mail: campoourique@tranquilidade.pt

Lisboa (Praça de Londres)

Praça de Londres, 10 B • 100-192 Lisboa

Tel.: 218 428 820

Fax: 218 428 829

E-mail: praca Londres@tranquilidade.pt

Maia

Rua Dr. Carlos Felgueiras, 216 • 4470-157 Maia

Tel.: 229 477 660

Fax: 229 477 669

E-mail: maia@tranquilidade.pt

Matosinhos

Av. da República, 371 • 4450-242 Matosinhos

Tel.: 229 396 550

229 396 559

E-mail: matosinhos@tranquilidade.pt

Montijo

Av. Luís de Camões, 28 B, r/c • 2870-163 Montijo

Tel.: 212 309 580

Fax: 212 309 589

E-mail: montijo@tranquilidade.pt

Odivelas

Av. Prof. Dr. Augusto Abreu Lopes, 43 A-C • 2675-301 Odivelas

Tel.: 219 344 780

Fax: 219 344 789

E-mail: odivelas@tranquilidade.pt

Penafiel

Av. Sacadura Cabral, 76-78 • 4560-480 Penafiel

Tel.: 255 710 680

Fax: 255 710 699

E-mail: penafiel@tranquilidade.pt

Ponta Delgada

Rua Machado Santos, 32 • 9500-083 Ponta Delgada

Tel.: 296 301 390

Fax: 296 301 399

E-mail: pontadelgada@tranquilidade.pt

Portalegre

Rua Alexandre Herculano, 91 • 7300-121 Portalegre

Tel.: 245 300 580

Fax: 245 300 589

E-mail: portalegre@tranquilidade.pt

Portimão

Estrada do Alvor, Edif. S. Sebastião, Lt 6, Lj 1 • 8500-521 Portimão

Tel.: 282 410 030

Fax: 282 410 039

E-mail: portimao@tranquilidade.pt

Porto

Rua D. Manuel II, 290 • 4050-344 Porto

Tel.: 226 082 000

Fax: 226 009 814

E-mail: portol@tranquilidade.pt

Póvoa de Varzim

Rua Gomes Amorim, 821, r/c • 4490-641 Póvoa de Varzim

Tel.: 252 290 330

Fax: 252 290 339

E-mail: povoavarzim@tranquilidade.pt

Sacavém

Av. S. José, 38 A • 2685-108 Sacavém

Tel.: 219 409 880

Fax: 219 409 889

E-mail: sacavem@tranquilidade.pt

Santarém

Rua Serpa Pinto, 99 • 2000-046 Santarém

Tel.: 243 303 320

Fax: 256 200 329

E-mail: santarem@tranquilidade.pt

S. João da Madeira

Rua Oliveira Júnior, 82 • 3700-203 S. João da Madeira

Tel.: 256 200 330

Fax: 256 200 339

E-mail: sajoaomadeira@tranquilidade.pt

Setúbal

Praça do Bocage, 101 • 2900-276 Setúbal

Tel.: 265 520 280

Fax: 265 520 289

E-mail: setubal@tranquilidade.pt

Sintra

Av. Dr. Miguel Bombarda, 27 C • 2710-590 Sintra

Tel.: 219 108 850

Fax: 219 108 859

E-mail: sintra@tranquilidade.pt

Tomar

Alameda 1º de Março, 50 • 2300-431 Tomar

Tel.: 249 310 870

Fax: 249 310 879

E-mail: tomar@tranquilidade.pt

Torres Vedras

Rua Santos Bernardes, 26 • 2560-365 Torres Vedras

Tel.: 261 334 420

Fax: 261 334 429

E-mail: torresvedras@tranquilidade.pt

Viana do Castelo

Rua de Aveiro, 119, r/c dto. • 4900-495 Viana do Castelo

Tel.: 258 806 360

Fax: 258 806 369

E-mail: vianacastelo@tranquilidade.pt

Vila Franca de Xira

Praça Afonso de Albuquerque, 25 • 2600-093 Vila Franca de Xira

Tel.: 263 286 540

Fax: 263 286 549

E-mail: vilafrancaxira@tranquilidade.pt

Vila Nova de Famalicão

Rua Adriano Pinto Basto, 216, r/c • 4760-114 Vila Nova de Famalicão

Tel.: 252 501 960

252 501 969

E-mail: vilanovafamalicao@tranquilidade.pt

Vila Nova de Gaia

Praceta 25 de Abril, 146 • 4430-257 Vila Nova de Gaia

Tel.: 223 773 100

Fax: 223 773 109

E-mail: vilanovagaia@tranquilidade.pt

Vila Real

Av. 1º de Maio, 257 • 5000-651 Vila Real

Tel.: 259 302 480

Fax: 259 302 489

E-mail: vilareal@tranquilidade.pt

Vila Real de Santo António

Av. da República, 61 • 8900-204 Vila Real de Santo António

Tel.: 281 530 450

Fax: 281 530 459

E-mail: vilarealsantoantonio@tranquilidade.pt

Viseu

Rua D. Francisco Alexandre Lobo, 29-33 • 3500-071 Viseu

Tel.: 232 484 640

Fax: 232 484 649

E-mail: viseu@tranquilidade.pt



Linha de Apoio ao Cliente

707 24 07 07

E-mail: infogeral@tranquilidade.pt

www.tranquilidade.pt

